

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**ASSENTAMENTOS RURAIS:  
o campo das sociabilidades em transformação.  
O caso dos assentados do Nova Pontal**

Patrícia Alves Ramiro

SÃO CARLOS  
2008

**ASSENTAMENTOS RURAIS:  
o campo das sociabilidades em transformação.  
O caso dos assentados do Nova Pontal**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**ASSENTAMENTOS RURAIS:  
o campo das sociabilidades em transformação.  
O caso dos assentados do Nova Pontal**

Patrícia Alves Ramiro

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do Título de Doutora em Sociologia.  
Orientadora: prof. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso

SÃO CARLOS  
2008

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

R173ar

Ramiro, Patrícia Alves.

Assentamentos rurais : o campo das sociabilidades em transformação. O caso dos assentados do Nova Pontal / Patrícia Alves Ramiro. -- São Carlos : UFSCar, 2008.  
156 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2008.

1. Reforma agrária. 2. Assentamentos rurais. 3. Sociabilidade. 4. Identidade. 5. Sociologia rural. I. Título.

CDD: 333.31 (20<sup>a</sup>)



Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**  
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676  
Fone/Fax: (16) 3351.8673 Endereço eletrônico: [ppgs@ufscar.br](mailto:ppgs@ufscar.br)

**PATRÍCIA ALVES RAMIRO**

**ASSENTAMENTOS RURAIS:  
o campo das sociabilidades em transformação.  
O caso dos assentados do Nova Pontal**

Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em 28 de Março de 2008

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso  
Profa. Dra. Rosemeire Ap. Scopinho  
Profa. Dra. Vera Alves Cepêda  
Prof. Dr. Mário Antonio Eufrásio  
Prof. Dr. Orlando Pinto de Miranda

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar, especialmente à secretária Ana Maria Bertolo pela eficiência, atenção e carinho durante todas as etapas desta caminhada.

Ao Programa de Incentivo à Educação Formal da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” que, nos dois últimos anos desta tese, apoiou-me com dispensa de 16 horas semanais para dedicação exclusiva à tese.

Aos funcionários da referida Fundação que muito me ensinaram sobre a reforma agrária no estado de São Paulo e colaboraram para viabilização deste trabalho apoiando minha ausência para as atividades de pesquisa. Agradecimentos especiais para: Eugênio, Adonias, Ari, Daniel, Abigail, Bonfim, Sandro, Claudemir, Maurício, Caco, Lincoln e Vanderlúcia (em memória) do escritório de campo de Rosana e também para Eliane, Valdelice, Renata, Maurão e Bel.

À minha mãe, meus irmãos - Daniel e Davi. Para Gustavo e Clarice em reconhecimento ao apoio e paciência dedicada.

Para Maria Inês e Orlando Miranda pelo incentivo e estímulo para a conclusão desta jornada de minha vida acadêmica e, principalmente, pela amizade.

Aos membros da banca examinadora.

Agradeço, com saudade, aos assentados do projeto Nova Pontal pelo acolhimento e pelo carinho com que me trataram. Fica difícil nomeá-los à todos por serem muitos, mas minha imensa gratidão à Sérgio, Neuzeme, irmã Rosário, Lurdes, Sônia, Camila e Lena. Obrigada à Valtinho pelas conversas “apressadas” sobre sua liderança no MST e pela doação das fotos de seu arquivo pessoal da ocupação da fazenda em 1990.

Por fim, gostaria de dedicar muito deste aprendizado a duas pessoas da Gleba XV de Novembro, companheiras por todo período que residi no Pontal do Paranapanema: Dona Nice e Seu Genival, muito obrigada!

## RESUMO

O presente trabalho pretende contribuir para discussão sobre a reforma agrária adotando como viés a interpretação do processo de construção da identidade social gerada pela adoção de novas formas de sociabilidade no meio rural, criadas pela possibilidade de permanência ou retorno ao campo através da implantação de projetos de assentamentos. No campo da sociabilidade rural, procuramos detectar quais os valores presentes nas ações ideais e reais destas pessoas que passam, após conquista de um pedaço de terra, a conviverem diariamente num mesmo espaço e presenciam dificuldades e oportunidades iniciais semelhantes, embora carreguem histórias de vida particulares. Portanto, nem a origem dos assentamentos rurais brasileiros e nem o perfil da população assentada é similar, há distinções não apenas entre os diferentes projetos de assentamento, mas também no perfil interno de um mesmo assentamento e, deste modo, as percepções que constroem após a conquista da terra expressam esta multiplicidade de sujeitos sociais inseridos no programa de reforma agrária.

A metodologia adotada para a compreensão do processo de construção destas *novas identidades* surgidas através dos assentamentos rurais são os conceitos-tipo de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* (comunidade e sociedade) formulados por Ferdinand Tönnies, cuja natureza complementar e contraditória nos permite analisar as diferentes formas de organização social, conforme o momento e o movimento das vontades que caracterizam estes dois conceitos centrais. A interpretação das *categorias nativas* que dão sentido à vida inter e intradoméstico dos assentados se dá através da compreensão dos valores (componentes dialéticos da natureza social do ser humano) que, ora atraem, ora afastam as pessoas umas das outras.

Com base na pesquisa empírica realizada no projeto de assentamento Nova Pontal, localizado no município de Rosana, na região do Pontal do Paranapanema, pudemos, via estudo das sociabilidades predominantes, delinear o conceito de sociedade rural como modelador do estilo de vida predominante na área rural (re)construída pela reforma agrária.

**Palavras-chave:** Sociologia rural, assentamento, sociabilidade, identidade, reforma agrária.

## **Rural settlements: the field of transforming sociabilities.**

### **The case about the settled at Nova Pontal**

## **ABSTRACT**

The present work intends to contribute for quarrel on the agrarian reform adopting as bias the interpretation of the process of construction of the social identity generated by the adoption of new forms of sociability in the agricultural way, created for the possibility of permanence or return to the field through the implantation of rurals projects of settlements. In the field of the agricultural sociability, we look for to detect which the values gifts in the ideal and real actions of these people who pass, after conquest of a land piece, to coexist daily in one same space and presenciam difficulties and similar initial chances, even so have particular histories of life. Therefore, nor the Brazilian agricultural settlement origin and nor the profile of the seated population are similar, have distinctions not only enter the different projects of settlements, but also in the internal profile of one exactly settlement and, in this way, the perceptions that after construct the conquest of the land expresses this multiplicity of inserted social citizens in the program of agrarian reform.

The methodology adopted for the understanding of the process of construction of these new identities appeared through the agricultural settlements is the concept-type of *Gemeinschaft* and *Gesellschaft* (community and society) formulated by Ferdinand Tönnies, whose complementary and contradictory nature allows in them to analyze the different forms of social organization, as the moment and the movement of the wills that characterize these two concepts central offices. The interpretation of the *native categories* that give sensible to the Inter life and inner life of the seated ones if of the one through the understanding of the values (dialectic component of the social nature of the human being) that, however attracts, however moves away people ones from the others.

On the basis of the carried through empirical research in the project of settlement New Pontal, located in the city of Rosana, in the region of the Pontal of the Paranapanema, we could, saw study of the predominant sociabilities, to delineate the concept of agricultural society as modeller of the style of predominant life in the agricultural area (re) constructed by the agrarian reform.

Word-key: Agricultural sociology, settlements, sociability, identity, agrarian reform.



# SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>11</b>
<hr/>	
<b>Capítulo 1</b>	
<b>A Reforma Agrária no contexto da Sociologia Rural: o caso do Pontal do Paranapanema.....</b>	<b>16</b>
1.1. Sociologia e Pobreza .....	16
1.2. Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema .....	22
1.3. Perspectiva Teórica... ..	27
1.3.a. Comunidade e Sociedade .....	28
<hr/>	
<b>Capítulo 2</b>	
<b>Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema .....</b>	<b>33</b>
2.1. Os conflitos no campo: a mídia, o poder judiciário e o MST na ocupação da fazenda Nova Pontal .....	33
2.2. A arrecadação da Fazenda Nova Pontal .....	42
<hr/>	
<b>Capítulo 3</b>	
<b>Configuração física e socioeconômica do assentamento .....</b>	<b>46</b>
3.1. O município de Rosana .....	46
3.2. A configuração do espaço físico e simbólico do assentamento .....	51
3.3. Perfil sócio-econômico da população assentada .....	63
<hr/>	
<b>Capítulo 4</b>	
<b>Da cidade ao campo: a percepção da conquista da terra a da terra conquistada.....</b>	<b>79</b>
4.1. Avaliação situacional .....	83
4.2. Caracterização das relações sociais .....	88
4.3. Organização e participação social .....	90
4.4. Um enfoque de gênero na questão agrária .....	98
<hr/>	
<b>Capítulo 5</b>	
<b>Identidade Social e Parentesco Rural .....</b>	<b>103</b>
5.1. O conceito de assentado .....	105
5.2. Parentesco .....	114
5.3. As relações intrafamiliares no assentamento .....	117
5.4. A familiarização da pobreza rural .....	129
<hr/>	
<b>Conclusões .....</b>	<b>131</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>140</b>
<b>Anexo – Fotos do acervo da autora .....</b>	<b>150</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.1.</b>	Mapa da localização geográfica do Pontal do Paranapanema no Estado de São Paulo .....	26
<b>Figura 1.2.</b>	Mapa dos Municípios do Pontal do Paranapanema .....	27
<b>Figura 2.3.</b>	Boletim de ocorrência de preservação de direitos (frente) .....	40
<b>Figura 2.4.</b>	Boletim de ocorrência de preservação de direitos (verso) .....	41
<b>Figura 3.1.</b>	Mapa do projeto de assentamento Nova Pontal .....	78
<b>Figura 4.3.</b>	Foto pôster produzido pelas mulheres assentadas do Nova Pontal durante oficina Conselhos Municipais e Políticas Públicas .....	100

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 3.1.</b>	Distribuição da população rural e urbana do município de Rosana entre os anos de 1993 a 2006 .....	51
<b>Gráfico 3.2.</b>	Formas de acesso aos lotes no assentamento .....	58
<b>Gráfico 3.3.</b>	Distribuição dos titulares por gênero .....	60
<b>Gráfico 3.4.</b>	Frequência de titulares por grupos de adesão segundo sexo .....	62
<b>Gráfico 3.5.</b>	Distribuição da frequência dos titulares segundo grupos e faixa etária.	64
<b>Gráfico 3.6.</b>	Grau de escolaridade em porcentagem dos titulares dos grupos .....	65
<b>Gráfico 3.7.</b>	Distribuição das famílias segundo número de habitantes por lote .....	66
<b>Gráfico 3.8.</b>	Distribuição da população total por gênero e faixa etária .....	68
<b>Gráfico 3.9.</b>	Escolaridade da população total assentada pesquisada e escolaridade conforme gênero .....	70
<b>Gráfico 3.10.</b>	Distribuição dos assentados segundo fonte de renda .....	72
<b>Gráfico 3.11.</b>	Produção Vegetal - Culturas Anuais .....	75
<b>Gráfico 3.12.</b>	Produção Vegetal - Culturas Permanentes .....	76
<b>Gráfico 3.13.</b>	Produção Animal .....	77
<b>Gráfico 3.14.</b>	Valor bruto da produção em reais segundo origem da renda .....	77
<b>Gráfico 4.1.</b>	Avaliação da situação de vida após ingresso no projeto de assentamento .....	84
<b>Gráfico 4.2.</b>	Quantidade relativa de associados conforme tipo de grupo coletivo	94
<b>Gráfico 5.1.</b>	Presença ou não de parentes no mesmo ou em outros projetos de assentamento .....	115
<b>Gráfico 5.2.</b>	Dispersão territorial dos parentes assentados .....	117

## LISTA DE TABELAS

---

<b>Tabela 1.1.</b>	Alteração da estrutura fundiária de São Paulo entre 1985 e 1995 .....	23
<b>Tabela 3.1.</b>	Distribuição da população rural e urbana do município de Rosana entre os anos de 1993 a 2006 .....	50
<b>Tabela 3.2.</b>	Caracterização das moradias dos titulares segundo tipo de material de construção .....	59
<b>Tabela 3.3.</b>	Distribuição percentual da titularidade dos lotes segundo gênero ..	62
<b>Tabela 3.4.</b>	Distribuição das famílias segundo número de habitantes por lote ..	66
<b>Tabela 3.5.</b>	Distribuição da população total por gênero e faixa etária .....	67
<b>Tabela 3.6.</b>	Distribuição da renda familiar em faixa de salário mínimo (S.M.) vigente em 2005 (R\$300,00) .....	71
<b>Tabela 4.1.</b>	Filiação sindical dos assentados .....	91
<b>Tabela 5.1.</b>	Percepção subjetiva sobre o conceito de assentado .....	110
<b>Tabela 5.2.</b>	Conceitos auto-referenciais selecionados pelos entrevistados .....	112
<b>Tabela 5.3.</b>	Localização espacial dos parentes assentados .....	116
<b>Tabela 5.4.</b>	Distribuição da frequência segundo estrutura familiar .....	119

---

**ASSENTAMENTOS RURAIS:  
o campo das sociabilidades em transformação.  
O caso dos assentados do Nova Pontal.**

**INTRODUÇÃO:**

No Brasil, a pobreza sempre foi bandeira de discursos políticos e assunto gerador de controvérsias e opiniões contrastantes tanto na sociedade, quanto nos ambientes de decisões políticas. Entre as alternativas para redução da desigualdade social nacional, a reforma agrária aparece como uma das soluções possíveis para a construção de um país mais justo e efetivamente democrático, porém, não sem causar divergências e lançar muitos desafios. Em pleno século XXI, falar em reforma agrária ainda é adotar uma postura “contra ou a favor” e nesta disputa de interesses e posições ideológicas dados sobre produtividade dos assentados e outros indicadores econômicos são usados e *abusados*, quer para defender, quer para desmerecer o esforço em reduzir a concentração fundiária do país. De fato, quantificamos muito mais do que qualificamos nossa reforma agrária.

Se, juridicamente, a Constituição de 1988 manteve o princípio constitucional do cumprimento da *função social* da terra, a qual, segundo Souza (2002:313), é “produzir, gerar empregos, criar vida, e a esse dever de ser social deve corresponder necessariamente um direito ao uso do solo”, o pleno cumprimento desta lei ainda depende da *vontade* política do Estado, ou melhor, de projetos de governo<sup>1</sup>. Dependente, portanto, de políticas agrárias eficientes. A reforma agrária (assim como qualquer política pública) é resultado do conflito de interesses e precisa de um governo que a coloque como tema privilegiado de ações.

O presente trabalho pretende contribuir para discussão sobre a reforma agrária adotando como viés a interpretação do processo de construção da identidade social gerada pela adoção de novas formas de sociabilidade no meio rural, criadas pela possibilidade de permanência ou retorno ao campo através da implantação de projetos de assentamentos. No

---

<sup>1</sup> Faz-se relevante esta distinção entre estes dois conceitos (Estado e Governo), pois tomamos como definição de governo o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade como um todo (por vivermos num regime democrático representativo), configurando-se a orientação política de determinado governo que assume e desempenha as funções do Estado por um período limitado. Na visão de Höfling (2001), as políticas públicas seriam o “Estado em ação” implantando um projeto de governo através de ações específicas.

campo da sociabilidade rural, procuramos detectar quais os valores presentes nas ações ideais e reais destas pessoas que passam, após conquista de um pedaço de terra, a conviverem diariamente num mesmo espaço e presenciam dificuldades e oportunidades iniciais similares, embora carreguem histórias de vida particulares, pois acreditamos que “a compreensão das implicações sociais da questão agrária depende de que se compreenda também a gênese do sujeito social que a personifica e vivencia. Essa gênese é essencial para a compreensão sociológica do horizonte, das ações e da mentalidade dos protagonistas da luta pela reforma agrária e também da concretização da reforma agrária”. Martins (2003:11)

Obviamente, nem a origem dos assentamentos rurais brasileiros e nem o perfil da população assentada é similar, há distinções não apenas entre os diferentes projetos de assentamento, mas também no perfil interno de um mesmo assentamento. Suas histórias de vida e trajetórias são distintas, assim como as percepções que constroem após a conquista da terra. Pertencem, portanto, à “diferentes categorias que o senso comum e a mídia reduziram a uma categoria só e abstrata, a de sem-terra, uma designação que acoberta diferenças de propósitos, de necessidades e de reivindicações dos próprios trabalhadores, tanto os que reivindicam quanto os que são atendidos”.<sup>2</sup> (Martins; *ibidem*: 16)

O conceito construído para definí-los é o de assentado e, segundo relato de um morador do projeto de assentamento Nova Pontal, *assentado fica como se fosse favor, quem vê de fora, vê diferente*. Essa fala expressa nitidamente que os olhares sobre os fatos dependem do referencial de quem observa, afinal, *quem vê de fora, vê diferente*. Segundo as percepções subjetivas, muitos dos entrevistados não demonstraram qualquer sentimento negativo com a palavra *assentado*, pois a mesma era, sob o *olhar de dentro*, sinônimo de luta, de conquista, de realização do sonho de permanência ou de (re)encontro com a terra.

Em busca pela interpretação deste *olhar de dentro* optamos pela realização de um estudo de caso de um projeto de assentamento implantado em setembro de 1998, localizado na região do Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado de São Paulo, denominado Nova Pontal. Localizado no município de Rosana, faz divisa com os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul e fica a treze quilômetros do Distrito de Primavera, às margens da rodovia que segue em direção ao estado do Paraná. A área destinada à reforma agrária comporta a

---

<sup>2</sup> Sobre este tema ver os artigos: BRENNEISEN, Eliane Cardoso. *Assentamento Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente*. SILVA, Maria Aparecida Moraes. *Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra*. QUINTEIRO, Maria da Conceição. *Rio Paraíso, o paraíso conquistado*. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “*Morar e Trabalhar*”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga. MAGALHÃES, Sônia Barbosa. *Direitos e projetos: uma leitura sobre a implantação de assentamentos no Sudeste do Pará*. Todos IN: TRAVESSIAS: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos; coordenado por José de Souza Martins et al. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

quantidade de cento e vinte e duas famílias numa extensão total de dois mil, setecentos e oitenta e seis hectares. Seu grande potencial hídrico, por estar à beira do reservatório da Usina Hidrelétrica de Rosana e ser cortado pelos ribeirões Água-amarela, Cachoeirinha e Areia Branca, faz com que o visual em alguns pontos apresente-se de modo exuberante para quem passa ou mora no local.

Residi pouco mais de dois anos no município de Rosana, de dezembro de 2004 à janeiro de 2007, conciliando pesquisa de campo e trabalho nos projetos de assentamento do local como analista de desenvolvimento agrário da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP). Tal situação é importante para compreensão do tipo de relação estabelecida durante a pesquisa com os moradores do assentamento, cujo convívio pode ser considerado bastante intenso devido à vivência cotidiana no local. Prefiro não fazer apologias de que minha situação é, portanto, mais favorável em relação à de outros colegas, cujo contato se dá apenas em situações de pesquisador/pesquisado ou de que a duplicidade de papéis (funcionária pública e pesquisadora) assumida por mim torna minha atuação uma forma de *pesquisa-ação* (Gianotten e Wit; 1999/ Thiollent; 1999). Convém esclarecer apenas que busquei sempre informá-los quando estava realizando perguntas que eram para minha pesquisa, a fim de evitar que sentissem qualquer obrigação de resposta. Um fato, porém, é relevante abordar: a intensidade das conversas e a entrega de diversos documentos a que tive acesso ocorreram apenas após bastante tempo de convívio, material que, caso tivesse ido apenas por curto período de tempo, não teria acesso<sup>3</sup>.

Durante a parte de campo da pesquisa, diferentes técnicas foram adotadas: observação participante da vida do assentamento, levantamentos de dados através da aplicação de questionários (*sample survey*), coleta de entrevistas dirigidas ou levantamento de histórias de vida através do uso de gravador (conforme etapa de pesquisa e objetivo a ser alcançado) e análise de informações existentes sobre o projeto de assentamento (documentos fornecidos pela Fundação ITESP, artigos de jornais e documentos jurídicos sobre a fazenda antes e depois do projeto de assentamento ser realizado).

A metodologia adotada para a compreensão do processo de construção destas *novas identidades* surgidas através dos assentamentos rurais são os conceitos-tipo de *comunidade* e *sociedade* formulados por Ferdinand Tönnies, cuja natureza complementar e contraditória nos permite analisar as diferentes formas de organização social conforme o momento e o movimento das vontades que caracterizam os dois conceitos centrais. A interpretação das

---

<sup>3</sup> Para preservar a identidade dos informantes dessa pesquisa, todos os nomes das pessoas citadas são fictícios.

*categorias nativas* que dão sentido à vida inter e intradoméstico dos assentados se dá através da compreensão dos valores (componentes dialéticos da natureza social do ser humano) que, ora atraem, ora afastam as pessoas umas das outras.

No primeiro capítulo apresento um panorama geral da Sociologia voltada para os estudos das camadas mais pobres da sociedade brasileira, quer o foco de pesquisa fosse a cidade ou o campo. A Sociologia Urbana e a Sociologia Rural seguiram perspectivas distintas, embora, historicamente determinadas, primordialmente, pelo processo de industrialização da década de 50 e do golpe militar de 1964, para, ao final do século XX, aproximarem-se na compreensão de que os pobres, quer residam na cidade ou no campo, são sujeitos sociais com maneiras heterogêneas para compreensão de sua situação de pobreza. Em seguida, a reforma agrária é inserida no terreno das políticas públicas necessárias para redução da extrema concentração fundiária no Brasil e contextualizada conforme o caso da região do Pontal do Paranapanema. Para encerrar o capítulo inicial é apresentada a perspectiva teórica adotada para realização deste trabalho.

No capítulo dois o objetivo principal é o de esclarecer como foi a ocupação da Fazenda Nova Pontal no ano de 1990 segundo a visão da mídia impressa para, em seguida, com uso de técnicas de entrevista e, mostrando a legislação vigente para implantação de projetos de assentamento no estado de São Paulo, rememorar como foi a passagem de parte das terras da fazenda para área de assentamento rural.

Realizada esta reconstituição histórica, no capítulo três defino a configuração física e socioeconômica do projeto de assentamento Nova Pontal, mostrando uma multiplicidade de dados referentes ao município e à configuração interna do local pesquisado. Ambos os capítulos são fundamentais para posterior compreensão das práticas sociais e simbólicas dos sujeitos sociais inseridos no projeto de assentamento pesquisado. A apreensão do contexto histórico e socioeconômico no qual a população assentada está imersa refletem os valores presentes nas vontades expressas nas ações sociais, as quais são subjetividades, objetivamente arraigadas no meio onde ocorrem. Assim, a interpretação de suas falas é também resultante da situação vivida.

O capítulo quatro é dedicado à interpretação dos valores presentes nas ações ideais e reais dos moradores do projeto de assentamento referentes à análise da trajetória de vida de cada uma das famílias. Procura, portanto, analisar trajetórias de vida anteriores ao ingresso na luta pela terra como opção para permanência ou retorno à mesma e captar as percepções subjetivas da balança permanência-migração, as quais no início do século XXI, expressam a ambigüidade da realidade rural/urbana e a vontade de conciliação dos aspectos considerados

positivos de cada um desses ambientes, recaindo, porém, numa avaliação positiva da situação atual de assentados.

No capítulo cinco, a ênfase recai sobre a compreensão da formação das identidades sociais presentes no processo em construção de novas formas de sociabilidade regidas pela reforma agrária no país, agrupadas na denominação de *assentado*, conceito definidor desse novo personagem que entra em cena nos projetos de assentamento. Analiso as relações inter e intrafamiliares dos assentados do Nova Pontal e a maneira como se dá, nas diferentes estruturas familiares encontradas, a ocupação social do espaço doméstico e de produção entre os membros da família.

Os resultados obtidos nesta pesquisa agrupados nos cinco capítulos visam, ao final da leitura dos mesmos, formar um panorama de como a identidade social (re)construída pelos assentados é regida por relações sociais que carregam consigo as diferentes trajetórias de cada um, cuja vivência dos valores característicos dos ambientes urbanos e rurais formam, segundo a metodologia adotada, a tipologia de uma *sociedade rural* no projeto de assentamento.



## CAPÍTULO 1

### **A Reforma Agrária no contexto da Sociologia Rural: o caso do Pontal do Paranapanema**

A Sociologia, Rural ou Urbana, ao se debruçar na compreensão das camadas mais marginalizadas da sociedade brasileira passou por períodos iniciais de significativos *equivocos* de interpretação. A principal incongruência da maioria dos estudos estava em dedicar maior ênfase ao que gostariam que estas camadas sociais fossem, esquecendo-se, muitas vezes, de analisá-las como de fato o são, objetivo primeiro de uma boa produção sociológica.

A expectativa em relação ao que se almejava variou, obviamente, conforme o meio no qual era produzido o conhecimento, mas as conclusões a que chegam os pesquisadores nas últimas décadas, como procurarei estabelecer aqui, são bastante similares no que se referem à necessidade e ao tipo de alteração de postura metodológica.

Esta Sociologia que buscava, quer na cidade ou no campo, analisar a pobreza brasileira enquanto problema social a ser pesquisado, transformando assim o pobre em categoria analítica sociológica, tem em comum o mérito de trazer para o debate a parte mais incômoda de nossa sociedade, a qual muitos prefeririam (ou preferem ainda) ignorar: nossa extrema concentração de renda e de terra e sua conseqüente desigualdade social.

Obviamente, essa categoria analítica aparece com variações nominais nos dois ambientes conforme metodologia adotada e objetivo da análise proposta pelo pesquisador, podendo nela incluir trabalhadores urbanos: operários, favelados, biqueiros, sem teto e trabalhadores rurais, camponeses, posseiros, parceiros ou meeiros, caipiras, peões, bóias-frias, colonos, agregados, arrendatários, sitiantes, volantes, agricultores familiares, pequenos proprietários, sitiantes ou assentados no campo.

#### **1.1. Sociologia e Pobreza:**

Embora a preocupação com a desigualdade social brasileira seja concomitante com o nascimento de uma Sociologia nacional, podemos adotar dois marcos históricos nos estudos sobre a pobreza para compreensão das mudanças de foco pela qual passaram as pesquisas sociais urbanas e rurais: o processo de modernização brasileira da década de 50 e o golpe militar de 1964.

A modernização do Brasil apoiava-se no discurso desenvolvimentista baseado na idéia de que crescimento econômico é requisito fundamental para redução das desigualdades sociais. Embora necessária, a ampliação da riqueza por si só não soluciona o problema da desigualdade sem que políticas públicas estruturais sejam efetivadas e, em nosso caso, ao contrário dos discursos políticos, agrava-as.

O problema é que, contrariando a teoria liberal de justiça, segundo a qual desenvolvimento econômico desencadearia em justiça social de acordo com a capacidade individual de cada um sem a interferência do Estado, o que vemos no Brasil são milhares de pessoas em situação de dependência, ou seja, incapazes de “ganhar a vida por conta própria”, independentemente de sua vontade para fazer isto. É correto supor o crescimento econômico como necessário para melhora social, afinal é certo que “a miséria é filha do subdesenvolvimento, mas não é qualquer modo de desenvolvimento que a faz desaparecer”. (Abranches; 1994:16)

Ampliam-se as diferenças entre as diferentes classes sociais, gerando nas cidades emergentes um contingente enorme de mão-de-obra de baixa qualificação a ser explorado pela classe dominante, muitos dos quais eram originários do meio rural e foram expropriados de suas terras por esta mesma modernização que, no campo, pregava o desenvolvimento das agroindústrias.

Esse discurso modernizador vai, no período pós 1964, tornar-se hegemônico, resultando na chamada *militarização da questão agrária*, na *expropriação* dos trabalhadores rurais e na *exploração*. (cf. Moraes e Silva; 2004)

O processo de industrialização e o crescimento abrupto da população dos centros urbanos na década de 50 e sua relação com a redução da população rural<sup>4</sup> fizeram com que muitos pesquisadores, fortemente influenciados pelas idéias marxistas, tentassem identificar no operariado emergente a classe revolucionária descrita por Marx num primeiro momento para, no período pós-68, perceberem que a diversidade interna que apresentavam era um grande obstáculo ao seu reconhecimento enquanto tal, suposta resposta à debilidade de nossa industrialização em implantar relações tipicamente capitalistas. (cf. Sader e Paoli; 1988)

---

<sup>4</sup> De acordo com Martine (1987: 60-61), em 1940, o Brasil tinha apenas 51 cidades de mais de 20 mil habitantes, compondo 16% da população total. Em 1950, o número das cidades passou para 85 e, em 1960, para 155. Nesta data, o Brasil já tinha seis macro-cidades (i.e., mais de 500 mil habitantes) e a população residente em cidades de mais de 20.000 habitantes já correspondia a 29% do total. Embora as cifras sejam bastante precárias, estima-se que o êxodo rural foi da ordem de três milhões, na década de 40, e de sete milhões na década de 50.

Se, na cidade, o desafio aos cientistas sociais era primordialmente esse<sup>5</sup>, nessa mesma época, a modernização era também pauta de intensos debates políticos acerca do campo brasileiro, os quais pareciam dividir o Brasil em dois: o moderno, o das cidades, e o atrasado, o do campo. Na realidade, até a metade do século XIX, o meio rural era percebido por alguns como um local de resíduos do feudalismo, caracterizado por seus coronéis e suas relações de poder e dominação sobre os camponeses. Para outros, pelo contrário, seu atraso dava-se devido à introdução do sistema capitalista no meio rural. Debate só superado após promulgada a Lei Nº. 601, de 18 de Setembro de 1850, mais conhecida como Lei de Terras, fato que consolida a expansão capitalista no campo brasileiro ao determinar em seu artigo primeiro que *ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra*.

A determinação jurídica de que a propriedade da terra no Brasil só poderia ocorrer por meio da compra, ou seja, sob a forma capitalista, foi condição necessária para a manutenção dos grandes latifúndios no país e para que os enormes contingentes de migrantes estrangeiros e os emergentes “homens livres” pós escravidão se somassem aos camponeses expropriados para serem explorados. Entre os objetivos da Lei de Terras estava a tentativa de organizar a situação dos registros das terras doadas desde o período colonial e de legalizar as ocupadas sem autorização, para depois reconhecer as terras devolutas, pertencentes ao Estado, o qual, a partir desta data, segundo Moraes e Silva (2004:17), “por meio de legislações específicas, concentrara o poder de transformar as terras em propriedades privadas”.

O meio rural era tido como *locus* propício ao desenvolvimento das grandes empresas agropecuárias e, assim como na cidade, supunha-se (erroneamente) que desenvolvimento econômico significaria automaticamente distribuição mais justa da riqueza no campo.

Ao contrário da Sociologia proferida no período sobre as cidades e *nas* cidades, a qual procura ver na proletarização emergente a possibilidade da emergência da classe revolucionária, que geraria justiça social através do rompimento com o sistema econômico adotado, no campo, a Sociologia manteve-se alheia ao duplo processo de expropriação e exploração e posicionou-se, na maioria das vezes, ao lado do discurso desenvolvimentista do campo, esquecendo-se que a modernização era um valor para os sociólogos, mas não para as populações rurais. Para elas, era desemprego, desagregação da família, etc. (Martins; 2002) Se a Sociologia Urbana enfatizava a análise das estruturas sociais no sistema capitalista, reduzindo as ações dos sujeitos à posição ocupada dentro do sistema, a Sociologia Rural

---

<sup>5</sup> Sobre as perspectivas teóricas e metodológicas para compreensão da pobreza urbana ver RAMIRO (2006).

priorizava estudos da produção agrícola e agrária como forma de demonstração de desenvolvimento do campo brasileiro.

Seguindo caminhos diferentes, resultantes da vivência de um mesmo contexto histórico nacional (modernização e industrialização) apenas nas últimas três décadas do século XX, a sociologia, da cidade e do campo, foi convergir numa conclusão bastante similar: a necessidade de compreensão dos pobres urbanos ou rurais como sujeitos sociais que compõem uma heterogeneidade de maneiras, explícitas e implícitas, ideais e reais, de vivenciar sua situação de pobreza. Esse tipo de análise amplia a visão dos *campos de pesquisa* dentro das próprias ciências sociais, trazendo, para pesquisas urbanas sobre as camadas subalternas, diversos antropólogos, como Alba Zaluar e Eunice Durhan e, por outro lado, desperta o interesse de sociólogos para a compreensão do modo de vida no campo, seguindo o exemplo precursor, por exemplo, do clássico, *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Cândido, resultado de pesquisa empírica na década de 50.

Na década de 80, Alba Zaluar ao pesquisar os modos de vida das classes populares do bairro Cidade de Deus, na cidade do Rio de Janeiro, famoso por sua violência, afirma que:

Os pobres urbanos, descobri, como quaisquer seres humanos, pensam a respeito de suas condições de vida e dos inúmeros valores, normas, regras, significados com que costumam ser ‘educados’ ou ‘formados’ pelas inúmeras agências estatais e religiosas, bem como pelos meios de comunicação. (Zaluar; 1985:28)

Essa mudança de foco para as práticas dos sujeitos ocorre também na Sociologia Rural através do que Martins (2002) denominou de *desencantamento da Sociologia Rural* nas últimas duas décadas do século XX, caracterizado pela descoberta dos sociólogos de que as populações rurais têm seus próprios códigos de conhecimento e sua própria concepção de destino, os quais são tão legítimos quanto os nossos. Segundo suas palavras (ibidem: 220):

Nenhum campo da sociologia ficou mais exposto a o desencantamento do que a sociologia rural. Porque nenhum ficou tão obstinadamente preso à suposição de que as populações rurais são populações retardatárias do desenvolvimento econômico da história e da História, supostas ilhas de primitivismo no suposto paraíso da modernidade. Diferentes concepções da sociologia rural defrontaram-se com a mesma dificuldade.

Em seu livro *Introdução Crítica à Sociologia Rural*, Martins supõe que a própria noção de rural é elaborada a partir de determinadas condições e circunstâncias sociais. A

premissa do autor é a de que “o rural é parte de uma forma de construção social da realidade, ainda que no âmbito do chamado conhecimento sociológico”. (1986:12-13) Conhecimento sociológico é repleto de ambigüidades, segundo Martins, desde sua origem e, por causa disso, permitiu a distinção qualitativa dos meios rural e urbano, mas que, ao entender o meio rural como um meio qualitativamente diferente, visa intervir nesse mundo, explícita ou implicitamente, para realizar a hegemonia do mundo urbano sobre o rural.

Outra questão importante no que se refere ao surgimento da Sociologia Rural como um ramo específico do conhecimento sociológico é que, assim como o surgimento da própria disciplina, ela também tem uma origem histórica determinada por um momento de crise e de transformações sociais, que resultaram na necessidade de interpretação do aparecimento de novos problemas. Pode-se afirmar que esta crise tem duas dimensões: a migração do campo para a cidade e o conseqüente despovoamento do campo por um lado, e a invasão do campo pelas cidades, i.e., a urbanização do meio rural. (cf. Solari; 1971) Sendo assim, a mobilidade campo/cidade é essencial para compreensão dos meios rurais e urbanos, afinal, “provavelmente, muitos praticantes de profissões urbanas ou procedem do meio rural ou são filhos de pais que se dedicam ou dedicaram a ocupações rurais” e, a migração como forma de mobilidade ocupacional sendo excluída da discussão retira um traço fundamental para pensar-se as relações campo/cidade em termos que superem as polarização em tipos”. (Martins; 1986:27)

Um estudo brasileiro clássico desse tipo de transformações sociais interligadas é a obra de Eunice Durhan, *A Caminho da Cidade*, na qual o objetivo principal é justamente investigar a “integração de trabalhadores rurais em sistemas urbano-industriais, na medida em que esse movimento representa o abandono de estruturas tradicionais e a incorporação em um sistema complexo e diferenciado, onde se realizam mais plenamente as formas de produção, relações e trabalho e modos de vida característicos da nova ordem social em emergência”. (Durhan; 1973:9-10)

Por visar a hegemonia do mundo urbano sobre o rural, a distinção qualitativa dos dois meios é possível devido àquela ambigüidade de origem da Sociologia. Desta maneira, em cada tipo é possível visualizar uma identidade que se preserva, fazendo com que internamente não haja ambigüidade em cada termo da dualidade. O rural como objeto socialmente construído e os usos feitos de seu conhecimento mostram que “a sociologia rural mostra-se como expressão da dominação da cidade sobre o campo” (Martins; 1986:32) expressando assim o caráter pragmático da criação desta disciplina.

Quanto ao rumo que a disciplina pode tomar, Solari (1971), por exemplo, afirma que “completado o processo de urbanização rural a sociologia rural deveria desaparecer, ao menos com seu conteúdo tradicional, para converter-se num ramo da sociologia das produções ou ocupações, a das ocupações agrícolas num sentido amplo”. (In Martins, 1986: 33) Martins vê isso como uma tendência evolucionista e que a crise que gera a Sociologia Rural seria a crise da sociedade global e não da sociedade rural em si mesma. “Desse modo, a Sociologia Rural apresenta-se como resultado que nega seu próprio objeto. [...] o conhecimento na Sociologia Rural é produzido para superar o rural”. (op. cit.:33)

Mudança no meio rural, nos termos adotados, é urbanização do meio rural como forma de superação da dicotomia rural-urbano. O conhecimento é produzido sob a ótica do público que demanda o conhecimento e, conseqüentemente, sofre influências do modo de ver desse grupo.

Apoiando-se na definição de processo social como a vivência da História numa dupla dimensão, ou seja, de que o processo social constitui-se nas interpretações que as pessoas fazem de sua existência e pelo caráter histórico de suas atividades, Martins detecta que a construção de uma Sociologia especial representa a análise do processo em si mesmo. Portanto, pode-se dizer que, em termos de campo de intervenção, é possível pensar numa Sociologia Rural, mas, até pouco tempo, serviu de instrumento de dominação das classes urbanas sobre as rurais.

A discussão sugere uma problematização da realidade agrária em outros termos, tornando possível, porém, a retomada das concepções pelas quais a realidade agrária elabora socialmente como concepções-objeto e não como concepções absolutas, definidoras do conhecimento a ser obtido. (Martins; *ibidem*:38)

A Sociologia Rural precisa, na perspectiva de Martins, ultrapassar a dualidade campo/cidade para explicar as bases rurais de produção do ser social e de sua consciência. A produção de uma forma específica de sujeito social, ou seja, da construção de uma nova identidade social criada a partir da Reforma Agrária no país, a de assentado, baseia-se na possibilidade de permanência ou na de retorno ao meio rural para muitas pessoas e requer a busca pela compreensão das formas sociais e simbólicas por meio das quais estes *novos sujeitos sociais* explicam sua existência passada/ presente e sua visão de futuro.

## **1.2. Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema:**

De modo resumido, podemos afirmar que a reforma agrária é a modificação da estrutura agrária de um país, ou região, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola, implicando, portanto, na dependência de intervenção deliberada do Estado nos alicerces do setor agrícola. (cf. Veiga; 2005) Sendo assim, ela implica em planejamento, redistribuição de renda, redução do poder dos grandes latifundiários e também em conflito de interesses contrários, ao pressupor um jogo de relações de força entre as classes sociais; isto porque é diferente de transformações econômicas no perfil fundiário ocasionadas por mudanças naturais e/ou crises e visa a desconcentração de terras.

O conceito de políticas públicas pode ser percebido como parte do processo estatal de alocação e distribuição de valores e, conforme caracterização do processo, as políticas podem ser classificadas como compensatórias ou estruturais (cf. Abranches; 1994). No primeiro caso, as ações do Estado são decorrentes de fatores ligados ao ciclo vital do ser humano (doença, velhice, maternidade, etc.), incontroláveis, portanto, individualmente ou coletivamente. No caso das políticas públicas estruturais, as ações estatais são aquelas decorrentes de fatores externos aos indivíduos, associadas à dinâmica de reprodução da vida social. Nesse sentido, concordamos com Sampaio (2002: 317) ao afirmar que “a questão agrária é uma questão estrutural porque não pode ser solucionada exclusivamente com medidas de políticas agrícola ou social”.

A necessidade da alteração de nossa estrutura fundiária pode ser melhor visualizada na análise da estrutura fundiária brasileira num período de dez anos, de 1985 a 1995, na qual detectamos que permanece o ciclo vicioso de grandes áreas concentradas nas mãos de poucos. As propriedades menores decresceram de 100.118 estabelecimentos para 65.303 no período, bem como os estabelecimentos de 10 a 100 hectares passaram de 143.763 para 119.209 em 1995. Os dados dos Censos Agropecuários dos dois períodos aparece a seguir:

Tabela 1.1.: Alteração da Estrutura Fundiária de São Paulo entre 1985 e 1995  
 Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE

TAMANHO DA PROPRIEDADE (em hectares)	ESTABELECIMENTOS RURAIS – 1985				ESTABELECIMENTOS RURAIS - 1995			
	Número	% em número	Área	% em área	Número	% em número	Área	% em área
Menor que 10	100.118	35,52	483.657	2,39	65.303	29,9	307.645	1,77
De 10 a 100	143.763	50,97	4.878.042	24,1	119.209	54,68	4.116.864	23,7
De 100 a 1.000	35.307	12,52	9.253.555	45,7	31.162	14,29	8.188.570	47,1
De 1.000 a 10.000	2.561	0,91	5.188.692	25,6	2.050	0,94	4.209.098	24,2
Maior que 10.000	29	0,01	441.337	2,18	36	0,02	547.027	3,16
Sem declaração	212	0,07	-	-	256	0,12	-	-
TOTAL	282.070	100	20.245.283	100	218.016	100	17.369.204	100

Ocorreu no período o que Martins (1980) denominou de processo de expropriação/exploração do trabalhador rural, havendo uma redução de 32% de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas. De 1,35 milhões de pessoas empregadas no campo em 1985, 440 mil se viram forçadas a migrar para as cidades, passando para 910 mil o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas em 1995. Dentre as principais razões para este fato estão: a concentração da propriedade da terra, o aumento da extensão das pastagens e as transformações nas relações de trabalho na lavoura devido à implementação das novas tecnologias.

A origem desta estrutura fundiária brasileira apresenta três marcos históricos principais: o regime das sesmarias, o regime de “posses” e a Lei de Terras de 1850<sup>6</sup>. Após a chegada dos colonizadores, depois de 1530, a Coroa Portuguesa deu início ao processo de colonização e, para reduzir as despesas, criou o sistema das capitanias hereditárias, doando extensas faixas de terras aos capitães donatários. Pode-se afirmar que este regime adotado foi o marco do início da história latifundiária de nosso país. Em 1530, o rei D. João III dá, ao então governador geral da colônia brasileira, Martin Afonso de Souza, o poder de conceder o domínio útil das áreas rurais àqueles que quisessem explorá-las, fazendo surgir o *Regime de Sesmarias* no Brasil colônia. A doação de terras era feita aos interessados em construir engenhos ou estabelecer alguma atividade econômica na colônia, desde que comprovasse possuir os recursos necessários para o investimento. Este regime permaneceu até o ano de 1822, ano da Independência do Brasil. Do fim das sesmarias, em 1822, até 1850, não houve

<sup>6</sup> Importante destacar que a maioria dos indígenas que habitavam a América era nômade ou seminômade, desconhecendo, portanto, a noção de propriedade privada. Deslocavam-se em busca de melhor região de caça, terrenos mais férteis para plantio, etc.



nenhum ordenamento que regulamentasse a propriedade e a posse de terras no Brasil. Este período de lacuna legal ficou conhecido como *Regime de Posses*, caracterizado, principalmente, pela ocupação de terras ociosas sem título de reconhecimento legal.

Em 1850, é promulgada a LEI Nº. 601, de 18 de setembro de 1850, mais conhecida por Lei de Terras, em cujo artigo 1º já expõe que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. Define também o que seriam as chamadas terras devolutas em seu artigo 3º como “as que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal”. Os objetivos desta lei eram: organizar a situação dos registros de terras doadas desde o período colonial e legalizar as ocupadas sem autorização, para, depois, reconhecer as terras devolutas, pertencentes ao Estado. Por este motivo, esta Lei é considerada fundamental para compreensão da questão agrária brasileira e o conceito de terras devolutas é primordial para o entendimento da reforma agrária, especialmente, a reforma agrária na região no Pontal do Paranapanema, realizada em sua maioria em terras devolutas estaduais, onde se encontra o projeto de assentamento aqui pesquisado, o Nova Pontal.

Até o início do século XX, a região do Pontal do Paranapanema era classificada como *sertão desconhecido*. Com uma história repleta de conflitos, iniciados pela passagem do bandeirante Antônio Raposo Tavares, em 1648, visando aprisionar índios para o trabalho escravo, passando por vários processos de grilagens de terras decorrentes da promulgação de Lei de Terras, até virar o denominado *Sertão do Paranapanema* devido à expedição científica do engenheiro Theodoro Fernandes Sampaio, do Rio Paranapanema desde a nascente até a foz do Rio Paraná, descrevendo suas terras, madeiras, índios, matas e vales. O povoamento da região foi decorrente, principalmente, da construção do Projeto Ramal Dourados, nome pelo qual ficou conhecido o projeto da Estrada de Ferro Sorocabana<sup>7</sup>, a qual demorou trinta e três anos para ser construída no trecho que ligava Botucatu à margem do Rio Paraná. Com a chegada da Companhia Sorocabana de Estrada de Ferro intensificam-se o desmatamento da madeira da região, tanto para fabricação dos dormentes quanto para exportação. (cf. LEITE, 1998)

Em 1929, à crise do café, soma-se o esgotamento do solo devido ao plantio do algodão, introduzindo na região a pecuária de corte. Na década de 30, destaca-se o surgimento

---

<sup>7</sup> O nome Projeto Ramal Dourados só foi existir no ano 1951, quando foi alterado o projeto inicial dos trilhos seguirem de Presidente Epitácio até Ponta Porã, para seguirem na direção da barranca do Rio Paraná e fazerem a ligação por balsa até Ponta Porã, passando, portanto, pelo município de Dourados/MS.

da figura do “quebra-milho”, capangas contratados por grandes posseiros na região, gerando mais violência pela posse da terra na região.

Já as Reservas Ambientais surgirão apenas na década de 40, quando grande parte da mata nativa já havia sido desmatada. Em 1941, é criada a Reserva Florestal Morro do Diabo e, em 1942, são legitimadas as Reservas Florestais Lagoa de São Paulo (no município de Presidente Epitácio) e a grande Reserva do Pontal. A criação das reservas, todavia, não impedem que a degradação ambiental continue. Em 1973, a Destilaria Alcídia pulveriza uma área de 5.000 hectares com o “agente laranja”, destruindo a fauna e a flora da área atingida. No ano de 1978, a proibição da extração de madeira acaba por retirar o verdadeiro significado da construção do Ramal Dourados. Assim, fica cancelada a circulação dos trens de passageiros no mesmo ano e, dois anos depois, também a dos trens de carga.

Em 1980, iniciam-se as obras das Usinas Hidrelétricas de Rosana, Porto Primavera e Taquaruçu, atraindo para região grande número de barrageiros, resultando em crescimento populacional e, como consequência ao final das obras das usinas e das terras serem, em sua predominância, devolutas, intensifica-se a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região. Os conflitos ocasionados por estes fatos, impulsionam a criação, em 1991, do órgão público Instituto de Terras do Estado de São Paulo para atuar na questão agrária do estado de São Paulo, visando também implementar a Lei Estadual 4.957/85, a qual dispõe sobre os planos públicos de aproveitamento dos recursos fundiários do estado.

Os projetos de assentamento estaduais são implantados com base em algumas premissas técnicas que visem seu desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo. Assim, a dimensão e localização dos lotes são estipuladas pelos analistas de desenvolvimento agrário visando garantir a subsistência e o desenvolvimento sócio-econômico das famílias assentadas, sendo que, diferentes variáveis, tais como: tipo de solo, aptidão do público a ser assentado, clima, distância dos centros de comercialização, estrutura da família, etc., interferem na definição dos módulos de cada projeto de assentamento. (ver CADERNOS ITESP, 2000)

Todo projeto de assentamento possui áreas destinadas à Preservação Ambiental: áreas de Reserva Permanente – APP e Reserva Floresta Legal- RFL. As áreas com vegetação nativa são mantidas intactas e incluídas nas áreas de Reserva Florestal Legal e, se necessário, são complementadas até o limite mínimo de 20% da área em questão. As áreas de preservação permanente são mantidas ou recuperadas seguindo a legislação do Código Florestal (Lei 4.771 de 15/09/1965 alterada pela Lei nº. 7.803 de 18/07/1989). Sempre que possível procura-se manter corredores de avifauna, faixas de interligação entre as áreas de mata existentes ou

projetadas, propiciando a circulação de animais silvestres entre os fragmentos florestais e os cursos de água.

Atualmente, no Estado de São Paulo, existem cento e sessenta e sete projetos de assentamento, sendo que, deste total, cento e três estão localizados na região do Pontal do Paranapanema, num total de 5.513 famílias assentadas numa área total de 133.618,37 hectares. No município de Rosana, além das 122 famílias do assentamento Nova Pontal, há outras 31 famílias assentadas no projeto Bonanza, além de 438 lotes da Gleba XV de Novembro estão na jurisdição do município.

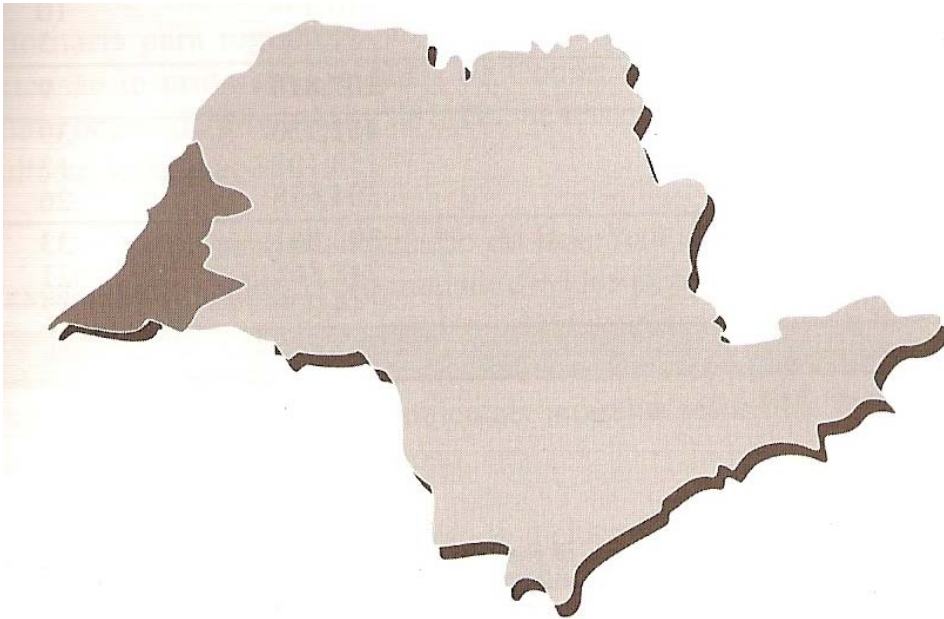


Figura 1.1.: Mapa da localização geográfica do Pontal do Paranapanema no Estado de São Paulo.  
Fonte: Fundação Itesp.

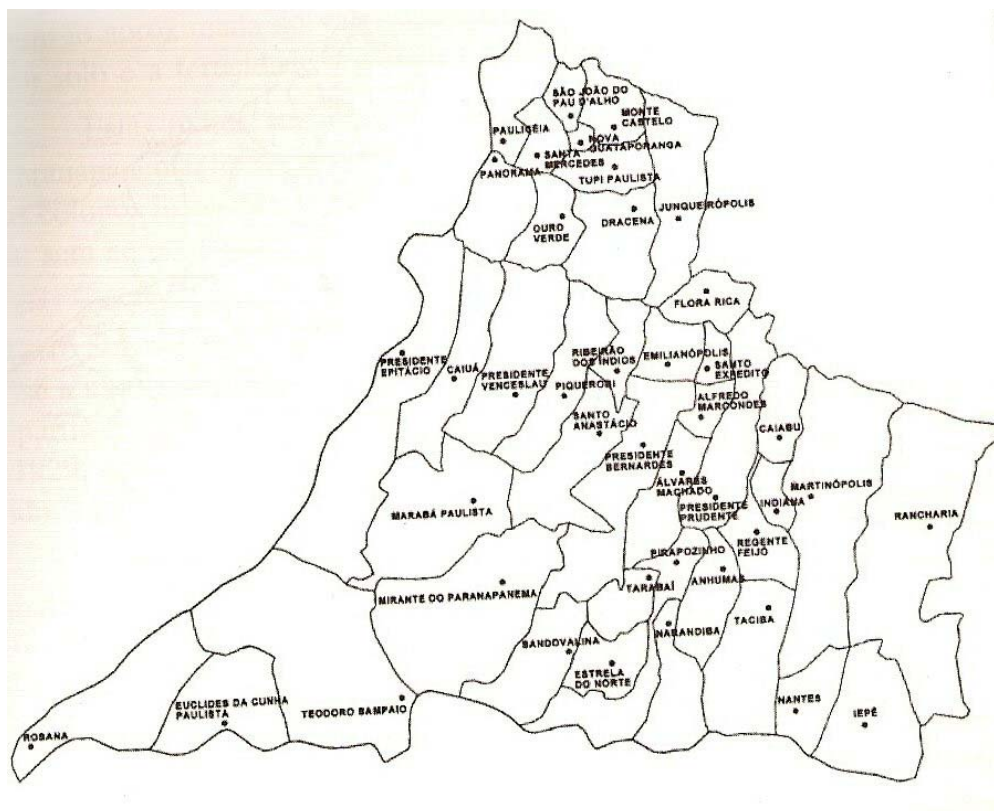


Figura 1.2.: Mapa dos Municípios do Pontal do Paranapanema.

Fonte: Fundação Itesp.

### 1.3. Perspectiva teórica:

Se é consenso entre os cientistas sociais de que a superação da dualidade campo-cidade se faz necessária devido aos novos arranjos sociais emergentes e a proximidade cada vez maior entre os dois ambientes, criando situações nas quais o pensamento dicotômico poderia ser restritivo para as interpretações das ambigüidades e especificidades possíveis nos arranjos existentes no campo e na cidade, não parece-me ainda acertada a postura arriscada de descartar diversos autores que serviram de base para o surgimento da Sociologia Rural, em especial, Ferdinand Tönnies<sup>8</sup>, cuja obra principal é *Gemeinschaft e Gesellschaft*, traduzida como *Comunidade e Sociedade*, em 1887.

<sup>8</sup>. Ferdinand Julius Tönnies nasceu aos vinte e seis de julho de 1855, na região de Oldenswort, ducado de Schleswig-Holstein, região que apenas nominalmente pertencia ao reino da Dinamarca, mas que, após Guerra Franco Prussiana, em 1870/71, com a unificação da Alemanha e proclamado o império alemão, passa a ser incorporada de fato a um Estado. Aos vinte e dois anos, Tönnies inicia seus estudos universitários e apresenta um leque bastante amplo entre os autores estudados: de Nietzsche, Kant, Schopenhauer, os gregos, passa, ao conhecer F. Paulsen, a aprofundar-se nos estudos sobre Spinoza e a descobrir Hobbes, o qual até então era visto apenas como um discípulo de Bacon. O encontro de Tönnies com Paulsen, em 1876, em Berlim, de quem foi

A afirmação de que suas idéias podem ser consideradas a base do surgimento da Sociologia Rural se deve ao fato de Tönnies, embora sem maiores aprofundamentos, aparecer na literatura especializada como o *teórico da comunidade*. Todavia, conforme nos mostra Miranda (1995: XVI), grande parte dos autores que utilizaram a teoria de Tönnies no século XX, fizeram-no de maneira “senão equivocada, ao menos extremamente parcial e simplificada, que não raro, mesmo ao se louvá-lo, estavam apenas induzindo ao erro”.

### 1.3.a. Comunidade e Sociedade:

Os conceitos de comunidade e sociedade são, nas ciências sociais, concomitantes ao aparecimento de novas formas de viver decorrentes das transformações ocasionadas, basicamente, pelas Revoluções Industrial e Francesa. O esforço dos pensadores novecentistas residia em conseguir traduzir para o plano teórico, as mudanças empíricas visualizadas nas relações sociais de sua época. Segundo Miranda (1999: 17):

De modo geral, os clássicos acompanharam um processo histórico da produção social do indivíduo na medida em que se desenvolvia o capitalismo e o espírito comercial. Verificaram um afrouxamento progressivo dos sentimentos profundos e solidários na forma idealizada pelos estudos de comunidade (e de classes). O individualismo, como conceito criado e desenvolvido nas sociedades modernas e democráticas configura o novo cidadão, que serve da “igualdade” para produzir o isolamento e a diferença. [...] O lugar para a produção deste individualismo é a cidade. Lugar de grande circulação de pessoas, da divisão social do trabalho e da variedade de interesses.

---

aluno e grande amigo, é decisivo na obra de Tönnies devido à teoria de que “toda natureza psíquica só se expressa através das vontades”. (Miranda; 1995: 02) Após graduar-se no ano de 1877, Tönnies dedica-se a estudar com o intuito de seguir a carreira acadêmica, e em 1881/82 começa a preparar a que se tornaria sua principal obra, *Gemeinschaft und Gesellschaft*, publicando-a em 1887, sem nenhuma repercussão imediata. Contudo, enfrenta no decorrer de seu percurso muitos obstáculos, a maioria decorrente de sua posição ativa em manifestações de cunho popular como a greve dos portuários de Hamburgo, no ano de 1896.

Devido a períodos de altos e baixos em sua carreira, Paulsen chega a aconselhá-lo a recolher-se mais da vida pública, situação que dificultava sua permanência como docente no meio acadêmico da época. Tal gesto, porém, faz com que Tönnies reaja ao conselho do amigo de maneira exatamente oposta à sugestão, demonstrando em carta endereçada ao mesmo, em setembro de 1898, seu pensamento político e intensificando suas ações de cunho social.<sup>8</sup> No início do século XX, conhece e torna-se amigo de Werner Sombart, Max Weber e George Simmel e, no ano de 1909, assume a presidência da Sociedade Alemã de Sociologia. A partir deste momento, podemos dizer que Tönnies passará gradativamente, devido aos acontecimentos históricos, a direcionar sua atuação para conceituar e definir a Sociologia, mas sem perder de vista o papel transformador do intelectual para o fortalecimento da classe trabalhadora e a, subsequente, transformação da sociedade. No ano de 1933, após ter defendido os professores judeus, afastados e demitidos pelo governo nazista alemão, Tönnies é destituído de seu cargo de professor emérito em Kiel, além de removido da presidência da Sociedade Alemã de Sociologia e tem sua pensão cancelada, passando a enfrentar graves dificuldades financeiras, chegando a deixar registrado que “[...] conhecerei agora, na velhice, a pobreza real, um fenômeno com o qual freqüentemente me preocupei teoricamente.” (In Miranda; 1995: 16). Três anos depois, aos 80 anos de idade, Ferdinand Julius Tönnies, morre devido a uma pneumonia, aos 11 de abril na cidade de Kiel.

No caso da principal obra de Ferdinand Tönnies, *Gemeinschaft und Gesellschaft*, publicada em 1887, apenas traduzida de seu idioma original para o português em 1995, como *Comunidade e Sociedade*, podemos dizer que, embora passe por momentos de recusa e adesão no ambiente acadêmico de modo geral, não passou despercebida em sua época, tendo sido inclusive resenhada por Durkheim, na *Revue Philosophique*, em 1889, antes mesmo da publicação de uma de suas principais obras, *Sobre a Divisão do Trabalho Social*, a qual, conforme veremos adiante, apresenta similitudes e diferenças com a obra de Tönnies.

Notamos em Tönnies uma preocupação central com o conhecimento imparcial dos fatos, ou seja, uma busca pela formulação de conceitos e categorias que não fiquem restritos a um espaço-tempo determinado, mas que sirva para construção da Sociologia enquanto disciplina especial. Assim, trabalha, basicamente, com o que denomina de conceitos-tipo de sociedade e comunidade, os quais se constituem conforme os valores que os compõem. Nas palavras de Tönnies (1995: 231-232):

Tudo aquilo que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto, como veremos, será entendido como a vida em comunidade. A sociedade é a vida pública – é o próprio mundo. Na comunidade, há uma ligação desde o nascimento, uma ligação entre os membros tanto no bem-estar como no infortúnio. Já na sociedade, entra-se como quem chega a uma terra estranha. O jovem é advertido contra a sociedade “perversa”, mas a expressão comunidade “perversa” soa contraditória.

É preciso evitar visões maniqueístas que simplifiquem esta conceituação correlacionando o *bem* e o *mal* à *comunidade* e à *sociedade*, respectivamente. Tal posição reduz e ofusca uma das principais características para o bom entendimento da teoria tönniesiana que é a concepção de que os conceitos-tipo puros (comunidade e sociedade) formam unidades em contradição, ou seja, são pares dialéticos de uma mesma realidade, variando a intensidade com que aparecem em cada momento.

Aos dois conceitos-tipo chave estão relacionados outros dois referentes às suas respectivas vontades, as quais são as propulsoras das ações humanas e das expectativas dos atores sociais, denominadas por Tönnies, de *Wesenwille* e *Kürwille*, correspondes da Comunidade e da Sociedade e, assim como esses conceitos, também formam pares dialéticos, cujo estudo de suas intensidades e das práticas sociais e simbólicas dos agrupamentos humanos nos permite contribuir para os estudos das referências identitárias, pois possibilitam que a análise social recaia sobre os valores motivadores das ações humanas (individuais e coletivas) e na legitimidade conferida, ou não, às mesmas. Na metodologia de Tönnies (1995: 273):

O conceito de vontade humana, cuja interpretação exata é essencial ao tema deste tratado, deve ser compreendido em um duplo sentido. Posto que toda ação humana caracteriza-se por atos mentais que envolvem o pensamento, diferencio a vontade que contém o pensamento, entendida como real e natural, e que denomino *Wesenwille*. E o pensamento que abrange a vontade, compreendida como ideal ou artificial, e que chamarei *Kürwille*. Cada uma representa um todo coerente e capaz de unificar, por distintos que sejam, uma multiplicidade de sentimentos, instintos e desejos.

A percepção dos processos de construção e de desconstrução das identidades individuais e coletivas perpassa, através do entendimento destas quatro principais categorias (Comunidade e Sociedade, *Wesenwille* e *Kürwille*), componentes de pares dialéticos da natureza social do ser humano, a questão de como as pessoas percebem-se ora como coletividade, ora como indivíduos dotados da própria vontade. “Enquanto, na comunidade os grupos permanecem essencialmente unidos, a despeito de tudo que os separa, na sociedade eles estão essencialmente separados, apesar de tudo o que os une”. (Tönnies; 1995: 252) Assim, através do uso dos conceitos, enquanto conceitos tipo complementares e contraditórios, as Ciências Sociais podem analisar as diferentes formas de organização social, “classificando-as” conforme o momento e o movimento dos valores que caracterizam os conceitos, os quais, convém frisar, são instrumentos conceituais de caráter heurístico para a compreensão da realidade social. (cf. Ramiro; 2006)

No caso da comunidade é preciso que os indivíduos que a compõem tenham a predominância de suas ações guiadas por valores comunitários. De acordo com Cohen (1995: 208):

A *Gemeinschaft* pode ser vista não somente como um grupo de certo tipo, mas como um fio de pensamento, de percepção, de sentimento também, em que tudo isso, de fato, é o propósito da relação. Não se trata do que se pode obter desse relacionamento. O relacionamento não é percebido como um meio, mas como um fim, tendo valor a partir de seu próprio acordo. A *Gemeinschaft* existe porque a relação com o que quer que seja percebido em essência e entendido é um prazer em si próprio.

O estilo comunitário de vida, regido pela predominância da *Wesenwille* no par dialético das vontades, deriva da compreensão de três formas de comunidade: a de sangue, a de lugar e a de espírito; conhecidas comumente por comunidade de parentesco, de vizinhança e de amizade, nas quais os seres humanos estariam ligados entre si de forma orgânica pela vontade. Segundo a especificação de Tönnies sobre os três tipos de comunidade:

O *parentesco* tem a casa como berço e corpo. A vida é comum sob o mesmo teto protetor; a posse e a fruição comum dos bens, especialmente dos alimentos tirados das mesmas provisões e repartidos sobre a mesma mesa; os mortos são honrados como espíritos invisíveis sempre poderosos protetores sobre a família, de modo que o temor respeitoso e a veneração comuns reafirmam e asseguram a harmonia da atividade familiar. Entretanto, a vontade e o espírito emanados do parentesco não se confinam às paredes da casa, nem à proximidade física. Quanto mais forte e viva essa relação, mais pode subsistir por si própria, no sentimento de proximidade e na atividade comunitária. [...]

A *vizinhança* é o caráter geral da vida em comum, na aldeia ou entre habitações próximas. A mera contigüidade determina numerosos contatos. As necessidades do trabalho, da ordem e da administração comuns criam o hábito da vida conjunta e o conhecimento mútuo e confiante, e conduzem à súplica de favores, misericórdias e graças diante dos deuses e espíritos tutelares da terra e da água, que dispensam bênçãos e conjuram o mal. Condicionada essencialmente pela proximidade física, essa comunidade mantém-se com maior dificuldade em condições de afastamento. Deve principalmente buscar sustentação nos hábitos e nas práticas sagradas.

A *amizade* distingue-se do parentesco e da vizinhança pela semelhança a partir das condições de trabalho ou no modo de pensar. Nasce, então, de preferência pela similitude de atividades, e, no entanto, deve ser alimentada por encontros fáceis e freqüentes, que ocorrem com mais probabilidade num ambiente urbano. A divindade reconhecida e festejada por espíritos comuns intervém diretamente na sustentação dessa relação, pois apenas ela já lhe confere uma forma viva e durável. Esse espírito benigno, portanto, não está ligado a um lugar fixo, mas está presente na consciência dos que o veneram, e os acompanha aonde quer que vão. Assim, aqueles que compartilham uma mesma profissão ou uma mesma condição, como aqueles que em verdade participam da mesma fé, reconhecem-se entre si, pois estão ligados pelos mesmos laços e trabalham numa mesma obra. (Tönnies; 1995: 239/240)

O importante é destacar que, comunidade e sociedade, não são dualidades opostas como afirmavam antigamente serem o campo e cidade. O que está em pauta não é a localização geográfica do espaço, mas a observação das vontades (propulsoras das ações dos atores sociais) expressas nas relações ideais e reais do cotidiano desse local. Obviamente, a comunidade, historicamente, é mais antiga. A predominância de valores societários (relações motivadas por interesses, atitudes *blasé*, individualismo, alta divisão do trabalho, economia do dinheiro) é concomitante ao surgimento das cidades, mas isso não significa que maneiras comunitárias de viver não existam e resistam nas cidades e, ao contrário, que no campo não podemos encontrar grupos cujas atitudes e valores sejam característicos do estilo de vida societário. Cabe ao pesquisador detectar a presença e a predominância desses valores e, conforme nos auxilia Geertz para compreensão das culturas, “as sociedades, como as vidas, contêm suas próprias interpretações. É preciso apenas descobrir o acesso a elas”. (Geertz; 1989: 321)

Sob este enfoque, acredito que a discussão sobre o fim da dualidade campo/cidade perca um pouco o foco da questão, visto que deixam de serem percebidos como sinônimo de comunidade e sociedade. Defendemos a posição de que os estilos de vida tidos como



característicos da vida campesina não são e, cada vez mais deixam de ser, *periféricos*, mas sim, estão inseridos no sistema capitalista e fazem parte do mesmo.

## CAPÍTULO 2

### POLÍTICAS PÚBLICAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E REFORMA AGRÁRIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA

#### 2.1. Os conflitos no campo: a mídia, o poder judiciário e o MST na ocupação da fazenda Nova Pontal

Em julho de 1990, mais de mil e quinhentas pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam a fazenda Nova Pontal, na época Distrito de Rosana, município de Teodoro Sampaio, estado de São Paulo, de propriedade da empresa Timboril Agropecuária Ltda. A enorme quantidade de pessoas e o desenrolar dos fatos com o aprisionamento na área invadida de dois oficiais de justiça como reféns, causaram uma grande repercussão nos meios de comunicação nacionais. Foi a primeira vez que esta área, a qual oito anos depois viria a ser o projeto de assentamento Nova Pontal aqui pesquisado, era alvo do movimento social em prol da reforma agrária.

Ainda que de modo breve, faremos um relato desta ocupação através da observação das matérias de jornal veiculadas pelo “O Estado de São Paulo” durante o decorrer dos fatos e da análise de documentos do poder judiciário expedidos à Comarca Judiciária do município de Teodoro Sampaio, ao qual o atual município de Rosana estava vinculado politicamente como distrito. Sabemos da limitação que a análise de material jornalístico impõe a uma visão mais ampla da ocupação por estarmos cientes de que as maneiras de analisar os fatos são variáveis conforme *a maneira de olhar* de quem o observa. A situação, independente da postura ideológica de quem a presencia, não deixa de existir, mas há, especialmente em casos como estes de luta pela terra e pelo cumprimento da legislação, posições antagônicas em jogo, afinal aos proprietários vale o argumento do “direito de propriedade e de posse resguardado ao cidadão brasileiro”<sup>9</sup> e aos agricultores expropriados o de fazer cumprir a função social da terra determinada pela legislação nacional.

---

<sup>9</sup> Expressão utilizada pelos proprietários da área em ofício enviado ao poder judiciário da Comarca de Teodoro Sampaio, município do qual, naquele período, Rosana era distrito.

A divergência de opiniões sobre a temática reside no fato de colocar em pauta um dos lados mais obscuros da sociedade brasileira: nossa pobreza e a enorme desigualdade social que a acompanha, o qual, muitos preferem esquecer. Muitas vezes, é mais fácil fazer das vítimas, culpadas; papel que especialmente os grandes meios de comunicação tem feito com certa eficácia no caso de divulgação dos métodos adotados (e, diversas vezes, eficazes) pelos movimentos sociais na busca de uma sociedade mais justa e democrática, ocupando terras julgadas devolutas (ou em fase de julgamento) ou improdutivas<sup>10</sup>.

Importante ressaltar a visão de que o que denominamos de “cultura de massa” nada mais é do que resultado de uma sociedade dividida em classes sociais distintas, com diferentes projetos hegemônicos em disputa. Compartilhamos a visão de que os agentes produtores de informações não são meros produtores de consciências sociais, mas sim, representantes de ideologias de grupos específicos. Como já analisava Miranda na década de 70 (1976: 78), “a indústria capitalista, ao apropriar-se da produção da cultura, levou para essa esfera, em estado quase puro, os conflitos fundamentais da sociedade”.

Faremos um relato do material impresso compilado e não uma análise de conteúdo<sup>11</sup>, técnica que requereria um esforço metodológico muito mais amplo e não relevante para a discussão proposta no momento.

Segundo a versão da mídia observada, no dia seguinte à ocupação, 15 de julho de 1990, o jornal O Estado de São Paulo divulgou modesta nota com o título **Setecentas famílias invadem fazenda em SP**, na qual declaram comportarem um total de três mil pessoas de diferentes origens: Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo e até Minas Gerais. Declaram que o local fora cercado pela polícia, mas sem uso de violência. Dois dias depois, em matéria um pouco maior é divulgada a ordem do juiz da comarca de Presidente Venceslau de reintegração de posse, Camilo Lellis dos Santos Almeida, determinando à polícia militar cautela no ato da reintegração de posse. Embora o jornal tenha destacado apenas a solicitação de cautela determinada pelo juiz, tivemos acesso ao pedido de reintegração de posse feito pelos advogados da Timboril Agropecuária Ltda, no qual acusavam os ocupantes de *posseiros violentos*, onde se podem ler algumas frases redigidas de próprio punho pelo juiz, entre as quais ele autoriza “o uso de força policial, se necessário” e solicita a expedição do mandado de posse. Será no dia seguinte ao mandato de reintegração que as coisas começam a piorar no

---

<sup>10</sup> Sobre a reforma agrária no Brasil entre os anos de 1985 até o ano de 2002 e considerações sobre os movimentos camponeses ver Feliciano (2006).

<sup>11</sup> Segundo Gil (1995: 164), “na análise de conteúdo o tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, por fim, objetivam tornar os dados válidos e significativos. Para tanto são utilizados procedimentos estatísticos que possibilitam estabelecer quadros, diagramas e figuras que sintetizam e põem em relevo as informações obtidas”.

local e, conseqüentemente, o tamanho da matéria começa a ser ampliado no jornal. No dia anterior, os dois oficiais de justiça que haviam sido designados a entregar o pedido de reintegração de posse da área foram feitos reféns pelos sem terra; eram eles: Antonio Djalma Exel e Orivaldo Castelão. A solicitação dos ocupantes era a presença no local do governador Orestes Quércia ou do secretário da agricultura. Embora no decorrer na matéria o jornal deixe no final do texto esclarecido que haviam advogados da CUT - Central Única do Trabalhador – e da CPT – Comissão Pastoral da Terra – apoiando o movimento dos sem terra por saberem que a área é composta por terras devolutas, pertencentes, portanto, ao Estado, a manchete escolhida foi **Invasores fazem dois reféns no Pontal do Paranapanema, no oeste de São Paulo.**

O fato de haver reféns e a ameaça de haver confronto com a polícia militar resulta em chamada de capa no jornal, **Invasores de terra ameaçam degolar reféns** e matéria de uma página no mesmo jornal, na qual utilizam pela primeira vez o termo “agricultores” ao dizerem que **Agricultores ameaçam degolar reféns no Pontal.** O cerco da polícia é fortalecido com a vinda de outros policiais civis e militares formando um contingente de, aproximadamente, quinhentos homens cercando a fazenda e ainda aguardavam as tropas de choque da capital, de Marília e de Presidente Prudente.

No dia é publicada, nesta mesma matéria, qual seria a pauta de reivindicações dos sem terra. Solicitavam a suspensão imediata do despejo, garantia de permanência na área com livre trânsito, 15 mil hectares para assentamento definitivo das famílias na região, recursos para infra-estrutura do acampamento, cadastramento das famílias com a fiscalização dos agricultores, posto volante de assistência médica e a presença do secretário estadual da agricultura para que o acordo fosse feito perante as câmeras de televisão e da imprensa. Sem resposta definitiva das autoridades e, mesmo com receio de que algo pudesse acontecer aos oficiais de justiça feitos reféns, o tenente coronel Carlos Mariano Fontes, encarregado de *esvaziar* a fazenda, prefere aguardar.

No dia 20 de julho, a manchete **Invasores da Nova Pontal soltam reféns** e logo abaixo esclarecem que a condição era a de que a polícia não invadisse a fazenda. O acordo era de que até às 12:00 horas do dia seguinte a fazenda estivesse desocupada. No dia 21 de julho, as três mil pessoas começaram a deixar pacificamente a área, encontrando dificuldades devido ao mau tempo e ao barro que se formou nas estradas, fazendo com que alguns dos caminhões tivessem que ser puxados por tratores para desatolarem. Na matéria deste dia, há um trecho que merece ser transcrito:

No final da tarde, a posse da Nova Pontal havia sido reintegrada por suas proprietárias Maria Aparecida, Beatriz e Vera Lúcia Cunha, titulares da Agropecuária Timboril, razão social da fazenda. Com a ajuda de seu irmão Romildo, elas contrataram 15 caminhões para levar os agricultores, autorizando seus motoristas a irem “até o Rio Grande do Sul” se fosse preciso. (O Estado de São Paulo; 21/07/1990)

Após expedição do Auto de Reintegração de Posse pelo Poder Judiciário da Comarca de Teodoro Sampaio em 20 de julho de 1990, enquanto uns foram embora, cerca de 150 famílias decidem acampar na faixa de terra entre o asfalto da Rodovia Arlindo Bétio e a fazenda recém desocupada, na esperança de conquistar um pedaço de terra para plantar e viver com a família. Ainda nesta mesma matéria o jornal dedicou parte da reportagem para dizer que a **Área tem cultura de algodão, feijão e milho** (manchete), utilizando declarações das proprietárias sobre a produtividade da fazenda, porém, como sabemos, no caso, a questão era o fato das terras serem devolutas. No dia 22, o jornal dedica uma matéria de meia página para os agricultores que permaneceram acampados com o título: **Invasores do Pontal acampam em rodovia**, na qual embora coloquem a razões de dois sem terra para estarem lá, dedicam a maior parte da matéria para as falas dos fazendeiros da região sobre a constante ameaça em que vivem de terem “suas” terras invadidas. Por fim, no dia 24 de julho, sai a última nota sobre o episódio, na qual este veículo de imprensa julgou importante divulgar, ainda que em nota pequena, que **Invasores do Pontal tinham revólveres**.

O êxodo dos integrantes do MST foi estratégico e, seguem, naquela época, para terras localizadas na região, porém mais próximas da cidade de Presidente Prudente. Mas, devido à ousadia dos fatos e ao enorme aparato de defesa pública demandado com a presença da cavalaria da polícia militar e de diversos agentes de órgãos públicos para negociar a evasão da área, esta ocupação permanece na memória de muitos assentados da Gleba XV de Novembro (tendo inclusive vários destes participado da ocupação) e de outros envolvidos com o MST como um *momento importante e ousado da luta pela terra* e, na lembrança dos moradores da cidade de Rosana como significativo da *baderna e violência* do Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O centro da questão reside em compreender que os movimentos sociais surgem num cenário político de aproximação entre as demandas de categorias específicas da sociedade civil (no caso o direito à terra) e o Estado numa tentativa de fazer cumprir no âmbito da implementação das políticas públicas tais necessidades, quer sejam de cumprimento de direitos, quer sejam da necessidade do surgimento de novos direitos. Embora seja

fundamental lembrarmos que a própria natureza destas relações entre o Estado e a sociedade civil seja permeada pelo conflito, visto haverem interesses divergentes de classes em questão. (cf. Dagnino; 2002)

A sociedade civil aparece neste novo cenário como *palco* e *arena* de interesses antagônicos pelo controle e produção da cultura, o que nos impede de adotar visões totalizadoras sobre a mesma, as quais negariam sua própria natureza plural e heterogênea. (Loaeza ;1994) A questão que se coloca é debater quem tem o poder ou não de atribuir significados, ou seja, de disputar, num jogo de conflitos de interesses, a hegemonia. Detectar até que ponto determinado grupo organizado da sociedade têm poder de mobilização social e de reconhecimento de sua legitimidade perante o restante da sociedade.

No caso aqui analisado a demanda surge a partir da organização do MST para cumprimento da legislação agrária brasileira, a qual dispõe sobre a utilização de terras julgadas devolutas para fins de reforma agrária em busca da redução da desigualdade social, na qual a concentração fundiária é peça central.

Os movimentos sociais localizam-se freqüentemente no campo de pressão sobre o Estado para conquista de direitos, ao contrário, por exemplo, das organizações não-governamentais, as quais, muitas vezes, agem como co-gestoras da questão social no Brasil. Assim, o poder de transformação estrutural dos movimentos é, ao meu ver, muito mais amplo, afinal dependem para sua existência de um agrupamento relativamente significativo de pessoas com interesses comuns para resoluções de problemas e da atuação conjunta, diversas vezes, beirando ou perpassando o campo da legalidade jurídica.

A posição adotada no jornal *O Estado de São Paulo* no acompanhamento da invasão da Fazenda Nova Pontal praticada pelo MST perpetua o pensamento dominante brasileiro, segundo o qual, a legitimidade das lutas sociais do campo é desmoralizada e a representação simbólica dos membros do movimento dos sem terra é a de *vagabundos* e *baderneiros* que querem um jeito “fácil” de melhorar a vida <sup>12</sup>. As manchetes evidenciam o caráter violento da disputa pela terra em prol da discussão do direito à mesma. Assim, vemos ênfase aos termos “invasores, degolar, reféns, tinham revólveres, ameaçam” quando se trata de membros do movimento e, ao contrário, quando a matéria refere-se à propriedade, a ênfase recai nas plantações *ditas* existentes (algodão, feijão e milho).

---

<sup>12</sup> Importante esclarecer que para ser assentado num projeto no estado de São Paulo, todos os interessados devem passar pelo processo inicial de cadastramento feito pelo órgão público responsável pela implantação destes projetos, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” e o documento inicial para realizar este cadastro é justamente o atestado de antecedentes criminais dos candidatos a um lote, comprovando não haver passagem pela polícia entre estes personagens da luta pela terra. (cf. no capítulo 5 todos os critérios para ser cadastrado no estado de São Paulo)

Deixa, após a leitura de suas reportagens, ao leitor mais despreocupado com as perplexidades da sociedade brasileira a sensação de que se temos este montante de desempregados e expropriados da terra no Brasil é por falta de mérito individual em conseguir ganhar a vida e não o que de fato representam dentro do sistema capitalista: explorados (injustamente incluídos) que garantem a manutenção deste mesmo sistema.

Alguns órgãos de imprensa, como o pesquisado, só nos lembram que, para muitos de nós, brasileiros, ainda é difícil ver no outro um cidadão de direitos iguais. E a análise histórica do projeto de assentamento mostra que há na questão da terra do Brasil, a sobreposição de interesses não apenas dos chamados *sem terra*, mas também dos fazendeiros deste país. No caso do discurso dos fazendeiros tivemos acesso à cópia de um texto enviado pelos mesmos à alguém, cujo nome desconheço, solicitando opinião sobre o texto redigido em nome da Timboril Agropecuária Ltda comunicando à justiça que:

A invasão, coordenada por grupos organizados **com intenção de subverter a ordem e a democracia recém instaurada no país** trouxe pessoas de outros estados que se instalaram em nossa propriedade. Isto posto, solicitamos de Vossa Excelência as dignas providências no sentido de que este grupo seja de lá removido dentro da maior brevidade possível, resguardando assim, o direito de propriedade e de posse do cidadão brasileiro defendido pela Constituição do país. (transcrição de fax de destino desconhecido enviado em 16 de Julho de 1990, às 9:37hs)

Seis anos mais tarde, com base em *boatos* que circulavam pela cidade, em 31 de maio de 1996, o então administrador da Fazenda Nova Pontal é enviado para registrar boletim de ocorrência no 1º Distrito Policial de Rosana com a finalidade de *preservação de direitos* dos proprietários. Ele relata à polícia acusações sobre possível tentativa do MST de invadir a fazenda novamente. Afirma nomes de pessoas que estariam cadastrando as pessoas para tal ato, a fim de fornecer dados para que o advogado contratado pela Timboril Agropecuária Ltda solicitasse ao Poder Judiciário local uma *Ação de Interdito Proibitório* contra o MST, na figura de sua liderança na época, e os presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Rosana e de Euclides da Cunha (município vizinho) e, conforme consta no texto da ação, “suas respectivas esposas se casados forem, e outros incertos e desconhecidos”. (ver ação na íntegra nos anexos). Este tipo de ação baseia-se no artigo 501 do Código Civil ao garantir que “o possuidor, que tenha justo receio de ser molestado na posse, poderá impetrar ao juiz que o segure da violência iminente, cominando pena a quem lhe transgredir o preceito” e no artigo 932 do Código do Processo Civil que prevê a realização “mediante mandado proibitório, em que se comine ao réu determinada pena pecuniária, caso transgrida o preceito”. Este interdito

proibitório é juridicamente entendido como uma proteção possessória preventiva. Conforme o advogado, “por se tratar de vésperas de eleições e como é de costume no município, sempre nestas épocas acontecem inúmeras invasões de terras, as quais estão sempre voltadas aos objetivos políticos, ao invés da reforma agrária.” Cita ainda a ocupação de 1990 como fundamento para o receio dos proprietários e anexa o auto de reintegração de posse (processo nº. 186/90) daquele período como prova do direito de posse. E, para reafirmar o direito à propriedade declara a propriedade como produtiva, insusceptível, deste modo, de desapropriação para fins de reforma agrária. Assim, escreve o advogado que:

Portanto, as invasões perpetradas pelos movimentos dos ‘sem terra’ sob a alegação de realizarem reforma agrária no imóvel da Requerente não se justifica, uma vez que nem mesmo o poder público poderia proceder tal desapropriação, pois assim agindo estaria contrariando os dispositivos legais constitucionais que regem a matéria. (Interdito Proibitório, processo 207/96 / Comarca de Teodoro Sampaio/ 31/05/1996)

Para encerrar solicita que seja estipulada pena pecuniária e perdas e danos aos acusados e que seja expedido o mandado liminar proibitório aos acusados por esta ação. No mesmo dia da ação o juiz de direito da Vara Distrital de Rosana dá vistos ao processo e estabelece, “na hipótese de seu desrespeito, a pena pecuniária diária correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) para a sociedade de fato denominada de “Movimento dos Sem-terra”, a R\$1000,00 (um mil reais) para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosana, a R\$1000,00 (um mil reais) ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Euclides da Cunha, e a de R\$200,00 (duzentos reais) para cada uma das pessoas físicas declinadas à fls. 02, à exceção, é claro, dos representantes legais de cada uma das precitadas sociedades” e solicita que as pessoas envolvidas sejam comunicadas por carta precatória e intimadas para audiência de conciliação para o dia 18/06/1996 às 10:00horas. Assim, todos os citados são comunicados da decisão e intimados, desfazendo qualquer intenção de ocupação da fazenda Nova Pontal que pudesse haver naquele período.





SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
REPARTIÇÃO 1ª DISTRITO POLICIAL DE ROSANA / SP

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

21/3/96  
VIA

Natureza da ocorrência: " **PRESERVAÇÃO DE DIREITOS** " Data: **31/05/96**

Local: **FAZENDA NOVA PONTAL - PRIMAVERA / ROSANA / SP**

Hora da comunicação: **11:00** Hora do fato: **-:-**

INDICIADO:

Doc. Ident. n.º (Espécie e repartição expedidora) Veio ao Plantão:

Pai: **REGISTRE-SE**

Mãe:

Cor: Idade: Est. Civil: Prof.:

Nac.: **R, 31/1/96** Nat.:

Residência: **REGISTRE-SE**

Local de trabalho: **REGISTRE-SE**

VÍTIMA: **FAZENDA NOVA PONTAL - Rep. ANTONIO SERGIO MARTINS FER-**

Doc. Ident. n.º **NANDES, Rg: 14.633.551 - SSP/SP** Veio ao Plantão: **Sim**

Pai: **Ernesto Dias Fernandes**

Mãe: **Pedrina Martins Fernandes**

Cor: **branca** Idade: **25/05/66** Est. Civil: **Casado** Prof.: **Adm. Fazenda**

Nac.: **Brasileira** Nat.: **Iepé - SP**

Residência: **Sede da Fazenda Nova Pontal - Primavera - SP**

Local de trabalho: **Fazenda Nova Pontal -**

Foi internada? Onde?

TESTEMUNHAS:

1) **- JOSE CARLOS DE OLIVEIRA - FAZ. NOVA PONTAL**

2) **- LELIS FERNANDO DA SILVA - FAZ. NOVA PONTAL**

3) **- MARCELO DE SOUZA SILVA - FAZ. NOVA PONTAL**

4) **- JOSE VIEIRA DA SILVA - FAZ. NOVA PONTAL**

5) **-**

SOLUÇÃO:

EXAMES REQUISITADOS:

Elaborado por **PRIMAVERA 31** de **MAIO** de 19 **96**

OBSERVAÇÃO:

a) Em caso de mais de um indiciado ou vítima, usar o verso, obedecendo a mesma seqüência de dados desta face.  
b) No caso de mais de 5 testemunhas proceder da mesma forma.

**ANEZIO D. SILVA**  
- INVESTIGADOR DE POLÍCIA -

**DR. LUIS CARLOS ZILIOTTI**  
DELEGADO DE POLÍCIA -

Figura 2.3.: Boletim de ocorrência de preservação de direitos (frente).

**HISTÓRICO**

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

de 30/05/96

Compareceu neste Distrito Policial, o Sr. **ANTONIO SERGIO MARTINS FERNANDES**, Administrador da Fazenda Nova Pontal, comunicando que, ficou sabendo através de "boatos" que o (M.S.T) Movimento dos Sem Terras, estava se organizando, fazendo cadastro de pessoas, com o objetivo de invadir a referida fazenda, e que na data de ontem, 30/05/96, por volta das 22:30 horas, fez contacto pelo telefone com um indivíduo conhecido pelo nome de **SEBASTIÃO DA COSTA FERREIRA "Bilão"** e o referido disse-lhe que participou de uma reunião na cidade de Euclides da Cunha Paulista, onde quem liderava tal reunião, era o **VALTER GOMES "Valtinho"** e que o teor da reunião era referente à invasão da Fazenda Nova Pontal, que o dia da invasão era para ser adiado, tendo em vista que o proprietário já estava sabendo, e que eles deveriam invadir para ficar em definitivo.

Comunicação ainda que, ficou sabendo que a pessoa de **SEBASTIÃO DA COSTA FERREIRA**, morador em Euclides da Cunha, era a pessoa que estava cadastrando os interessados em invadir terras, da cidade de Euclides da Cunha, e que na cidade de Primavera/SP, quem fez o cadastramento na data de 29/05/96, foi o Sr. **SEVERINO JUVINO DA SILVA**, conhecido como "Seu Bila", o qual é proprietário de uma mercearia "Paulista" localizada na Rua Herval D'Este, em Primavera, e que o cadastramento foi feito durante o período noturno no próprio estabelecimento comercial, de propriedade do Sr. "Bila". Sabe-se que o Sr. "Bila" faz parte do MST, e que participou da invasão no Município de Mirante do Paranapanema-SP, onde hoje é a Gleba 1ª de Abril.

*Severino Juvino da Silva*  
Severino Juvino da Silva

Epitácio

Epitácio

Figura 2.4.: Boletim de ocorrência de preservação de direitos (verso).

## 2.2. A arrecadação da Fazenda Nova Pontal:

Conforme a legislação do estado de São Paulo, com base nas seguintes justificativas: a) grandes extensões de terras ainda não discriminadas no estado, em especial as da região do Pontal do Paranapanema, b) a demora de décadas para julgamento destas ações discriminatórias, c) a conseqüente insegurança e geração de conflitos desta demora jurídica e a paralisação de investimentos produtivos decorrentes da indefinição vivida no local, d) o clima de tensão e conflito existente na área, e) considerando que os assentamentos no Pontal sob a égide da negociação vêm apresentando excelentes resultados, tanto nos aspectos sociais como também nos econômicos e f) que a legislação em vigor permite a efetivação de acordos em áreas em discriminação, possibilitando obter novas áreas para assentamento, ao mesmo tempo em que promove a regularização fundiária nas áreas em conflito em prazo compatível com a demanda social, foi criado o Decreto n 42.041, de 1 de agosto de 1997, durante o governo de Mário Covas, que dispõe sobre critérios, condições e procedimentos para arrecadação de terras em processo de discriminação por meio de acordos, que permite aos fazendeiros cujas terras estão em processo discriminatório negociar com o Estado “sua” propriedade, permitindo que, além da indenização pelas benfeitorias existentes no local que será utilizado para fins de reforma agrária, tenha até, no máximo, 65% destas terras legalizadas. A quantidade de terras que podem ser negociadas com o Estado consta em seu artigo 2, parágrafo único ao afirmar que:

No mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) da área total envolvida no acordo deverá ser arrecadada, observando o seguinte:

1- 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das terras a serem recebidas pela Fazenda do Estado deverão ser agriculturáveis.

2- nas áreas de interesse ambiental, poderá ser admitida a redução da área agriculturável para 65% (sessenta e cinco por cento), desde que 30% da área a ser recebida pela Fazenda do estado seja coberta por matas não degradadas ou em estágio avançado de regeneração. (Decreto n 42.041 de 01/08/1997)

No caso do local estudado, conforme diversas fontes ouvidas pela autora, parte da área da propriedade da Timboril Agropecuária Ltda, de propriedade das filhas do Sr. Omar Carvalho Cunha, havia sido atingida pela obra da Usina Hidrelétrica de Rosana e o interesse do proprietário residia em receber a indenização por estes danos, antes que a notícia corrente sobre a privatização da Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP) se confirmasse. A concessão de uma porcentagem das terras para fins de reforma agrária, conforme decreto acima citado, permitiria a regularização do restante da propriedade, a qual,

só com a devida documentação legalizada receberia as indenizações por prejuízos oriundos das obras da CESP. Segundo relatos, esta foi a motivação para que o fazendeiro negociasse com o Estado de São Paulo. O depoimento em entrevista esclarece como os interesses dos fazendeiros também estão inclusos de modo bastante satisfatório na questão da redistribuição de terras e regulação fundiária do país.

**Patrícia:** *Quando a Vera (filha do ex-proprietário) resolveu negociar as terras, você já sabia que teria direito de ficar?*

**Entrevistado:** *Sempre soube. Eu na verdade eu soube bem antes. Porque o patrão na época, a fazenda não foi desapropriada para reforma agrária, você sabe, né? A fazenda passou para o Estado por uma multa possessória. Então a fazenda era uma área de 5000 e poucos hectares, eu sei que tinha 1000 e tantos alqueires que foram inundados e o restante tava em cima. Ela era 2000 e tantos hectares na época, se não me engano. E essa área ela era exatamente 40% do total do que era antes de ser inundada. Então a multa possessória do governo existia, não sei se existe ainda essa lei, mas na época tinha. Se o proprietário doasse 40 % da propriedade para o Estado fazer reforma agrária, ele legitimava a posse do restante. Então na época foi o que aconteceu. Somando tudo aquilo dava 40%, o que tava em cima da terra. Então em 1997 já se falava da privatização da CESP e dessas hidrelétricas e tal, então o patrão ficou sabendo que, ou ele negociava ou ele ia perder, porque a hora que passasse para uma empresa privada isso aí, tchau, né, a indenização dele lá? Aí ele procurou o Estado para negociar. Vamos legitimar nossa posse para acertar, porque ele só poderia receber pela área inundada se ele fosse o legítimo dono. Existia uma ação discriminatória, que ainda acho que existe até hoje, nesse perímetro nosso aqui, **que ela tá sendo julgada a área devoluta, mas ainda está no Supremo.** O nosso perímetro aqui em Rosana ainda não foi julgado como devoluto. Não sei se já foi, mas até naquela época não. Então como ela estava em ação discriminatória, ele tinha esse benefício. **Ainda não é devoluta**, vamos regularizar e receber o que eu perdi debaixo d'água. Doou a fazenda para o Estado, só que ele precisou ser dono de novo. Porque a parte da Beatriz, da Maria Aparecida e da Vera Lúcia eram delas já, ele teve que comprar de volta delas, legitimar tudo e doar para o Estado os 40%. (grifos da autora)*

O discurso socialmente divulgado e aceito por muitos de que os o direito à propriedade dos latifundiários deste país é violado através da atuação ilegal dos movimentos sociais de luta pela terra é, no mínimo, questionável. Como veremos na análise desta área, a decisão de “negociar” a propriedade perante o Estado antes do término do julgamento da legitimidade da área, torna duvidosa a propriedade legal das terras e deixa claro as vantagens desta negociação em prol do fazendeiro. Caso o Poder Judiciário tivesse maior agilidade na regularização da situação das terras da região do Pontal do Paranapanema, as terras julgadas devolutas só teriam direito à indenização das benfeitorias realizadas nas mesmas, afinal pertenceriam ao Estado<sup>13</sup>. Com a demora, surgem estas brechas para, além da indenização pelas benfeitorias

<sup>13</sup> Como mostra Carvalho (2007: 16), “a discriminação das terras devolutas no Estado de São Paulo é disciplinada pelo Decreto n 14.916, de 1945, em consonância com a legislação federal ulterior ( Lei n. 6.383/1976). É a Procuradoria Geral do Estado (PGE), que atua na identificação e arrecadação das terras devolutas estaduais para dar-lhes o fim legalmente previsto – o que inclui entrega-las a particulares, legitimando

na área concedida ao Estado, terem o restante da propriedade regularizada. O fazendeiro havia passado anos antes a propriedade para suas filhas do primeiro casamento, Maria Aparecida Rocha da Cunha, Beatriz Rocha da Cunha e Vera Lúcia Rocha da Cunha, mas, após entender ser a hora de negociar com o Estado para receber, principalmente, o alto valor de indenização da CESP referente à parte da fazenda inundada pelas obras, repassa para seu nome, visto o processo do perímetro estar sob sua responsabilidade. Quando indaguei sobre qual a dimensão das propriedades do fazendeiro soube que ele é conhecido como um dos *pecuaristas quatrocentões de Goiás*.

**Patrícia:** *Então ele não tinha só essa fazenda então?*

**Entrevistado:** *Não. Ele tem várias propriedades. Ele tem propriedades em Marília, propriedades em Taquaruçu, no Mato Grosso do Sul, tem propriedade lá em Itatiba, tem aqui no Pontal, tem em Vila do Rio Pardo. Ele é um pecuarista muito antigo na pecuária. Ele vem de uma família de pecuaristas...Rodrigues da Cunha. Gente muito forte daquele grupo VR que hoje é dono da Alta Genetics. Os Prata da Cunha, Rodrigues da Cunha, Torres Homem de Melo, que você já deve ter ouvido falar. São todos parentes entre si. Ele é dessa linhagem. Pecuarista quatrocentão aí de Goiás, né? Então ele construiu um patrimônio grande com pecuária. Ele tinha a Agropecuária Macaco Vermelho, que compreendia essas fazendas todas. Quando ele resolver passar essa fazenda aqui, Nova do Pontal, para a filha dele do primeiro casamento, para as três filhas como doação intervivos que chama, né? Para evitar depois alguma entrevero depois dele falecer. Ele já fez a doação intervivos já.*

**Patrícia:** *Não era por medo de ocupação das terras deles aqui?*

**Entrevistado:** *Não, não. Na época só para justificar a questão herança. Acumula muitos bens, depois morre e a família começa a se matar, né? Então para evitar isso futuramente, ele sempre foi uma pessoa de muita visão, uma pessoa muito lúcida e ele pegou e fez essas doações intervivos aí, destinou para cada filho o que era o seu quinhão...*

Em outro momento da entrevista a visão de homem de negócios como aquele que sabe “fazer dinheiro” escapa à imagem de grande produtor rural, mas sim, como um homem capaz de apostar no futuro hidrelétrico do país e utilizar-se da compra de propriedades às margens de grandes rios, visando a especulação e indenizações futuras<sup>14</sup>.

**Patrícia:** *Mas ele que continuava cuidando das terras?*

**Entrevistado:** *Ele continuou como genitor do grupo aqui, ele era o “chairman”. Ninguém fazia nada sem a benção dele, porque ele era muito experiente. Até o patrimônio que ele construiu assim, cresceu*

---

a posse de ocupantes que preencham os requisitos legais e fiscalizar o uso dessas terras públicas, no tocante aos assentamentos fundiários agrícolas. O trabalho é feito em parceria com o Itesp”.

<sup>14</sup> Esta postura nos recorda da figura **parasitária do especulador fundiário** da qual fala José Graziano da Silva (1980), em sua obra *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*, decorrente da transformação do proprietário rural em negociante de terras.

*muito norteado por essas propriedades que ele escolheu para comprar. Desde menino, o pai dele mostrando para ele, sempre disse para ele que o Brasil do futuro ia ser movido a energia hidroelétrica, que não tinha outra fonte de energia no país na época, isso em 1940 e alguma coisa. O velho já tinha essa visão, né? O finado João Cunha. Então disse para ele que ele tinha que ter propriedades às margens de grandes rios, porque esses grandes rios todos iam ser inundados futuramente para uma energia hidrelétricas e caberiam grandes indenizações. Teve a visão empresarial, né? A visão de lucro e aí compraram fazendas às margens de todos esses rios aí que você imaginar. Até Taquaruçu recentemente. O Porto Primavera parecia que não, mas ele tinha certeza que iria ser afetado por Porto Primavera e foi uma área que ele tinha no rio Bahia. Ela chegava até o rio Bahia. Então o que que aconteceu? Ele montou lá na margem do rio Bahia um refúgio para animais silvestres e aí a água do rio chegou lá e atrapalhou o refúgio e ele acionou o Estado, porque ele estava querendo defender a fauna e o Estado acabando com a fauna.*

**Patrícia.:** *E ele já prevendo que isso aconteceria...*

**Entrevistado:** *Então ele teve essa visão, né? Não sei até que ponto isso é considerado lícito (risos), mas é um meado da lei, né? Quem sabe usar...funciona assim no mundo capitalista.*

No caso da fazenda Nova Pontal não consegui descobrir o valor recebido pelo fazendeiro pelas benfeitorias realizadas na área repassada ao Estado para fins de reforma agrária (2.786,90 hectares) e nem o valor da indenização recebida pela CESP após regularização do restante de sua fazenda, valor que dizem ter sido bastante elevado e vantajoso para o fazendeiro. No tocante à indenização das benfeitorias é realizado, após negociação da área com o Estado, um documento denominado Memorial Descritivo, no qual os técnicos da Fundação Itesp fazem o levantamento topográfico da área, descrevem a localização e as formas de acesso ao local, além de discriminar a situação do imóvel quanto às estradas, plantios existentes e benfeitorias realizadas, tais como cercas internas e externas, porteiras, casas construídas, banheiros, galinheiro, poço, rede elétrica, etc, possibilitando o futuro cálculo do valor que será repassado ao antigo “proprietário” pelas terras.

## CAPÍTULO 3

### CONFIGURAÇÃO FÍSICA E SOCIOECONÔMICA DO ASSENTAMENTO

#### 3.1. O Município de Rosana:

O município de Rosana tem sua formação histórica relacionada com o planejamento da construção do Ramal Dourados pela Estrada de Ferro Sorocabana, cujo domínio pertencia à Imobiliária e Colonizadora Camargo Corrêa e Ribeiro S.A. desde 1953. Apenas no ano de 1964, tornou-se distrito do município de Teodoro Sampaio, ao qual esteve vinculado politicamente até 04 de Novembro de 1990, época de sua autonomia político-administrativa. Seu crescimento populacional esteve diretamente vinculado às atividades agropecuárias e à construção de duas Usinas Hidrelétricas: a de Rosana e a Engenheiro Sérgio Motta (também conhecida por Usina Hidrelétrica Porto Primavera), esta última localizada no Rio Paraná, 28 km de distância da confluência com o Rio Paranapanema, inaugurada em 2001. Já a Usina Hidrelétrica de Rosana tem seu reservatório no Rio Paranapanema, o qual banha diversos lotes do assentamento Nova Pontal, fazendo divisa à sua margem direita com o município de Teodoro Sampaio/SP e margem esquerda com Diamante do Norte, estado do Paraná. Suas obras foram iniciadas em 1980 e sua primeira máquina instalada em 1987. A demanda por mão-de-obra obrigou a Companhia Energética de São Paulo (CESP) a investir recursos para construção planejada do Distrito de Primavera. Buscando otimizar seus recursos e adaptar diferentes formas de alojamentos para os empreendimentos energéticos do país, a CESP, no caso do município de Rosana, optou por construir o que os arquitetos denominam de “cidade aberta”, representando a opção por criar um núcleo habitacional, dada a situação urbana precária e o acesso longínquo de médios ou grandes centros. De acordo com Vianna (2008: 05):

As obras das usinas hidrelétricas Rosana e Porto Primavera, de 1980, ofereceram grandes particularidades. Segundo o trabalho de Tsukumo (1994), o regime de propriedade e a baixa qualidade das terras retardaram a ocupação do território e estagnaram o desenvolvimento da região. Verificada a impossibilidade de contar com as cidades disponíveis, recorreu-se à implantação de uma cidade nova, capaz de acolher a população de 25.000 habitantes, exigida pela construção das duas usinas. Assim, previu-se um assentamento de caráter definitivo, que comportaria um núcleo central permanente com 1.500 habitações, envolvido por um anel com 3.000 habitações pré-fabricadas e integralmente desmontáveis, passível de remoção parcial ou total. Esse anel lhe conferia condições de ajustar suas dimensões futuras de acordo com os estímulos e as necessidades locais. Os serviços básicos foram assumidos pelos

respectivos órgãos institucionais e o rígido controle adotado, em exemplos anteriores, foi abandonado. O cidadão não era mais tutelado e à iniciativa privada foi assegurada a livre participação na vida da comunidade, constituindo-se o que se pode chamar de uma “cidade aberta”.

Essa especificidade faz do Distrito de Primavera um local diferenciado dentro da região do Pontal do Paranapanema, onde a maioria dos municípios cresceu de forma desorganizada. Partindo da cidade de Presidente Prudente, tem-se apenas a visão de enormes pastagens numa eterna linha reta e atravessa-se o município de Teodoro Sampaio. Ao avistarmos a placa do distrito de Primavera a paisagem é alterada pela presença de áreas de reserva, canteiro central gramado na estrada, que segue mais 16 km para findar o acesso ao estado de São Paulo na cidade de Rosana, Essa sim, tão desorganizada como as outras localidades da região. Embora em 2004, várias casas particulares já estivessem construídas, ainda é muito nítida a caracterização de *cidade aberta* planejada pela CESP. Conforme a localização das casas, seu padrão arquitetônico se modifica, dividindo a paisagem em casas de alvenaria com piso frio e casas de madeira de diferentes tamanhos e formatos, com telhado de amianto e piso de tacos de madeira ou cimento queimado. Segundo relatos de moradores, o tamanho e o tipo das moradias variavam conforme a posição ocupada dentro da empresa. Assim, as maiores e de alvenaria eram destinadas aos altos escalões da empresa e as de madeira dividiam-se segundo número de cômodos e tamanho do terreno e seguiam a mesma regra de ocupação de importância e faixa salarial do empregado. A divisão espacial das moradias segregava seus ocupantes e fazia a sociedade do município extremamente hierarquizada e o tipo de moradia afluía a divisão das relações sociais estabelecidas e os locais de acesso permitidos a cada grupo social.

Construídas inicialmente para serem fáceis de manuseio no caso de remanejamento para outra obra, a privatização das empresas estatais do setor elétrico brasileiro e a crescente inovação tecnológica para o funcionamento das usinas gerou um contingente grande de pessoas desempregadas no município e, como forma de indenização, foi oferecida aos antigos operários a possibilidade de negociarem a aquisição de suas casas através da compra via prestações pequenas com longo prazo. Por esse motivo, até os dias de hoje, muitas das casas não estão regularizadas e a venda dos que deixaram o local sem quitar o valor do imóvel é chamada de “venda do direito”, na qual é cobrada uma entrada proporcional ou superior às parcelas pagas pelo morador e o comprador assume para si as mensalidades restantes.

Se, por um lado, o término das obras da CESP causou desemprego, por outro, em decorrência das Usinas Hidrelétricas existentes, a arrecadação municipal é extremamente



elevada. Segundo os indicadores econômicos da Fundação SEADE e do IBGE o município de Rosana aparece em segundo lugar no ranking de sua região administrativa quando se trata do produto interno bruto<sup>15</sup>. Até o ano de 2008, há a previsão do repasse de uma enorme quantia de dinheiro da CESP ao município como indenização pelas áreas alagadas durante as obras: R\$ 94 milhões que deveriam ser revertidos em benefícios à população local. Estaria previsto, além de outras coisas, a construção de um novo hospital municipal, já que o existente é de madeira (o que é inaceitável na questão sanitária) e não comporta atendimentos emergenciais mais graves, necessitando o paciente ser transferido para hospital em Presidente Prudente a quase 200 quilômetros de distância<sup>16</sup>.

As reclamações dos moradores ao poder municipal são constantes e os governantes locais eleitos possuem fama de corruptos e de comprarem votos nos períodos eleitorais. O último prefeito eleito em 2004 (que também foi o primeiro prefeito do município no período de 1992 a 1996), Jurandir Pinheiro, do PFL, passou o primeiro ano praticamente todo afastado por acusação de compra de votos, ficando entre posses e afastamentos, até ser definitivamente afastado do cargo em agosto de 2007<sup>17</sup>. Meses depois, a Polícia Federal, através de operação batizada de “Mexilhão Dourado”, em alusão ao molusco africano famoso por seu poder predador, decreta sua prisão e de seis vereadores<sup>18</sup> dos nove que compõem a Câmara Municipal, além de um funcionário da CESP, Valdir Pascoalim, cedido à prefeitura no mandato desse prefeito. A acusação inicial estipula que nesse mandato tenha sido desviada do cofre público de Rosana a quantia de 50 milhões de reais, além do recebimento de propinas durante licitações fraudadas no local, especialmente nas referentes à limpeza da área urbana, através da figura do empresário Rogério de Souza Phelippe, dono da Presserv- Serviços de Limpeza e Construções Limitada.

O atual quadro político do município do projeto de assentamento pesquisado aparece refletido em muitas das falas dos moradores na forma de reclamação da falta de investimentos municipais na agricultura e na melhora da prestação dos serviços públicos. Um assentado relatou tal tipo de sentimento durante entrevista realizada em 2006. Disse-me:

**Ex-funcionário assentado:** *É, no início tinha que ser muito mais forte (falando do apoio e assistência técnica) e principalmente a prefeitura. A Prefeitura tinha que fazer um trabalho assim, chegar... Não. Já que é lindo, a terra é boa. A terra é boa, a terra não era uma maravilha, a terra foi*

---

<sup>15</sup> Segundo dados referentes ao ano de 2003, acessado em 26/11/2007 no site [www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php](http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php), o produto interno bruto neste ano foi de R\$806,22 milhões.

<sup>16</sup> Mesmo aos moradores que poderiam pagar por uma assistência médica melhor, não há na região nenhum hospital particular.

<sup>17</sup> Assume o cargo desde esta época, a vice-prefeita, Aparecida Dias de Oliveira, do PMN.

<sup>18</sup> Um deles, presidente da Câmara Municipal de Rosana.

*corrigida. Existia uma manutenção desse padrão de solo. Então, o que a Prefeitura tinha que ter feito, ela chegou e já foi dando ...Nossa! era muito fácil. “Vou dar um alqueire para cada um tombar e vocês plantem o que quiser”. Aí, na época ninguém tinha a semente, eu arrumei uma semente de mamona, doei pro pessoal, mais de 1000 kg de semente de mamona para cada um ter sua lavourinha na mão. [...] Então o que aconteceu foi isso aí. Ela foi degradando, degradando, hoje a gente conversa com o pessoal e todo mundo fala: “\_ Se a gente tivesse ouvido, né?”. Se a gente tivesse prestado atenção. Se a gente tivesse cobrado uma melhor participação da Prefeitura. O trabalho existia, mas ele era desordenado. Então a Prefeitura tinha que ter um técnico para fazer isso e **não um qualquer lá que votou em mim que vai comandar a Nova Pontal. Sempre tinha que ter a parte de extensão, o Estado ajudando como podia, sempre foi limitada a presença do Estado, eu não sei porque cargas d’água, mas a Prefeitura deveria ter tido esse cuidado. É um patrimônio do município, né? Ver lá, para hoje não estar acontecendo o que está acontecendo. Hoje o assentamento tem um custo altíssimo para o município. Custo social, né? Então é, aconteceu dessa maneira.** (grifos da autora)*

No contexto, ocorria, na prática, a busca de apoio político para permanecer no poder através da contratação de cabos eleitorais para alguns cargos públicos e abertura de várias frentes de trabalho para a população (urbana e rural) de baixa renda, com o pagamento mensal do salário mínimo vigente e a rotatividade dos “empregados”, garantindo que um grande número de pessoas se sentisse na política local como um devedor da “bondade” do prefeito e obrigado a recompensá-lo na condição de eleitor durante as próximas eleições. Aos que faziam críticas abertas a seu governo cabia a exclusão de qualquer vaga empregatícia permanente ou temporária. O contraste entre a arrecadação municipal e a baixa qualidade de vida da população fica nítido se analisado por meio de alguns indicadores sociais municipais, quando a situação se inverte e o município aparece entre os piores do Estado de São Paulo. No que se refere à situação sócio-econômica da região, o Pontal do Paranapanema fica atrás apenas da região do Vale do Ribeira, a mais pobre do estado. Apresenta, portanto, um dos menores índices de desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, com baixa concentração demográfica e baixo crescimento industrial e comercial. Nos anos de 2001 a 2003, segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), que avalia três indicadores: escolaridade, renda e longevidade, criado pela Fundação SEADE para mensurar diferenças econômicas e sociais entre os municípios paulistas, Rosana encontrava-se entre os municípios com pior IPRS <sup>19</sup>.

A necessidade de uma política pública responsável e a visível demanda por uma Secretaria da Agricultura atuante no município se justifica devido ao perfil

---

<sup>19</sup> O IPRS utiliza-se dos três indicadores componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): renda, escolaridade e longevidade e apoiando-se em metodologia própria, agrupa os 645 municípios do estado de São Paulo em cinco grupos hierarquizados conforme os índices de cada um numa escala de 0 a 100. no período citado no texto, Rosana aparece classificada como pertencente ao grupo 5, no qual as três dimensões analisadas são consideradas baixas, isto é, são localidades pobres, formando os tradicionais bolsões de pobreza do estado.

predominantemente rural de Rosana, onde, em 2006, 73% da população é considerada como rural, ou seja, dos 26.581 habitantes, apenas 7.254 residiam no ambiente urbano. A tabela 3.1 e o gráfico 3.1 a seguir mostram a distribuição da população municipal de Rosana entre a área rural e urbana desde o ano de 1993, data em que o município começa a ser inserido nos levantamentos dos Censos <sup>20</sup>. A ausência de grandes indústrias no local e a importância das atividades agropecuárias no local fez com que o crescimento da taxa de urbanização permanecesse bastante baixo nos treze anos analisados, apenas 3% em relação ao total da população.

Tabela 3.1.: Distribuição da população urbana e rural do município de Rosana entre os anos de 1993 a 2006

ANO	RURAL	% RURAL	URBANA	%URBANA	TOTAL	%TOTAL
1993	16.194	76	5.147	24	21.341	100
1994	16.426	76	5.281	24	21.707	100
1995	16.680	75	5.424	25	22.104	100
1996	16.922	75	5.565	25	22.487	100
1997	17.160	75	5.707	25	22.867	100
1998	17.431	75	5.862	25	23.293	100
1999	17.723	75	6.026	25	23.749	100
2000	18.003	74	6.189	26	24.192	100
2001	17.714	72	6.867	28	24.581	100
2002	17.430	70	7.546	30	24.976	100
2003	16.876	67	8.226	33	25.102	100
2004	17.430	66	8.909	34	26.339	100
2005	19.149	73	7.050	27	26.199	100
<b>2006</b>	<b>19.327</b>	<b>73</b>	<b>7.254</b>	<b>27</b>	<b>26.581</b>	<b>100</b>

Fonte: Fundação SEADE.

<sup>20</sup> Os dados referentes à classificação como população urbana e rural aqui utilizado tiveram como fonte o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação SEADE, os quais consideram como população urbana aquela residente dentro dos limites urbanos dos municípios e como população rural, aquela residente fora dos limites urbanos dos municípios. E deve-se observar que: 1. As categorias rural e urbana de uma unidade geográfica são, no Brasil, definidas por lei municipal. Os critérios para determinar se um domicílio fica na zona rural ou urbana são políticos e variam, portanto, de um município a outro; 2. Em relação aos domicílios, o IBGE, órgão responsável pelo Censo Demográfico, identifica duas situações: a) em “situação urbana” estão os domicílios que se localizam em áreas urbanizadas ou não, correspondentes às Cidades (sedes municipais), às Vilas (Sedes Distritais) ou às Áreas Urbanas Isoladas; b) em “situação rural” estão os domicílios que se localizam fora dos limites acima definidos, inclusive os Aglomerados Rurais de Extensão Urbana, os Povoados e os Núcleos.

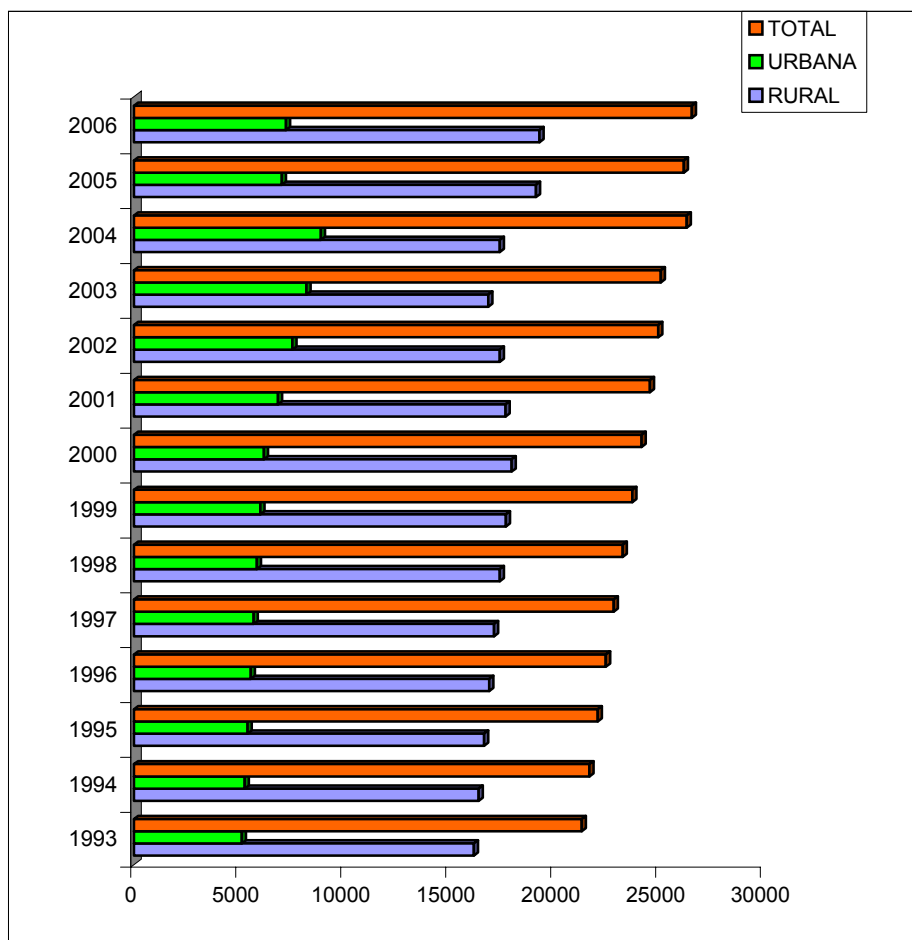


Gráfico 3.1: Distribuição da população rural e urbana do município de Rosana 1993 a 2006.

### 3.2. A configuração do espaço físico e simbólico do assentamento Nova Pontal:

O modelo de distribuição espacial dos lotes vem sendo, de modo cada vez mais exaustivo, discutido pelos movimentos sociais de luta pela terra e por acadêmicos que compartilham a mesma visão de que o modelo espiral de projetos de assentamento, formando um círculo, em cujo centro estariam as residências das famílias, permitiria a manutenção ou criação de vínculos mais fortalecidos devido à proximidade física entre as pessoas. Suponho que tal posição, além de equivocada, simplifica demasiadamente a questão das relações humanas e da construção e/ou desconstrução de identidades sociais e suas respectivas redes de sociabilidade. No primeiro caso, porque a distribuição geográfica do espaço é determinada pela especificidade da área e leva em consideração, nos estudos realizados pelos analistas e técnicos agrários do Estado, a existência de áreas de reserva legal (ARL) e áreas de

preservação permanente (APP), as quais devem permanecer intactas (ou serem reflorestadas quando não existentes segundo normas florestais), a qualidade de solo existentes na localidade e o formato pré-existente da área. Sendo assim, é difícil imaginar que todos os projetos de assentamento pudessem ser dispostos em formato espiral de maneira igualitária entre todos os beneficiários.

No caso da construção simbólica do lugar, o questionamento central reside em atribuir à proximidade física entre as pessoas um determinismo inexistente em relação aos vínculos sociais presentes. O fato de estarem próximas ou distantes não é o que determina que as relações estabelecidas sejam do tipo comunitárias ou societárias; outras variáveis podem ser tão ou mais relevantes para a escolha dos relacionamentos sociais, tais como: a afinidade de pensamentos e sentimentos, a religião, a história de vida compartilhada, semelhanças entre os ciclos familiares, possibilitando o contato entre os filhos, por exemplo, etc., cabendo aos pesquisadores analisarem as situações concretas e ver como cada contexto social efetiva o tipo de sociabilidade predominante conforme as ações pensadas e realizadas. Isto porque o lugar apresenta duas materialidades: uma física e outra simbólica (cf. Moraes e Silva; 2001), a qual dá significado à estrutura de relações sociais estabelecidas. Doravante, quando analisarmos a distribuição espacial do assentamento Nova Pontal, veremos que grupos afins residem próximos, mas tal fato é consequência mais de uma união pré-existente do que resultado da localização próxima dos lotes.

Quanto à situação física da fazenda Nova Pontal na época de sua negociação com o Estado foi relatado em entrevista por um ex-funcionário como local muito bem preservado e em ótimas condições de preservação ambiental.

**Patrícia:** *E como era a fazenda quando você veio trabalhar aqui?*

**Ex-funcionário:** *A fazenda sempre foi muito bonita, né? As propriedades da família dele são lindas. Muito bem cuidadas, muito bem gerenciadas, com a presença muito forte do proprietário na fazenda, né? Ele sempre foi aquele zeloso em impor a maneira que ele achava correta de ser conduzida. Então jamais um administrador chegou para fazer ao bel prazer qualquer tipo de atitude e ele primou pela excelência em tudo. Cerca, divisão de pastagens, bebedouros, tudo também muito consciente de degradação, essas coisas. Ele não fez grandes intervenções nas propriedades assim para afetar até a sobrevivência dele futuramente. Ele sempre teve esse cuidado. Pode ver pelos nossos pequenos córregos, todos têm ciliares. O Instituto até teve uma facilidade para mapear essas nascentes, essas áreas de reserva porque ele já tinha isso predeterminado: não se mexia em cabeceiras, em córregos, não se fazia bebedouro aonde o gado iria posteriormente com pisoteio secar uma nascente. Então a gente tinha esse cuidado.*

O cuidado com a preservação ambiental somado à presença do reservatório da CESP com águas do Rio Paranapanema e mais dois córregos banhando a área faz do assentamento Nova Pontal um dos mais bonitos do estado de São Paulo. O formato da área foi apelidado à época de sua divisão dos lotes agrícolas de tuiuiú, em referência ao formato do pássaro que o projeto de assentamento apresenta. Seus locais eram comumente referidos como cabeça, bico, tronco, pescoço, asa e rabo, facilitando assim, a compreensão da região à que se referiam os técnicos e os beneficiários. (ver mapa do assentamento)

O projeto de assentamento foi iniciado em setembro de 1998, e possui uma área total de 2.786,90 hectares, sendo 1.793,85 ha (64,37%) de área agrícola, 55,84ha de áreas de uso comunitária (incluindo estradas) e 893,49ha (32,06%) de área de reserva, além de 43,7ha pertencentes à FEPASA. Inicialmente, foram formatados 123 lotes<sup>21</sup>, com tamanho médio de 14,58ha cada um. Na área comunitária, a antiga casa do administrador da fazenda tornou-se o Posto de Saúde da Família, com atendimento médico três vezes por semana, além de quatro agentes comunitários de saúde (moradores do assentamento) contratados, o centro comunitário, construído em parceria com a Fundação Itesp e a Prefeitura Municipal de Rosana, além da Escola Municipal Antônio Félix, com ensino fundamental básico do pré à quarta série primária. (ver fotos Anexo A)

Para compreensão da configuração simbólica do Nova Pontal, há uma peculiaridade no caso das famílias assentadas pelo fato do espaço físico ter sido apropriado por quatro grupos distintos de pessoas conforme o pertencimento a determinado grupo de luta pela terra ou por vínculo empregatício na área à época da negociação, caracterizando a configuração simbólica do local por vínculos gerados durante o período de luta pela terra. Participaram da distribuição dos lotes pessoas consideradas como pertencentes ao grupo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosana (a maioria ex-funcionários das obras da CESP e ocupantes de uma área da FEPASA que margeia o Distrito de Primavera conhecida como Cinturão Verde), ao grupo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao grupo do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), além de um grupo menor correspondente aos ex-funcionários da fazenda, os quais, por lei têm o direito garantido a permanecer na fazenda na qualidade de assentado, se assim o desejarem. No que se refere ao último grupo, apenas um dos que trabalhavam na fazenda não quis permanecer no local por supor que *ser assentado*

---

<sup>21</sup> Denominam-se lotes as áreas destinadas a cada uma das famílias assentadas nos projetos. Cada lote possui um titular e co-titular (se houver) em cujo nome é gerado um número federal pelo INCRA de referência para acesso à créditos e outras políticas públicas de reforma agrária denominado SIPRA. Num lote podem morar mais de um núcleo familiar, embora apenas um dos casais existentes será o titular; sendo assim, para o Estado o número de lotes é igual ao número de famílias assentadas, não importando o número de núcleos familiares existentes nos lotes.

significava viver na pobreza, como fica evidente na declaração do ex-administrador da fazenda transcrita a seguir:

**Patrícia:** *Você lembra... era isso que eu ia te perguntar: quantas pessoas trabalhavam aqui dentro dessa área?*

**Ex-funcionário:** *Lá quando eu cheguei eram 18 famílias ao todo. Assim entre cerqueiro, peão, tratorista, tratador de cocho. Ai depois a gente foi diminuindo o rebanho, para poder diminuir a mão-de-obra e melhorar a qualidade do trabalho, a qualidade de vida do próprio empregado e então aí a gente conseguiu trabalhar com... eu terminei a fazenda com oito famílias.*

**Patrícia:** *Essas oito não ficaram na área?*

**Ex-funcionário:** *Ficaram. Não. Eram nove. Uma não ficou. As oito estão lá hoje<sup>22</sup>.*

**Patrícia:** *Por quê?*

**Ex-funcionário:** *Ele achou que era uma grande aventura a Reforma agrária, achou que nós éramos todos loucos de ficar, e que ele falou: “\_Olha eu vou continuar vendendo minhas horas porque pelo menos eu sei que a hora que eu ficar velho, eu me aposento”. E a gente fica aí né, a Gleba XV, a gente jogava muita bola lá, fazia muito torneio de futebol, então a gente via a situação do pessoal que já não era uma situação confortável na época. Ele tinha muito medo disso. Ele era um rapaz trabalhador e ele falava: “\_Olha, eu não quero de jeito nenhum ter um sítio e ter um rancho dentro do sítio e não ter um sapatão para calçar. Prefiro morar dentro de uma fazenda, trabalhando de emprego, mas poder vestir minha família e me alimentar. Poder de final de semana ir assistir a um rodeio, futebol”.*

O número reduzido de funcionários deveu-se à proposta de redução de custos do fazendeiro que passa da venda de pecuária de cria para a pecuária de corte e logo após, para melhoramento genético do gado e venda precoce do rebanho.<sup>23</sup>

**Patrícia:** *No caso daqui era pecuária de corte?*

**Ex-funcionário:** *Corte, é. Aqui era. Não, na época dele, na época que ele tocava era pecuária de cria. Como era uma área ainda bruta aqui essa região nossa, então era pecuária de cria. Ai com a chegada das filhas, que ele já tinha reformado boa parte da fazenda, aí começou, ela achou melhor como ela estava começando na pecuária, a filha, ela achou melhor mexer com corte, engorda. E aí passou a mudar o plantel. E depois em 96 a gente chegou a conclusão, a gente conversando que era interessante a gente fazer os nossos bezerros porque já tinha muito trabalho na época em cima de novilho precoce, em cima de melhoramento genético, que eu como profissional que era formado, já tinha estudado a respeito, e na região ninguém fazia. Então a gente comprava bezerro numa qualidade inferior a que a gente queria fazer na*

<sup>22</sup> Contando com o informante acima, acabaram ficando devido à vínculos empregatícios com o ex-proprietário da fazenda dez pessoas, e não nove como declarado na entrevista, talvez por equívoco de memória ou por um dos que ficaram ter comprovado vínculo empregatício sem o devido registro na época. Não tenho como detectar o motivo exato, mas são dez famílias assentadas que ingressaram na qualidade de ex-funcionários.

<sup>23</sup> Importante frisar que, segundo a Engenheira Agrônoma, Maria Izabel Dorizzotto, esse tipo de atitude requer um bom manejo de pastagem e, muitas vezes, por ausência de irrigação, suplementação alimentar do rebanho.

*fazenda. A gente sentou e traçou umas metas para a fazenda e essas metas eram assim o melhoramento do rebanho, um menor volume de rebanho e um maior giro, você ter menos capital mobilizado e mais fluxo de caixa, porque aí você consegue fazer uma apuração melhor dos seus lucros e consegue reinvestir, né? E a gente fez foi isso: quando eu cheguei tinha quase 5.000 cabeças de gado, e quando nós entregamos para o Estado, nós tínhamos pouco menos do que 2.000, só que vendendo 50% mais do que quando a gente tinha 5.000 cabeças. Então a gente trabalha com um gado, ele mais jovem, fazia um giro mais rápido e, em consequência disso a fazenda enxugou um pouco o estoque, o custo. Até a questão de funcionário na época que sempre foi um grande problema da pecuária, né? A questão de funcionários, a gente sempre precisou de muita gente para fazer um serviço pequeno.*

Além de entrevistas formais como a acima transcrita, outras técnicas de pesquisa das Ciências Sociais foram adotadas como a observação direta, conversas informais com os moradores e funcionários do grupo técnico de campo de Rosana da Fundação Itesp e pesquisa documental. Entre essas últimas, para a reconstrução da etapa de implantação do projeto de assentamento foi de extrema relevância a leitura de uma Ata Técnica feita pelo técnico agrícola da área relatando as principais reuniões e ocorrências com os grupos assentados do Nova Pontal. O material é bastante rico em detalhes e traça alguns dos passos do decorrer das decisões entre Estado e lideranças para definir a configuração social do assentamento <sup>24</sup>. Foram 113 atas de reuniões e/ou anotações realizadas entre os anos de 1998, 1999, 2000 e 2001, referentes à entrega de documentos, decisões para distribuição das famílias nos lotes, denúncias de desmatamento e caça, incêndios ocorridos na área, repasse de orientações técnicas sobre políticas públicas de crédito e técnicas de plantio, divisão de tarefas comunitárias, palestras de educação ambiental, entre outros.

A classificação das famílias convocadas para a implantação de um novo projeto de assentamento ocorre através de uma Comissão de Seleção formada para este fim, seguindo a Lei Nº.4.957, de 30 de Dezembro de 1985, a qual dispõe sobre planos públicos de valorização a aproveitamento dos recursos fundiários, segundo artigo 7º ao afirmar que:

A seleção dos beneficiários, com base no anteprojeto técnico, será classificatória e exclusiva de grupos de trabalhadores rurais, obedecendo a procedimento público, realizado no município em que se localize preponderantemente o imóvel, por Comissão composta dos seguintes membros:

- I- 1 (um) representante do Instituto de Assuntos Fundiários, que será seu presidente;
- II- 1 (um) representante da Procuradoria Geral do Estado;

<sup>24</sup> Um resumo com as datas e tema abordado entre os técnicos e os assentados encontra-se nos anexos. Importante destacar que tal material é resultado da postura de um dos técnicos agrícolas responsáveis pela área e que não serve para análise quantitativa ou qualitativa da assistência técnica e extensão rural prestada pela Fundação Itesp no projeto de assentamento, pois outras pessoas também estiveram envolvidas em outras atividades com as famílias assentadas e nem todos os atos constam da Ata em questão. O uso que faço do material é para fins de reconstrução histórica da implantação do assentamento.



- III- 1 (um) representante da Prefeitura Municipal;
- IV- 1 (um) representante da Câmara Municipal;
- V- 1 (um) Engenheiro Agrônomo, designado pela Divisão Regional Agrícola da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;
- VI- 1 (um) representante da categoria dos trabalhadores rurais indicado pela FETAESP;
- VII- 2 (dois) representantes da sociedade civil, escolhido pelos anteriores<sup>25</sup>.

A primeira ata, datada de 29 de Outubro de 1998, um mês após a regularização fundiária da área, demonstra que o acerto de que a área seria dividida entre as famílias dos quatro grupos (ex-funcionários, Sindicato, MST e MAST) já estava feita. Como, legalmente, os ex-funcionários têm preferência para selecionar a localidade que melhor lhes convêm, no mesmo dia foi feita a proposta de que os sete lotes localizados ao lado direito da Rodovia que dá acesso ao projeto de assentamento e mais outros três lotes ao redor do barracão comunitário fossem destinados aos mesmos. No dia seguinte, foi a vez do grupo do MST e assim por diante, até que todos os grupos entrassem em acordo em assembléia geral. A distribuição das famílias que serão assentadas pode acontecer de duas maneiras distintas: a) através de decisões coletivas tomadas em assembléias com as famílias que serão assentadas em comum acordo ou b) não havendo consenso entre todas as famílias, no caso do estado de São Paulo, a Fundação Itesp entende que a maneira de ser mais neutra nessa distribuição é recorrer ao sorteio dos lotes, isso porque dentro de uma mesma área (como podemos perceber nessa pesquisa) existem lotes com diferentes qualidades de solo, fato que resulta em diferentes tamanhos de lotes, tipo de mata pré-existente, distância do asfalto, do trajeto principal do transporte urbano, da área de agrovila e próximas ou longínquas aos córregos e rios que podem existir no local. Realizadas as definições a distribuição dos lotes pelos grupos ficou com 52 (cinquenta e dois) lotes para as famílias ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Rosana, 44 (quarenta e quatro) para as famílias vinculadas ao MST, 16 (dezesesseis) do MAST e 10 (dez) famílias de ex-funcionários.

### **3.2.1. Da forma de ingresso:**

Cada beneficiário de um projeto de assentamento recebe uma área para moradia e exploração agropecuária para fins de subsistência e comercialização denominada *lote*. Para ter

---

<sup>25</sup> Nesses casos, é comum estarem presentes na Comissão de Seleção como membro da sociedade civil as lideranças dos movimentos sociais de luta pela terra envolvidos na área.

acesso ao lote num projeto de reforma agrária existem quatro formas principais de acesso: a) através de processo seletivo na época de implantação do projeto de assentamento (segundo normas da lei N 4.957/85); b) transferência de titularidade, realizada em casos de desistência ou falecimento do titular do lote para parente residente no local; c) permuta entre lotes, em casos de vontade recíproca entre assentados de diferentes lotes no mesmo ou em diferentes projetos de assentamento ou d) compra de benfeitorias, realizada quando há desistência da família assentada em permanecer em projetos de assentamento. No último caso foi decretada uma portaria em 16 de Junho de 2004, a Portaria N 50, que dispõe sobre as formas de desistência de exploração de lotes agrícolas nos projetos de assentamento implantados e administrados pela Fundação Itesp, segundo a qual, o casal de titulares deve assinar a desistência apresentando através de aviso de desistência todos os dados de seu lote, a especificação de todas as benfeitorias existentes em seu lote, tanto as recebidas gratuitamente na época do ingresso, quanto as realizadas pelos mesmos, discriminando a data de sua realização, os custos e a situação atual das mesmas e seu valor estimado, sendo que, conforme o Artigo 3º da Portaria Nº. 50, de 16/06/2004 consideram-se:

- I- acessões, os bens aderidos ao solo por intervenção do trabalho humano, como estufas, viveiros, sementeiros, tanques de reprodução e criação de peixes, plantações para fins comerciais, de auto-consumo, de arborização ou de recomposição florestal ou paisagística e outras construções e instalações;
- II- úteis, as benfeitorias que aumentam ou facilitam o uso das acessões;
- III- necessárias, as benfeitorias que têm por fim conservar as acessões ou evitar que se deteriores;
- IV- voluptuárias, as benfeitorias de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual das acessões, ainda que as tornem mais agradáveis.

Após entrega do aviso de desistência, o servidor da Fundação Itesp verifica a veracidade das informações *in loco* e elabora um Laudo de Constatação e Avaliação, cujo valor pode ou não conferir com a avaliação feita pelo desistente. Após sua homologação, o documento servirá para Comissão de Seleção (conforme Lei 4.957), formada para fins de certificar os candidatos cadastrados aprovados para compra das benfeitorias e para selecionar entre as famílias interessadas, a com melhor pontuação, segundo critérios adotados pelos membros da Comissão. Considero relevante esclarecer o procedimento, pois é bastante comum ouvirmos em conversas informais ou mesmo em matérias divulgadas nos meios de comunicação críticas sobre a venda de lotes em áreas de reforma agrária, o que não é verídico, ao menos não juridicamente. O que existe é o direito legítimo de uma família não se adaptar à vida no assentamento e querer deixar o local e, nesse caso, ser indenizada por pessoa

cadastrada na Fundação Itesp apenas pelo que investiu de seu dinheiro e trabalho familiar no lote adquirido e não pelo valor da terra (que é pública) ou por benfeitorias já existentes na época de seu ingresso. Negociações de lotes realizadas sem as determinações da Portaria 50 são consideradas ilegais e a área é reintegrada juridicamente sem direito à ressarcimento ao comprador que o fez de modo irregular.

A forma de acesso das 117 famílias pesquisadas mostra que a maioria ingressou através do processo de seleção realizado na fase de implantação do projeto de assentamento no ano de 1998, foram 90 famílias, ou seja, 76% do total, outros 4% tornaram-se titulares através de transferência de titularidade e 2% realizaram permuta entre lotes com outro assentado. Quanto à compra de benfeitorias, foram detectados 17 casos, o que caracteriza uma desistência de 15% das famílias pesquisadas. O índice não é muito elevado se levarmos em consideração as dificuldades encontradas no início do projeto, como a ausência de energia por quase dois anos e a demora para acessar o primeiro crédito rural para plantio e a possibilidade da não adaptação da família ao estilo de vida na área rural ou, caso não raro, algum membro da família necessitar de tratamento médico contínuo, difícil de acessar no meio campestre. A distribuição das famílias de acordo com a forma de acesso ao lote pode ser visualizada no gráfico 3.2 a seguir:

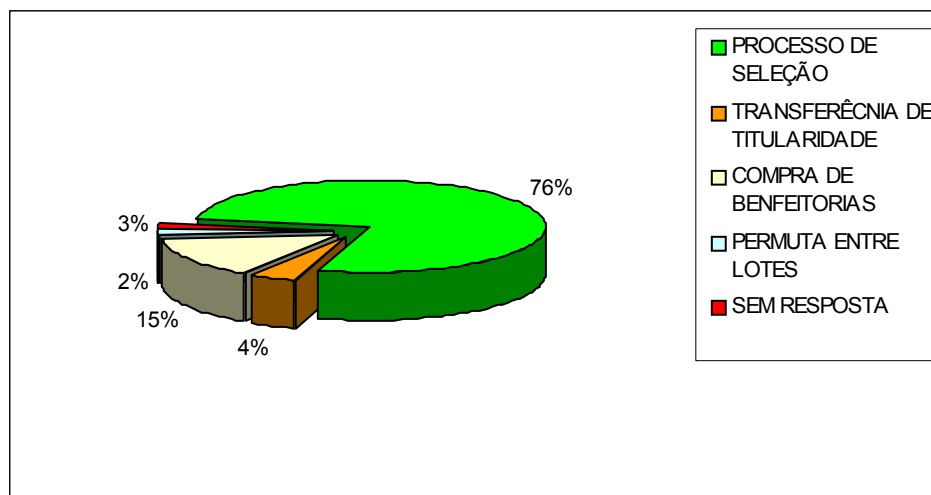


Gráfico 3.2.: Formas de acesso aos lotes no assentamento

### 3.2.2. Caracterização das moradias:

Quando andamos pelo assentamento vemos uma variedade grande no tamanho e na condição de conservação das moradias, todavia a predominância na paisagem é de casas de tijolo, algumas poucas ainda apenas de madeira e outras que misturam a madeira da primeira casa feita após o ingresso no projeto de assentamento com a ampliação de alguns espaços com material de alvenaria. Um morador ainda permanece em barraco de lona. A tendência é que a situação esteja um pouco melhor, pois durante a fase da pesquisa começava a ser liberado um crédito habitação pelo INCRA para todos os assentados no valor de R\$3.400,00 para reformas e/ou construções de moradias com condições de pagamento e rebate<sup>26</sup> bastante viável para população assentada. A tabela 3.2. abaixo mostra o número real e relativo das moradias conforme o tipo de material da construção:

Tabela 3.2.: Caracterização das moradias dos titulares segundo tipo de material de construção

TIPO/CONSTRUÇÃO	N	%
TIJOLO	88	75,2
MADEIRA	17	14,5
MISTO	10	8,5
LONA	1	0,9
NÃO INFORMADO	1	0,9
TOTAL	117	100,0

### 3.2.3. Titularidade dos lotes:

Cada lote é regularizado no nome de um dos cônjuges na qualidade de titular e de seu companheiro (a) como co-titular. Legalmente o titular é responsável pela conduta adequada do lote e responsável pelo acesso aos créditos rurais e elaboração conjunta dos projetos agropecuários juntamente com técnicos da Fundação Itesp ou do INCRA, nos casos assentamentos federais localizados no estado de São Paulo em que não houver parceria para

<sup>26</sup> *Rebate* é termo usado para descontos ofertados para financiamentos pagos dentro de prazos estabelecidos. No caso do crédito para habitação o rebate pode chegar a 50% do valor recebido, o qual, vale lembrar é recebido por cada assentado já na forma de material de construção, ou seja, a transação do empréstimo é realizada através da eleição de procuradores dos assentamentos, Banco do Brasil e loja de material de construção vencedora de processo de licitação realizado pelos assentados com acompanhamento dos funcionários da Fundação Itesp, no caso do estado de São Paulo.

assistência técnica estadual.<sup>27</sup> No início da implantação dos assentamentos no Brasil a titularidade era (salvo raras exceções) masculina. Cabia aos homens, enquanto chefes de família, assinar sozinho os termos de regularização do acesso ao lote e decidir sobre a postura agrícola a ser adotada. Todavia, tal situação vem gradativamente sendo modificada, quer por regularizações legais ou por pressão de maior organização das mulheres agricultoras. Como mostra Butto (2006), para o desenvolvimento da autonomia das mulheres agricultoras o primeiro passo foi garantir o acesso à documentação, cuja ausência impedia o acesso das mesmas aos direitos políticos, civis e sociais. Após isso, “a partir da década de 80, as mulheres trabalhadoras rurais empreenderam lutas para garantir em todo o país para reivindicar um acesso igualitário à terra na reforma agrária” (Butto; 2006: 96). Assim, conseguem que o direito a titulação conjunta da terra<sup>28</sup>, ou seja, o casal passa a assinar e se responsabilizar pelas decisões nos lotes. Obviamente, a obrigatoriedade da titulação conjunta para todos os casos, ainda faz com que muitas mulheres apenas “obedeçam” às decisões de seus maridos e tornem-se inadimplentes caso o mesmo não consiga arcar com suas dívidas. Mas, por outro lado, permite que elas tenham em suas mãos a opção de mudar de postura e compartilhar as decisões familiares de modo igualitário, podendo inclusive, aparecer na posição de titular do lote.

No caso do assentamento Nova Pontal, dos 117 lotes pesquisados, 80 têm homens como titulares (cf Gráfico 3.3).

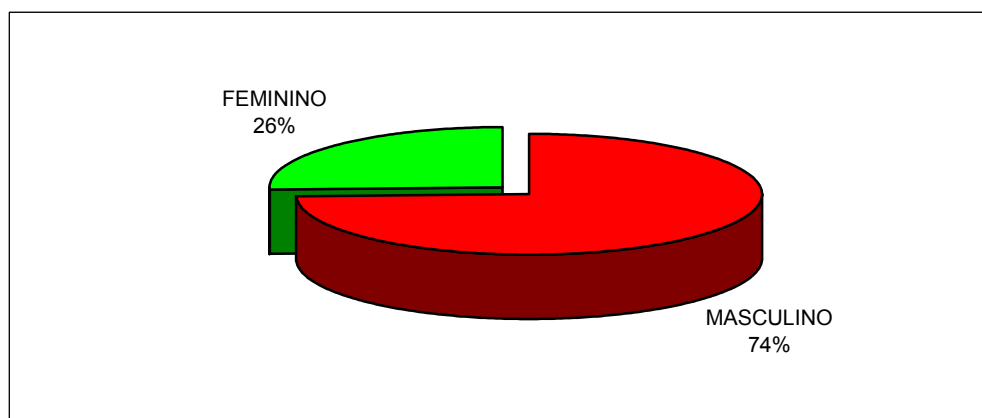


Gráfico 3.3.: Distribuição dos titulares por gênero.

<sup>27</sup> No caso das linhas de crédito do PRONAF, o PRONAF A (instalação e implantação de estrutura básica e apoio à estruturação da produção, com direito de até 30% do valor para custeio das atividades) e o PRONAF A/C (custeio) é a única linha de crédito da agricultura familiar exclusiva para agricultores familiares assentados e aos beneficiários do Banco da Terra. (Ambos implementados com recurso da União e não do banco, como é o caso das outras linhas).

<sup>28</sup> A titulação conjunta nada mais foi do que a implementação do artigo 189 da Constituição Federal após as pressões sociais das mulheres agricultoras.

A presença de 26% de mulheres titulares dos lotes (30 lotes) pode ser considerada significativa para o caso do Brasil, visto que o Censo da Reforma Agrária, realizado em 1996, indicou um percentual de apenas 12% de titulares mulheres. Os percentuais são reduzidos se comparados com outros países da América Latina, como o da Colômbia, que era de 45%. (Butto; *ibidem*) O que a pesquisa citada não mostra são as possíveis interpretações para esses índices, pois as causas não são apenas resultados de pressões sociais das mulheres. Podem decorrer, por exemplo, de impedimentos de alguns maridos na época da implantação do projeto de assentamento de serem titulares por pendências trabalhistas, aposentadorias, separações conjugais de antiga esposa em andamento, vínculo empregatício externo do marido, entre outras causas que vivenciei em minhas observações de campo. Tal fato ocorre porque mesmo que a titularidade conjunta seja obrigatória, apenas o titular receberá um código emitido pelo INCRA gerado pelo Sistema de Informações de Terras e Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)<sup>29</sup>, que o identifica como beneficiário de programa de Reforma Agrária e, em caso de desistência, o impede de ser titular novamente de lote.

Para verificação se a postura dos diferentes grupos teria influência significativa na questão da titularidade por gênero, observou-se a frequência de titulares homens e mulheres conforme grupo de adesão inicial para ingresso no assentamento: Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Rosana, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Agricultores Sem Terra e Ex-funcionários da fazenda. Os resultados da análise estão expostos a seguir:

---

<sup>29</sup> Denominação encontrada na Portaria MDA/ N 080 – 24/04/2002, a qual estabelece denominações e conceitos orientadores das assentamentos integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária.

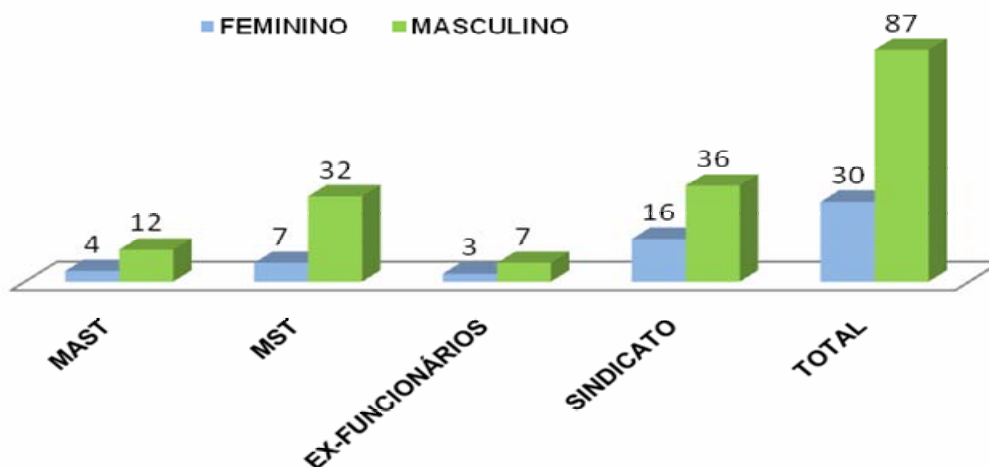


Gráfico 3.4. : Frequência de titulares por grupos de adesão segundo sexo

Os dados (ver tabela 3.3) mostram uma pequena diferença da predominância do gênero masculino do titular dos lotes no caso de pessoas que estavam vinculadas ao MST, apresentando um aumento de 8% de titulares homens. Inversamente, há uma elevação de 5% das titulares mulheres no caso do grupo de pessoas ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosana. Tal fato não surpreende devido ao perfil mais flexível que as pessoas pertencentes ao MST precisam ter para, constantemente, mudarem de local de acampamento, forma de luta valorizada pelo movimento e fator de empecilho para vínculos empregatícios mais duradouros e, como vimos anteriormente, o inverso ocorre no grupo vinculado ao Sindicato, pois muitos eram pessoas que haviam ficado desempregadas com o final das obras das barragens e devido à implantação de novas tecnologias que reduziram a quantidade de mão-de-obra necessária para manter as Usinas funcionando e, nalguns casos, precisavam regularizar sua situação com a empresa em sua carteira de trabalho, o que impedia a titularização em seus nomes. Já nos outros dois grupos os números diferenciam-se muito pouco do valor total e no caso dos ex-funcionários, segue o mesmo caso de ex-empregados.

Tabela 3.3.: Distribuição percentual da titularidade dos lotes segundo gênero

Sexo do titular	SINDICATO	MST	MAST	EX-FUNCIONÁRIOS	TOTAL
	%	%	%	%	%
<b>MASCULINO</b>	69	82	75	70	74
<b>FEMININO</b>	31	18	25	30	26
<b>TOTAL</b>	100	100	100	100	100

### **3.3. Perfil sócio-econômico da população assentada:**

No projeto de assentamento Nova Pontal estão, numa área de dois mil, setecentos e seis hectares (inclusive as áreas de uso comunitário, estradas e reservas legais), assentadas cento e vinte e duas famílias. Na época da pesquisa de campo, de dezembro de 2004 a dezembro de 2006, foram aplicados questionários com 117 (cento e dezessete famílias)<sup>30</sup> em 2005, o que representa uma cobertura de 96% dos moradores e, num segundo momento, em 2006, foram entrevistados 96 (noventa e seis) moradores entre titulares e co-titulares de 92 lotes. Os dados aqui analisados referem-se, portanto, aos resultados obtidos com a aplicação dos questionários para traçar o perfil sócio-econômico das famílias assentadas.

#### **3.3.1. Faixa etária dos titulares:**

Para ser titular de um lote é preciso ter mais de 18 anos ou ser emancipado. Na fase de implantação do assentamento é difícil que um jovem consiga ingressar em um projeto de assentamento, dado que, como veremos mais detalhadamente em outro capítulo, para pontuação dos cadastrados para fins de reforma agrária são extremamente relevantes o tempo de experiência na agricultura (o qual, segundo a legislação nacional só pode ser contado a partir dos 14 anos), o tamanho da família e o tempo de acampamento, fatores que dificultam o acesso à terra aos mais jovens. A exceção de titulares jovens em alguns projetos pode ser justificada através da transferência de titularidade nos casos de falecimento ou desistência do titular, desde que o filho jovem resida no lote da família.

No caso pesquisado, no ano de 2005, apenas 04 pessoas estavam na faixa dos 20 aos 29 anos. A maioria dos titulares tem entre 30 a 59 anos, sendo 32 titulares na faixa dos 30 anos, 33 na faixa dos 40 e 30 na faixa dos 40. Acima dos 60, temos 14 pessoas que ainda não completaram 70 anos e 04 casos de pessoas com mais de 70. Os mais idosos, ao ingressarem receberam o que o estado denomina de lotes para-rurais, ou seja, área com no mínimo metade da área dos outros lotes, por considerarem que a idade avançada reduziria sua capacidade de trabalho. Como veremos em outra parte da tese, após ingresso no assentamento, essas pessoas costumam ou, arranjar novos companheiros e constituírem novas famílias ou, em caso de permanecerem sozinhos, tendem a desistir de seus lotes devido ao isolamento e à solidão

---

<sup>30</sup> As 05 famílias que não responderam por não terem sido localizadas em seus lotes após três tentativas consecutivas (03) ou por recusa (02) eram de pessoas vinculadas ao grupo do MST, o qual, nesta pesquisa apresenta um total de 39 respondentes portanto.



vivida na área rural com maior intensidade que na cidade, dada a distância entre os lotes e as escassas opções de lazer. A distribuição total dos titulares e dos quatro grupos distintos pode ser visualizada no gráfico 3.5.

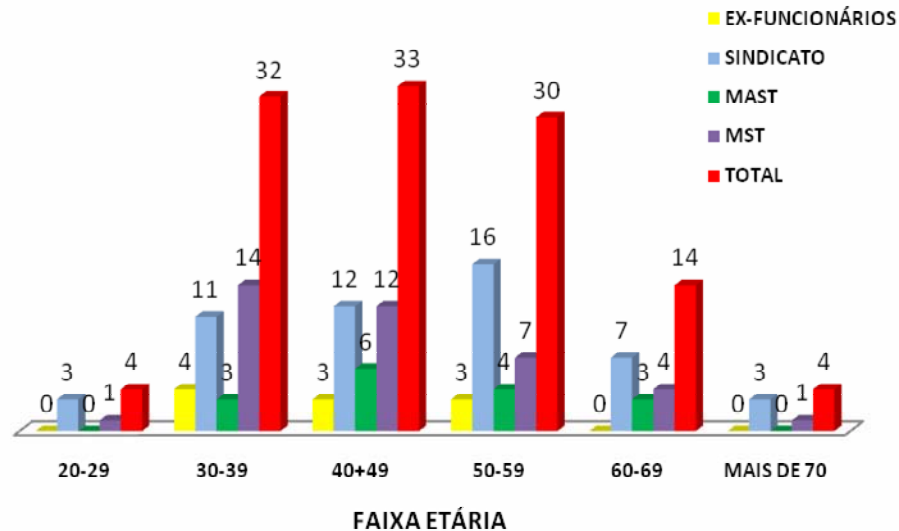


Gráfico 3.5.: Distribuição da frequência dos titulares segundo grupos e faixas etárias

### 3.3.2. Grau de escolaridade dos titulares:

A maioria dos titulares não concluiu o 1º grau de instrução, independentemente do grupo a que pertença, fato que demonstra que a reforma agrária acaba, mesmo que futuramente torne-se uma política pública estrutural, sendo de início uma política social em prol das camadas menos favorecidas da sociedade, até mesmo porque, até o momento, são essas as pessoas capazes de mobilizarem-se e agüentarem a longa espera em acampamentos para serem selecionadas. A porcentagem desta faixa de escolaridade é de 56,25% nos titulares vinculados ao MAST, 61, 5% nos do MST, 63,5% dos titulares ligados ao Sindicato e 60% dos ex-funcionários. No grupo dos ex-funcionários, por serem contratados do fazendeiro, não existe nenhum analfabeto no grupo. O maior índice de pessoas sem nenhuma instrução com titularidade aparece, proporcionalmente ao grupo de pertencimento, no MAST, com 03

analfabetos (18,75%), seguido pelo MST, com quatro titulares (10,2%) e pelo Sindicato também com quatro pessoas (7,7). Com 2º grau completo aparecem em proporção maior pessoas que estavam relacionadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosana, resultante do vínculo empregatício anterior que possuíam com as obras da CESP no município.

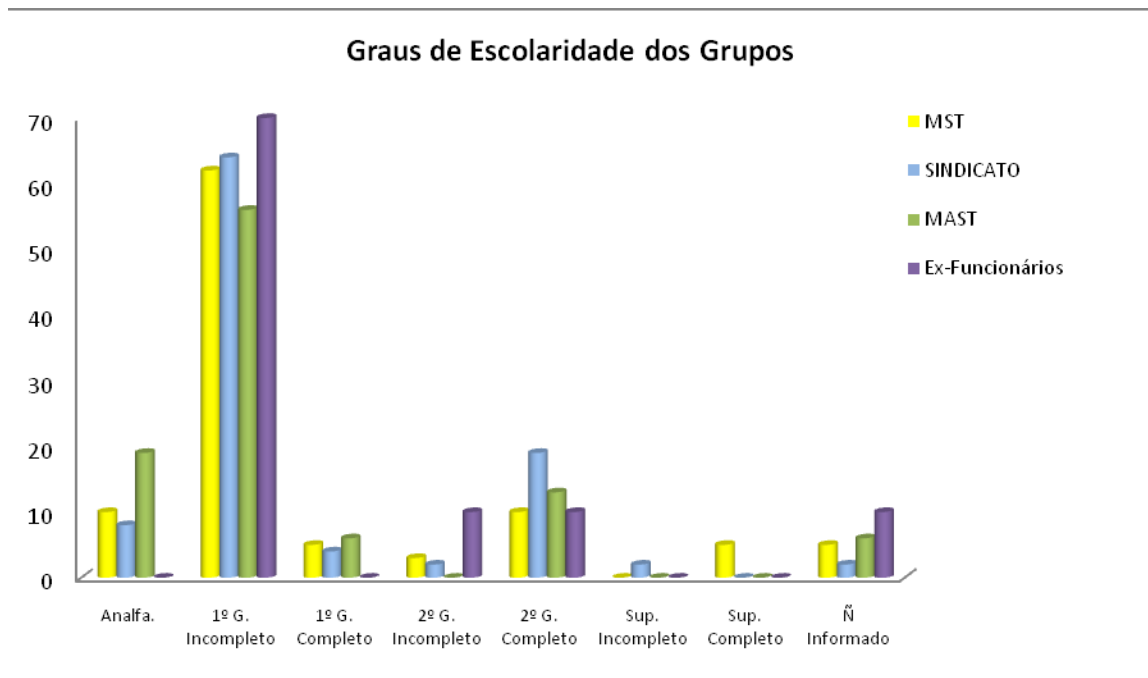


Gráfico 3.6: Grau de escolaridade em porcentagem dos titulares dos grupos

### 3.3.3. Número de habitantes por família:

Outro aspecto a considerar é o tamanho das famílias que habitam cada um dos lotes pesquisados. Vale lembrar que ainda não está em questão a estrutura familiar adotada (nuclear, extensa, etc.), mas sim a densidade demográfica de moradores por lote. O fato de haver apenas um titular por lote, não impede de que haja diversos núcleos familiares residindo no lote, até mesmo em outras moradias construídas dentro da área, isto porque não existe uma limitação legal que impeça que familiares possam vir a residir na área. Mas o valor mais freqüente é similar à média nacional de quatro moradores, representando 24,8% da população total. Se levarmos em consideração os lotes em que residem entre um até quatro moradores o valor se eleva para 59% do total. Sozinhos, havia três casos e o maior número de pessoas

dentro do mesmo lote foi de 16 pessoas (um caso) e três lotes com treze habitantes. A tabela 3.4. e o gráfico 3.7. a seguir mostram as frequências das famílias segundo número de habitantes:

Tabela 3.4 : Distribuição das famílias segundo número de habitantes por lote

<b>N HABITANTES/LOTE</b>	<b>N DE FAMÍLIAS</b>	<b>N ACUMULADO DE FAMÍLIAS</b>
<b>1</b>	3	3
<b>2</b>	13	16
<b>3</b>	24	40
<b>4</b>	29	69
<b>5</b>	13	82
<b>6</b>	7	89
<b>7</b>	13	102
<b>8</b>	3	105
<b>9</b>	4	109
<b>10</b>	2	111
<b>11</b>	2	113
<b>Mais de 12</b>	4	117
<b>TOTAL</b>	<b>117</b>	

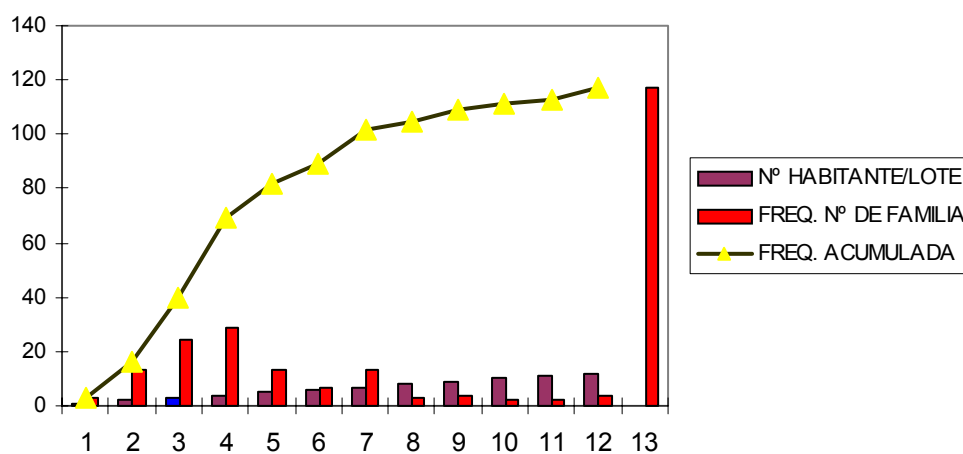


Gráfico 3.7.: Distribuição das famílias segundo número de habitantes por lote

### 3.3.4. População total:

Considerando os valores acima citados de moradores por lote, temos um total de quinhentos e setenta e dois moradores nos cento e dezessete lotes pesquisados, os quais serão analisados considerando-se o gênero, a idade e escolaridade da população total.

Quando observamos apenas a questão de gênero dos moradores, temos 11,2% a mais de homens do que de mulheres assentadas no Nova Pontal. São 318 (trezentos e dezoito) homens e 254 (duzentas e cinquenta e quatro) mulheres ao todo. Algumas questões relevantes aparecem quando focalizadas inserindo a variável faixa etária com a questão de gênero (tabela 3.5).

Tabela 3.5: Distribuição da população total por gênero e faixa etária

FAIXA ETÁRIA	GÊNERO		TOTAL
	MASCULINO	FEMININO	
< 1	4	7	11
= 1	4	3	7
1-6	29	27	56
6-11	48	22	70
11-16	32	26	58
16-21	30	23	53
21-26	20	16	36
26-31	17	18	35
31-36	17	15	32
36-41	19	15	34
41-46	16	18	34
46-51	11	7	18
51-56	14	9	23
56-61	13	6	19
61-66	9	5	14
>=66	11	10	21
Não informou	24	27	51
<b>TOTAL</b>	<b>318</b>	<b>254</b>	<b>572</b>

Verificamos que as crianças com idade menor de seis anos são 74, perfazendo um total de 13% da população. Já as crianças entre seis e onze anos representam 22,4% do total. Dos onze aos vinte e um anos são 19,4% e a população adulta com mais de vinte e um anos soma 231 moradores, i.e., 40,4% do total. A população idosa, com mais de sessenta anos representa 6,1%.<sup>31</sup> A distribuição mostra que o assentamento Nova Pontal é jovem e com alta porcentagem de pessoas em idade ativa para o trabalho, provável resultado do pouco tempo de implantação do assentamento até à época da pesquisa de campo (sete anos). Quando observamos a população por gênero o gráfico 3.8. a seguir auxilia-nos a visualizar melhor as informações obtidas:

<sup>31</sup> Isto considerando que 8,9% não informou a idade.

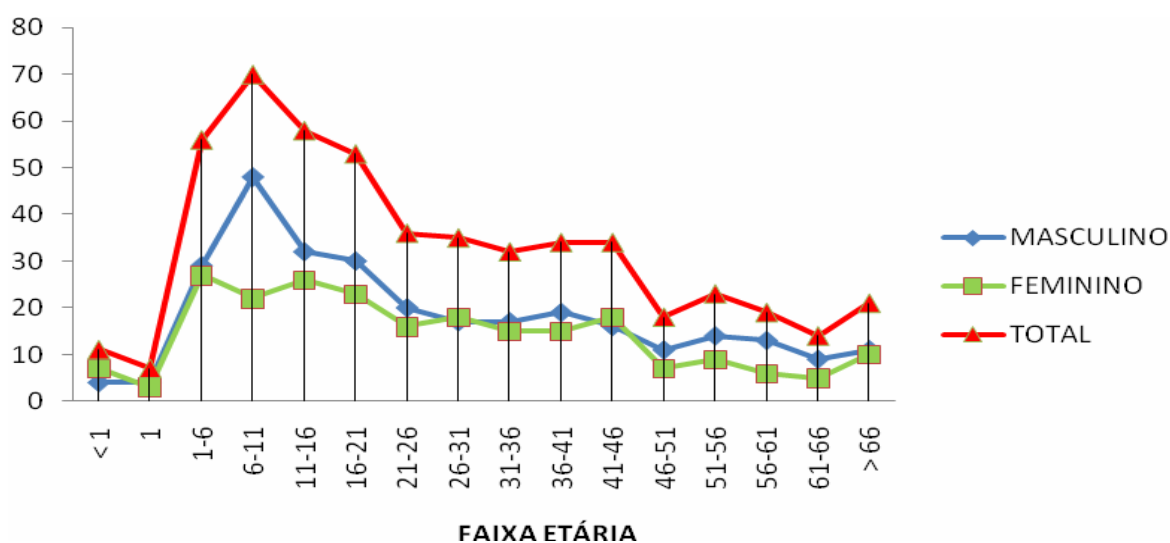


Gráfico 3.8.: Distribuição da população total por gênero e faixa etária

Fica nítida a similaridade do número de meninos e meninas até a faixa etária de seis anos e a existência de um pico na faixa etária de seis a onze anos, em especial na quantidade de meninos. Após os vinte e um anos, as diferenças entre homens e mulheres são reduzidas, mantendo-se próximas até atingir a fase idosa da vida, quando homens e mulheres praticamente se igualam numericamente.

### 3.3.5. Grau de escolaridade:

Desconsiderando as crianças até seis anos que ainda não estão em idade escolar, as quais somam setenta e quatro, sendo metade de cada gênero, analisamos o grau de escolaridade dos 498 habitantes restantes. Do total, 311 pessoas não estudam, 04 não informaram e os 183 restantes são estudantes. A predominância de pessoas com primeiro grau incompleto permanece na faixa superior à 50% da população pesquisada, estando incluídas nesta faixa 57% dos moradores maiores de 7 anos. Outros 7% concluíram os estudos do 1º grau e a mesma porcentagem ainda não concluiu o segundo grau. Sessenta e dois moradores (13% do total) possuem o ensino médio concluído, dois moradores estão cursando o ensino superior e seis pessoas já o concluíram. A população analfabeta corresponde a 4% do total.

Vale lembrar que estamos considerando na pesquisa apenas a população residente na área rural, pois, caso contrário, o número de assentados (especialmente de filhos dos mesmos) cursando ou com diploma de ensino superior seria superior ao apresentado, afinal, sabemos de filhos que deixaram de residir no assentamento para estudar e/ou após concluir os estudos. Não podemos esquecer também do grande número de moradores em idade escolar conforme visto anteriormente, são 41,8% dos moradores com idade entre 6 e 21 anos. As pessoas maiores de 21 anos que voltaram a estudar representam uma pequena proporção do número de moradores, são 2,8% do total e 7,6% entre os estudantes no período da pesquisa. O que vemos é que as pessoas inclusas na reforma agrária têm a possibilidade de garantir que seus filhos estudem, muitas vezes, em escolas localizadas no próprio assentamento, fato que para os antigos moradores da área rural era exceção e quando tinham eram escolas improvisadas e sem as condições adequadas.

Quanto à questão da escolaridade conforme o gênero, notamos que a população assentada no Nova Pontal não apresenta distinções significativas. Os valores ficam em faixas proporcionais bem similares em todos os graus de escolaridade. Os com o primeiro grau incompleto permanecem dentro do limite do desvio padrão do total da população na faixa, a quantidade de pessoas com esse grau concluído é idêntica, proporcionalmente, entre homens e mulheres e a tendência inicial de manterem os dados em faixas similares permanece. O gráfico 3.9. a seguir torna mais nítida a distribuição da população por grau de escolaridade e a forma de apresentação da variável quando observada a frequência dos diferentes graus de escolaridade entre homens e mulheres:

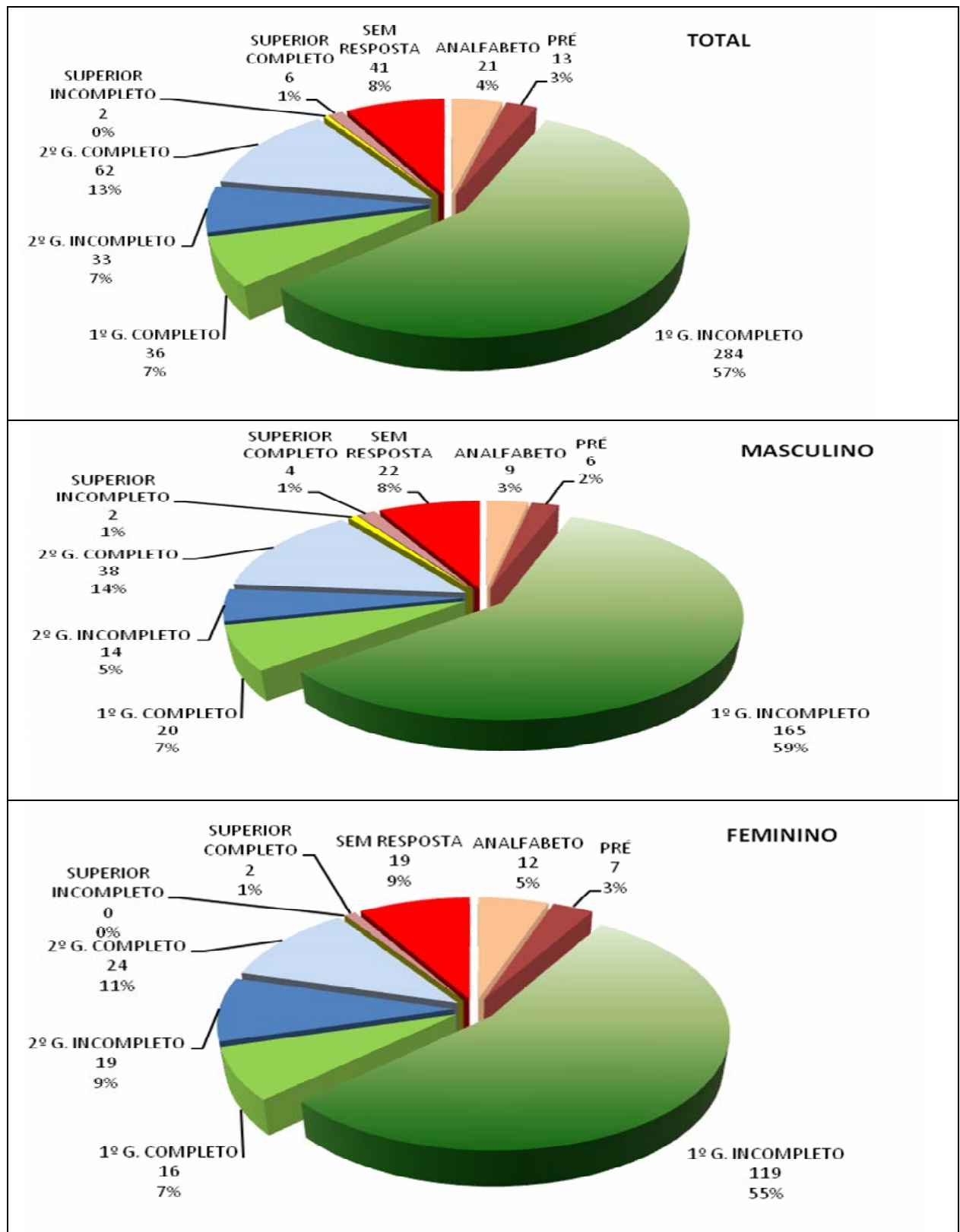


Gráfico 3.9.: Escolaridade da população total assentada pesquisada e escolaridade conforme gênero.

### 3.3.6. Renda Familiar:

A variável renda familiar foi obtida através da autodeclaração dos entrevistados e, posteriormente, foi transformada em categorias conforme salário mínimo vigente na época da pesquisa, cujo valor a partir de maio de 2005 era de R\$300,00 (trezentos reais). A maior incidência do número de famílias apareceu na faixa de renda entre meio até um salário mínimo, representando 40,4% do total de pessoas que responderam a questão. 10,1% dos respondentes afirmaram possuir menos de meio salário mínimo mensalmente e 22,2% recebem entre um e um e meio salários. A distribuição da população por faixa de renda familiar está exposta na tabela 3.6. abaixo:

Tabela 3.6. : Distribuição da renda familiar em faixa de salário mínimo (S.M.) vigente em 2005 (R\$300,00).

<b>Renda familiar (em Salários Mínimos)</b>	<b>N</b>	<b>N acumulada (%)</b>
Menos de 0,5	10	10 (8,5)
Mais de 0,5 a 1	44	54 (46,2)
Mais de 1 a 1,5	22	76 (64,9)
Mais de 1,5 a 2	19	95 (81,2)
Mais de 2 a 2,5	02	97 (83)
Mais de 2,5 a 3	11	108 (92,3)
Mais de 3	01	109 (93,2)
Não informou	08	117 (100)
<b>Total</b>	<b>117</b>	

Embora ao observador apressado possa parecer que a reforma agrária implica, seguindo os critérios de renda, a manutenção das pessoas na condição de pobreza e até mesmo de miséria, cabem duas considerações iniciais: a) existe uma tendência às pessoas de baixa renda em se autodeclararem mais pobres do que são de fato devido à expectativa de serem encaixadas em alguma política pública social vigente cujo critério é obrigatoriamente a renda familiar e, sendo assim, para se chegar a esta definição outros caminhos devem ser seguidos para descoberta da real descoberta (ver Ramiro, 2006) e b) no caso dos assentamentos, grande parte do orçamento familiar é poupada devido às inúmeras possibilidades de autoconsumo e da troca ou venda de mercadorias entre os moradores do assentamento, cujo valor não é computado quando são indagados sobre renda. (cf. Santos e Ferrante; 2003) Para darmos uma dimensão melhor da contenção de despesas devido ao autoconsumo decorrente do plantio e de pequenas criações de animais, noventa e oito dos cento e dezessete lotes pesquisados tinham



hortas caseiras e 97,4% têm criações de galinhas em seus lotes, seguido por 79,5% com criação de suínos. Por não haver abatedouros na região e nem liberação sanitária para venda dos animais, são consumidos pelas famílias e negociados de maneira informal entre os interessados.

Apesar das considerações acima considero importante verificar a resposta fornecida sobre renda pelos assentados, pois essa será (como analisaremos em outro capítulo) a maior reclamação da população pesquisada.

### 3.3.7. Fontes de Renda:

A principal fonte de renda declarada pelos assentados do Nova Pontal é a pecuária leiteira, a qual quando única opção adotada corresponde a 48% dos produtores e, se somadas ao que complementam a renda com pecuária leiteira e lavoura, o valor aumenta para 69% dos produtores. Mesmo assim, vinte e duas famílias ainda adotam como fonte exclusiva de renda a lavoura e o restante (12% do total) declarou obter sua principal renda da realização de pequenos bicos (02 moradores), de trabalho como diarista em outras lavouras (06), da pecuária de corte (02) e um é domador de cavalos. Outros seis não especificaram o que era a outra alternativa de fonte de renda. Os dados podem ser visualizados na figura 3.10.:

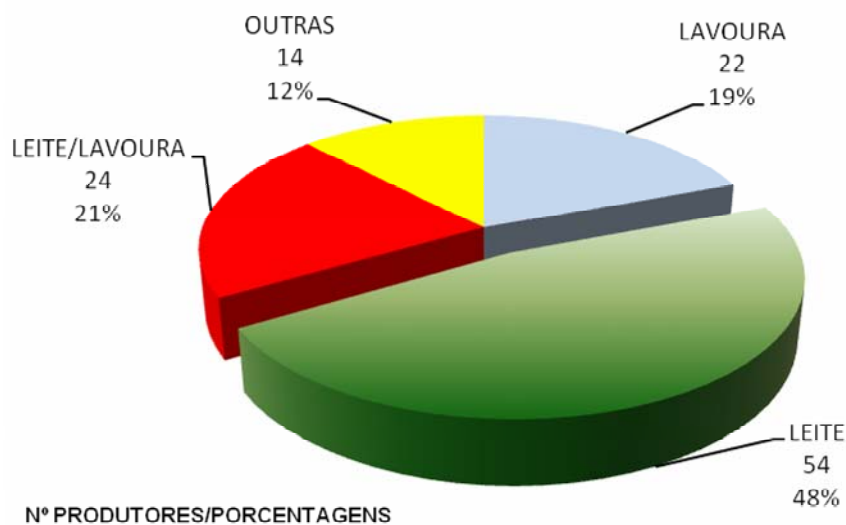


Gráfico 3.10: Distribuição dos assentados segundo fonte de renda

Outra maneira de analisar a geração de renda através do tipo de opção produtiva adotada é analisar os dados obtidos pela Fundação Itesp via Levantamento Rápido de Produção realizado em todos os projetos de assentamento do estado de São Paulo. Utilizaremos aqui os dados do levantamento feito através das informações referentes à safra 2004/2005.

A produção vegetal aparece dividida de acordo com o tipo de cultura existente: produtos anuais, olerícolas ou produtos permanentes. A principal cultura anual é a mandioca, produto indicado devido às características regionais do local, especialmente, o clima e a viabilidade de comercialização. Na safra 2004/2005 trinta e cinco produtores assentados plantaram um total de 2.435 toneladas cobrindo uma área de 153,96 hectares de plantio. A quantia representa 78,79% do valor bruto total arrecadado com a produção de culturas anuais. Numa proporção bem menor aparece a cultura do algodão, com dez produtores com produção total de 2.264,00 arrobas do produto numa área de 45,92 hectares, representando 17,48% do valor bruto total adquirido. Ainda entre as culturas anuais aparecem culturas individuais para fins de comercialização de feijão, com dois produtores produzindo 20 sacas no ano agrícola em questão, outros dois produtores de milho com produção anual de 120 sacas ao valor médio de R\$ 15,00 (quinze reais a saca) e um produtor de mamona que cultivou uma área de 4,84 hectares com o produto, conseguindo o valor bruto de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) pela produção de 80 sacas. Quanto às olerícolas são pouco representativas do local, pois apenas dois produtores tinham optado pelo plantio da cultura na safra 2004/2005, sendo um produtor de 5.000 caixas de abobrinha numa área de 2,42 ha e outro de 4 toneladas de melancia ha. O primeiro arrecadou pela produção R\$25.000 (vinte e cinco mil reais) e o segundo R\$1.360,00 (um mil, trezentos e sessenta reais). (cf. gráfico 3.11)

A única cultura permanente que apareceu no projeto de assentamento pesquisado foi o café, o qual aparece em dois formatos diferentes: café convencional e café adensado, cuja distinção está na forma de plantio, sendo o adensado plantado com uma distância bem reduzida entre os pés de café, permitindo uma produção maior com uma área menor. A preferência no local entre os quatro produtores do local foi pelo cultivo do café adensado, foram três produtores ocupando uma área total de 4,20 hectares com produção de 160 sacas de café. Já o produtor de café convencional plantou em seu lote 2,42 hectares de café, conseguindo comercializar naquele ano safra 150 sacas. O valor médio da saca de café em 2005 na região era de R\$60,00. (cf. gráfico 3.12)

A produção animal predominante é a pecuária leiteira. Em 2005, os pecuaristas leiteiros somavam 99 moradores do assentamento. A produção total de leite naquele ano safra 2004/2005 foi de 1.202.941,00 litros de leite, comercializados ao valor médio de R\$0,38 (trinta e oito centavos) na região, resultando numa arrecadação bruta total de R\$457.117, 58 (quatrocentos e cinquenta e sete mil cento e dezessete reais e cinquenta e oito centavos). Os pecuaristas de cria somavam dez pessoas, sendo que sete comercializaram naquele período um total de 54 cabeças de bezerros<sup>32</sup> ao valor médio de R\$137, 31 (cento e trinta e sete reais e trinta e um centavos) e os outros três pecuaristas de cria venderam 29 cabeças de novilho ao valor médio de R\$378,62 (trezentos e setenta e oito reais e sessenta e dois centavos). (cf. gráfico 3.13)

A partir dos dados concluímos que, na safra 2004/2005, 61% da renda bruta total do assentamento é originária da pecuária leiteira, 37% da produção vegetal e 2% da pecuária de cria. (cf. gráfico 3.14)

---

<sup>32</sup> A Secretaria da Agricultura considera bezerro os animais com até 12 meses de idade, mas, na prática, é comum considerá-los como bezerros durante o período de amamentação e novilhos (ou garrotes) são os animais no período após o desmame.

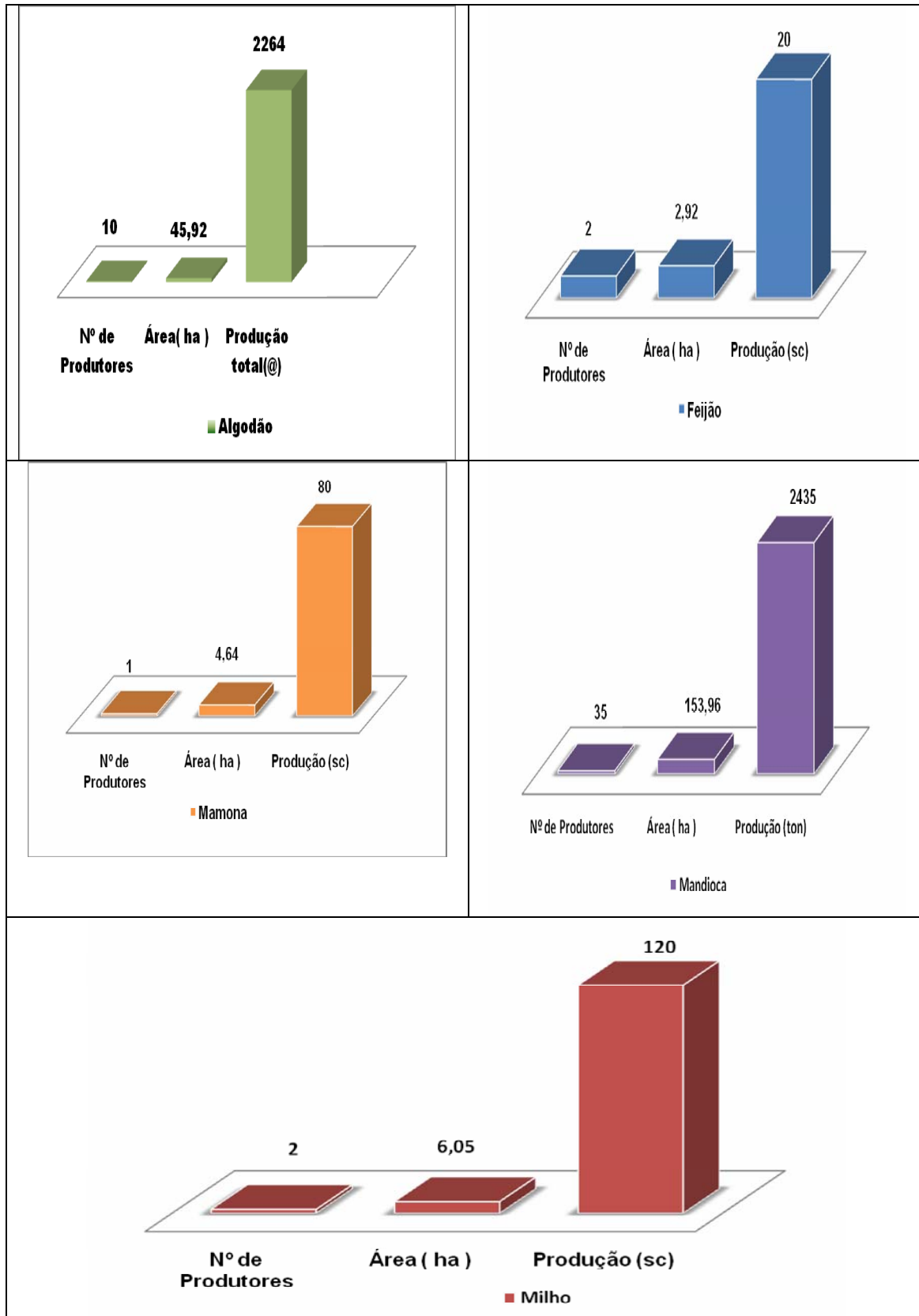


Gráfico 3.11.: Produção Vegetal – Culturas Anuais.

Fonte: Levantamento Rápido de Produção – SAFRA 2004/2005. Fundação Itesp. Org. Patrícia Alves Ramiro

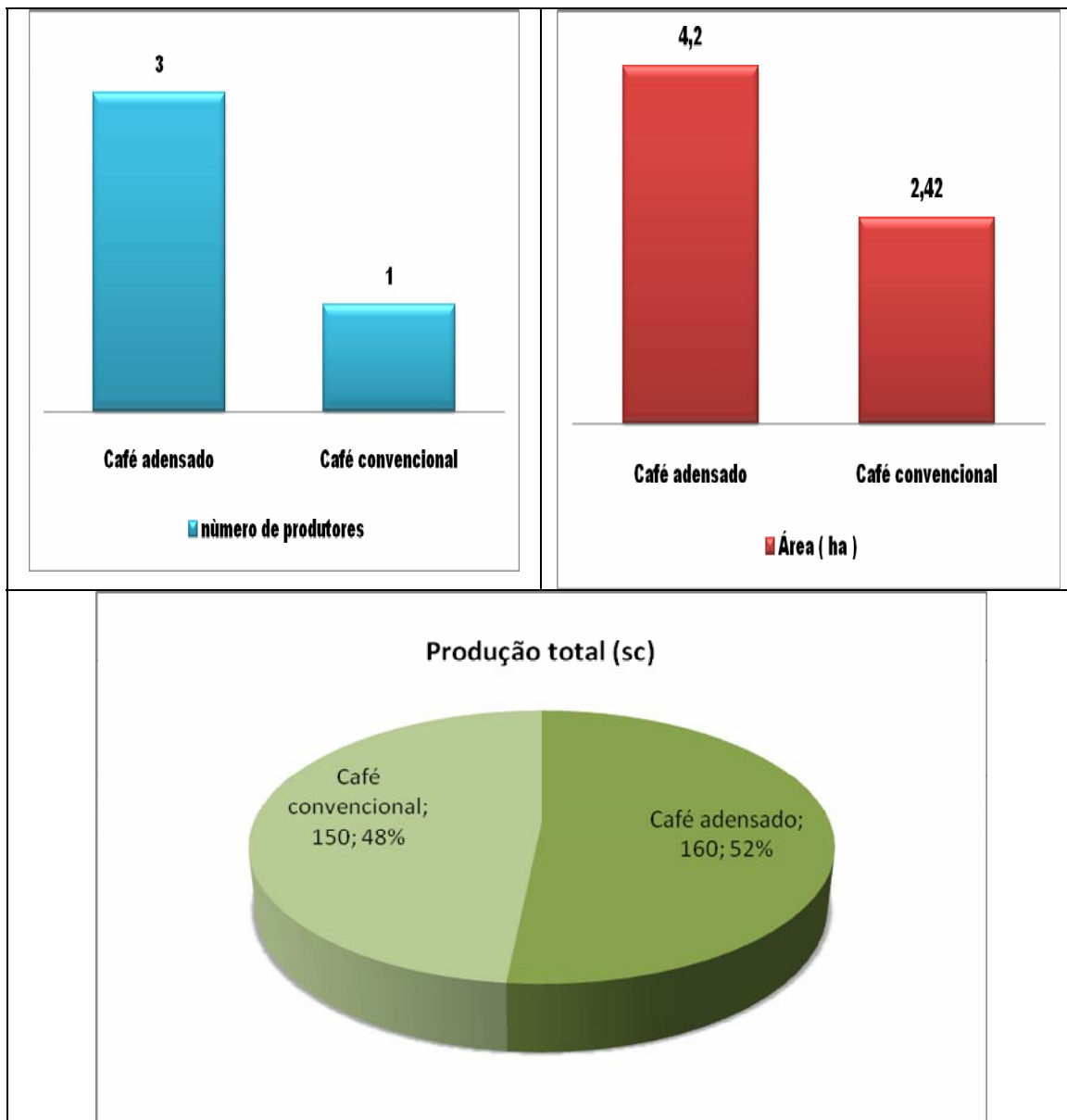


Gráfico 3.12.: Produção Vegetal – Culturas Permanentes.

Fonte: Levantamento Rápido de Produção – SAFRA 2004/2005. Fundação Itesp. Org. Patrícia Alves Ramiro

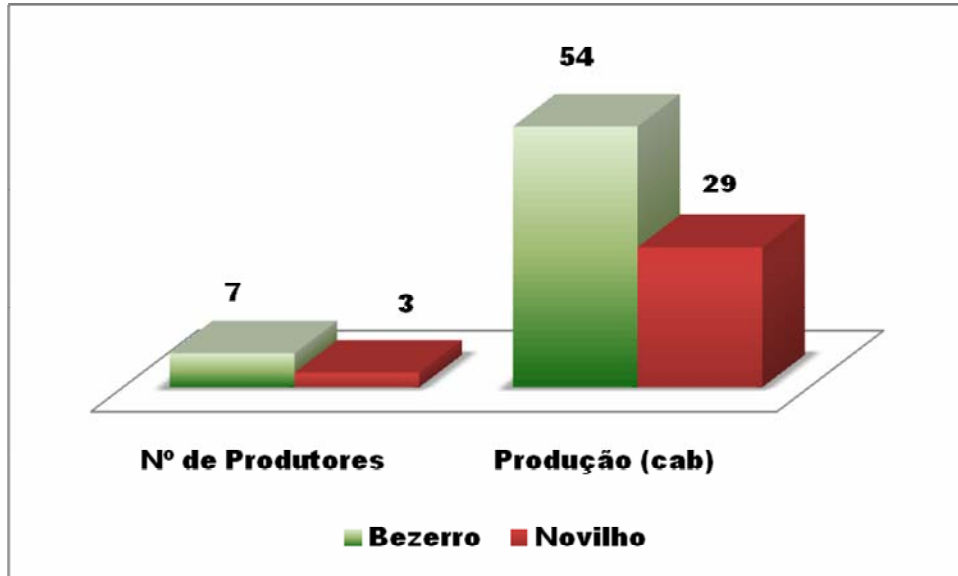


Gráfico 3.13: Produção Animal.

Fonte: Levantamento Rápido de Produção – SAFRA 2004/2005. Fundação Itesp.  
Org. Patrícia Alves Ramiro

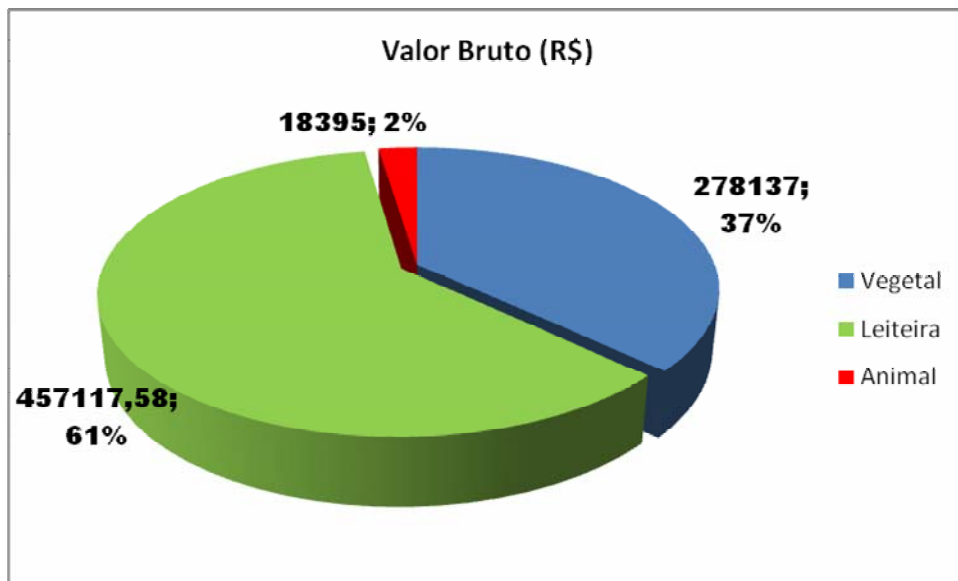


Gráfico 3.14: Valor Bruto da Produção em reais segundo origem da renda.

Fonte: Levantamento Rápido de Produção – SAFRA 2004/2005. Fundação Itesp.  
Org. Patrícia Alves Ramiro



## CAPÍTULO 4

### DA CIDADE AO CAMPO:

#### A PERCEPÇÃO DA CONQUISTA DA TERRA E DA TERRA CONQUISTADA

Permanecer ou retornar para a terra por meio da reforma agrária é um processo de escolha realizado a partir da realidade vivida antes do ingresso na luta pela terra e que coloca em pauta, de maneira intensa, a questão da ambigüidade da dicotomia rural/urbano.

No período pós década de 50, fazia-se necessária a busca pela compreensão das transformações decorrentes do amplo processo migratório do campo para as cidades, focando a questão das novas identidades construídas na vida urbana, enfocando, ora as reminiscências do sujeito rural, ora os novos valores adotados para adaptação na cidade. Havia também pesquisas que tiveram a perspicácia de colocarem a questão da migração através de outro ângulo, tão ou mais importante, para apreensão dos valores envolvidos no desejo de regresso e/ou permanência na área rural nos dias atuais. Esses *pesquisadores da contramão* produziram material de suma importância para comparações e percepções de mudanças da vida rural e urbana no decorrer dos últimos cinquenta anos ao questionarem, não as razões e alterações decorrentes do processo migratório, mas sim, as razões e alterações da escolha de permanência no mundo rural numa época em que migrar era o corriqueiro. Obviamente, estar na contramão do convencional tem seu preço, e o principal reside no esquecimento dos textos nas prateleiras acadêmicas, sem publicação e, portanto, sem distribuição e divulgação de seus resultados. Uma dessas pesquisas foi realizada no início da década de 70, pela socióloga Maria Inês Rauter Mancuso, intitulada *O fenômeno da permanência no sistema social rural*, na qual o objetivo central consistia em:

*rrealizar um estudo exploratório sistemático sobre a permanência de indivíduos e/ou grupos sociais no meio rural. Com referência a este objetivo, a preocupação primordial é a reconstrução do Sistema Social Rural sob a orientação de um quadro teórico e, partindo dessa reconstrução, determinar as tendências relativas à permanência daquele e naquele sistema. (Mancuso; 1975:05)*

No caso específico não apenas o tema fugia aos padrões da época, mas a metodologia é igualmente singular. Mancuso irá trabalhar com conceito de Teoria de Ação de Talcott Parsons (1962), procurando cunhar suas análises pela seleção das alternativas de ação da população estudada. O *locus* da pesquisa foi o município de Itirapina, localizado a 191 km da



capital do estado de São Paulo, no qual foram entrevistados trabalhadores rurais assalariados de grandes propriedades e parceiros e pequenos proprietários rurais.

Uma questão relevante que aparece na pesquisa de Mancuso (op. cit.) e ainda hoje é similar nos estudos de Sociologia Rural, alterando-se apenas as representações reais e ideais apresentadas, é a da ambigüidade da realidade entre o urbano e o rural. Os depoimentos permanecem sempre vacilando entre as atrações percebidas no ambiente urbano e as vantagens de permanecer no meio rural, ou seja, as pessoas para realizarem suas escolhas, organizam-nas a partir de uma balança entre as vantagens de um e de outro meio. Realizam o que Mancuso chama de “balanço permanência-migração”, no qual a opção de ficar no campo é resultado de forças funcionais decorrentes das forças contrárias à evasão ativadas. Segundo a autora (ibidem: 102),

*As decisões, portanto, são possíveis de se alterar conforme se alterem não só as condições rurais e urbanas, mas também conforme se altere a percepção destas condições, o que pode ser ocasionado pela emissão continuada de “atrações” da cidade em relação à zona rural.*

No caso da Reforma Agrária podemos afirmar que o balanço varia entre o identificado por Mancuso, naqueles que vêm na reforma agrária a opção de permanecer na área rural, porém é ampliado pela inversão agora do sentido migratório, significando, muitas vezes, migração da cidade para o campo. Nesta etapa histórica é a cidade que perde seus antigos atrativos e o campo (re)surge como possibilidade mais atraente de vida.

Convém lembrar que, já no final dos anos 40 e início da década de 50 do século XX, Antônio Candido em sua clássica obra, *Os Parceiros do Rio Bonito*, ao trabalhar a questão da posição ocupada pelo caipira e as relações sociais, chamava a atenção para o grande número de camponeses que migraram para a cidade de São Paulo, abandonando os gêneros tradicionais de vida caipira. Dizia-nos Candido (2001: 233-234):

Ao contrário, a mobilidade de hoje conduz muitas vezes ao abandono completo dos gêneros tradicionais de vida, quer levando o caipira ao trabalho em zonas de agricultura moderna, onde se incorpora aos novos padrões, quer, sobretudo, incorporando-o ao proletariado urbano. O pessoal das indústrias, dos transportes rodoviários e ferroviários, da construção civil, das obras públicas, é, em grande parte, recrutado de seu meio. Da mesma maneira, nele se recrutam as empregadas domésticas e os empregados de toda sorte de atividades, qualificadas ou não, requeridas pelos centros urbanos. Uma pesquisa recente<sup>33</sup> mostra que 48,92% das

<sup>33</sup> A pesquisa recente a qual Antônio Candido se refere é a realizada por Vicente Unzer de Almeida e Otávio Teixeira Mendes Sobrinho, *Migração rural-urbana: aspectos da convergência de população do interior e outras localidades para a capital do estado de São Paulo*. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado; 1951.

famílias vindas para a capital provêm de áreas rurais, e que a sua ocupação principal tornou-se o trabalho na indústria.

Quando analisamos as profissões anteriores ao ingresso na luta pela terra das famílias assentadas na Nova Pontal notamos um imenso contingente de pessoas que viveram em centros urbanos trabalhando como: vigia, diaristas, eletricitas, soldador, escriturário, auxiliar de serviços gerais, operador de máquinas, pedreiros, domésticas, costureiras, açougueiro, pintores, mecânicos, carpinteiros, barrageiros e recepcionistas. Outros fizeram do assentamento a escolha de permanecerem vinculados às atividades agropecuárias, pois eram agricultores, bóias-frias, técnicos agrícolas, tratoristas, cerqueiros, capatazes, e domadores de animais. Quantitativamente, quando estas ocupações anteriores são agrupadas conforme o ambiente de origem, temos um percentual de 62% de ocupações tipicamente urbanas e 38 % para as rurais. O levantamento das profissões anteriores ao ingresso no projeto de assentamento torna-se mais significativo quando pensamos a questão incluindo o enfoque de gênero. Notamos que são as mulheres as que mais deixaram de realizar tarefas consideradas tipicamente rurais, com a grande maioria, 17,5%, declarando-se como “do lar”, seguindo-se as que eram domésticas, isto é, repetiam o que faziam em seus lares, mas de forma remunerada para outros e poucas com ocupações que fugiam às esferas consideradas tipicamente femininas vinculados aos serviços de limpeza. As exceções foram uma agente comunitária de saúde, uma advogada, uma recepcionista, uma vendedora ambulante e uma escriturária.

Essa grande variedade de profissões anteriores, obviamente, está relacionada ao histórico da área e à inclusão de diferentes grupos no local: MST, MAST, Sindicato Rural do Município de Rosana e ex-funcionários. Dos 36 titulares homens vinculados ao Sindicato, por exemplo, apenas 11 declararam atividade rural antes do ingresso, sendo 1 tratador de animais, 9 agricultores, 1 técnico agropecuário. Os demais, devido ao vínculo empregatício que tiveram com a construção das Usinas ou atraídos para o município para oferta de serviços à população eram: operadores de máquinas, vigilante, escriturário, pedreiro, encanador, armador, soldador, açougueiro, pintor, ambulante e um ex-pescador. Do grupo de mulheres titulares de lote vinculadas no início ao grupo do Sindicato, entre as dezesseis, apenas três eram agricultoras, todas as outras eram: doméstica (3 casos), donas de casa (06), uma recepcionista, uma vendedora e outra cozinheira.<sup>34</sup> A ênfase no número de profissões rurais aparecerá na população vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no qual apenas 8 dos 32 titulares homens declararam ocupações profissionais anteriores tidas

---

<sup>34</sup> Uma das mulheres titulares pertencente à este grupo não informou a ocupação anterior.

como urbanas: três carpinteiros, dois pedreiros, um motorista e um barrageiro. Todo o restante afirmou ser trabalhador rural, agricultor, lavrador e diarista. Já as sete mulheres titulares do MST apenas uma era bóia-fria, declarando-se o restante como *do lar* e doméstica. Quando analisamos as pessoas ligadas ao MAST, a situação se equilibra quando o assunto é a profissão anterior conforme caracterização da origem rural ou urbana, pois dos 12 homens, cinco declararam-se lavradores, sendo o restante formado por: pedreiros, vigilante, doceiro, auxiliar técnico, motorista e administrador. Entre as mulheres, a declaração de ocupação principal como afazeres domésticos se repete: são três donas de casa e uma ex- doméstica. Por fim, no grupo dos ex-funcionários conseqüentemente todos os homens eram trabalhadores rurais na fazenda, sendo dois campeiros, dois tratoristas, um cerqueiro, um capataz e um técnico agrícola. Das três mulheres titulares inclusas no grupo, apenas uma declarou também praticar atividades rurais na fazenda, outra cuidava da casa e das crianças e a terceira mulher trabalhava na cidade como auxiliar de serviços gerais.

Embora saibamos que mesmo no universo rural existe certa tendência das mulheres cuidarem dos afazeres domésticos sozinhas, sabemos que estas exercem outras funções para manutenção da agricultura familiar, especialmente nas áreas que circundam a casa da família, como a dedicação à criação de pequenos animais, hortas e pomares caseiros, atividades, muitas vezes, ainda desconsideradas como trabalho, fato que dificulta a classificação dessas mulheres que se declararam como *do lar*. Afinal, poderiam estar tanto no campo como na cidade. No caso dos homens, há um equilíbrio entre as profissões anteriores, porém, a vivência do mercado de trabalho nas cidades é 6% maior que as ocupações com o trabalho rural. São 53% para 47% os dados obtidos.

Compreender esta vivência da cidade pela qual muitos assentados passaram é fundamental para interpretação das práticas ideais e reais adotadas no cotidiano atual, dado que a percepção que têm da vida, os valores que adotam e as ações adotadas refletem a história de vida de cada um e explicam seus modos de vida: atitudes, pensamentos, gestos, idéias, trajés, hábitos alimentares, etc.

A observação sociológica histórica mostra que, nas primeiras décadas do processo de industrialização nacional, a percepção da vida na cidade dava-se através da comparação que os agricultores faziam dos grupos considerados semelhantes, com grau de escolaridade e aptidões similares e, sendo assim, as impressões do urbano eram filtradas pelo que consideravam seus grupos de referência. Como nos mostra Mancuso (1975:146):

*As avaliações que estes atores fazem da vida citadina não se formam através de impressões recebidas diretamente do Sistema Urbano. Explica-se: estas impressões são recebidas pelos atores rurais como que “depuradas”, “filtradas” através de certos grupos de referência particularistas. Alguns grupos de referência definem as imagens projetadas pelo Sistema Social Urbano.*

Na prática significa que, ao se imaginarem residindo na cidade, imaginam-se ocupando empregos com baixos níveis salariais e avaliam as vantagens e as desvantagens de cada um dos sistemas sociais. Estas referências particularistas indicam que “o sistema de referência é sempre particular, envolve sempre o próprio ator ou os atores com os quais aquele está em associação direta”. (Mancuso; 1975:148)

O diferencial da balança *permanência-migração* nos dias atuais está no fato de que a maioria dos personagens envolvidos no processo de escolha residência rural ou urbana e os estilos de vida correspondentes vivenciaram a cidade de maneira direta, fazendo agora suas escolhas com base em sua própria experiência de vida e não mais, em comparação a grupos semelhantes como era antes. Mesmo os que, como vimos anteriormente, mantiveram-se vinculados às atividades rurais, devido ao crescimento das cidades, da ampliação do acesso às tecnologias de comunicação (especialmente, a televisão e o rádio), do aumento do transporte do campo para a cidade e pelo fato de frequentemente possuírem algum conhecido, parente ou não, para visitar no ambiente citadino, puderam também obter suas avaliações a partir de seu próprio olhar. A referência atual, portanto, está na história de vida de cada uma dessas pessoas.

#### **4.1.Avaliação situacional:**

Uma das etapas desta pesquisa consistiu em entrevistar 96 moradores (entre titulares e co-titulares de lotes) sobre a percepção que tinham da situação de vida anterior ao assentamento, considerando a avaliação subjetiva referente a essa transição e a existência do desejo de permanência ou mudança do projeto de assentamento e, quando interesse em alteração do local de moradia, se esta seria para outra área rural ou para alguma cidade. Foram pesquisados moradores de 91 lotes dos 122 totais, pois, cinco dos entrevistados eram cônjuges do titular, contabilizando apenas um lote. Entre os informantes, 67 são homens e, os 29 restantes, mulheres. Quando questionados sobre a avaliação que fazem das transformações da

situação de vida atual em comparação com a vida que tinham antes de ingressar no projeto de assentamento as respostas apareceram conforme gráfico 4.1:

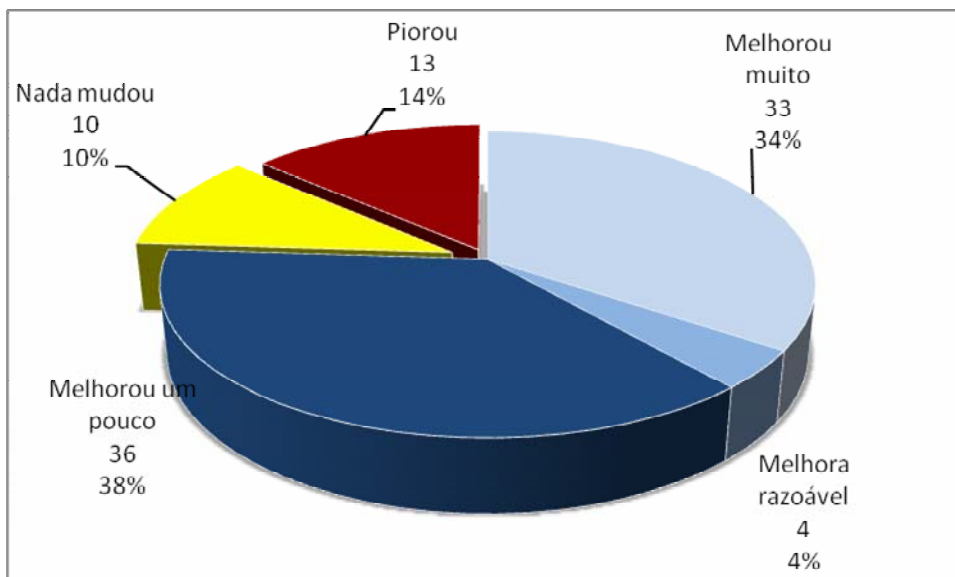


Gráfico 4.1. : Avaliação da situação de vida após ingresso no projeto de assentamento

A avaliação de que a vida melhorou após ingresso no projeto de assentamento é compartilhada com a maioria dos assentados na Nova Pontal, correspondendo a um total de 76% das respostas obtidas. Apenas a intensidade desta mudança permanece equilibrada: para 33 entrevistados melhorou muito e para 36 melhorou apenas um pouco.

A opção pela vida campesina foi realizada no momento da decisão pela inclusão no processo de reforma agrária, sendo assim, como estão assentados no Nova Pontal há quase dez anos, é de se esperar essa avaliação positiva, pressupondo que as pessoas precisam dar significado às suas escolhas para seguirem sua vida. Ramiro (2002), em pesquisa realizada em um bairro composto por uma população pobre na capital do Estado do Rio Grande do Norte entre os anos de 1999 e 2001, Mãe Luísa em Natal, observou que residir naquele local era tido como algo vantajoso para seus moradores, apesar do estigma e da fama de bairro violento que o local carrega. Assim também os moradores de Copacabana pesquisados por Gilberto Velho (1973), em sua maioria, desejavam permanecer no bairro carioca. Tanto no campo, quanto na cidade, pode continuar válida a afirmação de que “o que muda são as motivações e os valores nos quais as pessoas constroem seu discurso a fim de dar sentido à situação vivida”.(Ramiro; 2001: 115) Cabe-nos, portanto, detectar o respectivo peso que as motivações comunitárias e societárias apresentam nessas escolhas.

A construção da identidade social de cada um deles na condição de assentados passa pela percepção da ambigüidade da realidade rural/urbana e permanece sendo pautada no balanço permanência-migração descrito anteriormente. Todavia, para os que eram trabalhadores rurais e uniram-se aos movimentos sociais de luta pela terra ou instituições que apóiam a reforma agrária (como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais) envolvidos nessa pesquisa, a mudança deu-se, principalmente, na passagem da situação de empregados para *patrões*, no sentido de serem donos de suas terras e de sua força-de-trabalho ser usada em benefício da família, o que chamam de *trabalhar por conta*. Reportam-se à questão de perceberem-se como proprietários de seu lote (embora juridicamente não o sejam), e ao fato de gerarem renda para si mesmo. As falas de alguns dos casos podem ser elucidativas da questão: *Era bóia-fria. Agora sou proprietário. Tenho liberdade, facilidade das coisas e acesso ao crédito. Foi da escuridão para claridão!*(assentado, 53 anos)/ *Melhorou muito porque tomava conta de fazenda no Mato Grosso e ganhava pouco. Hoje tenho renda e a renda é minha, não é mais do fazendeiro.* (assentado, 52 anos).

Para diversas pessoas, o retorno ou a permanência na terra aparece como sinônimo de moradia, de trabalho, de estabilidade e de tranqüilidade. Isto porque, ao fazerem um balanço de sua trajetória de vida, sentem que alguns valores, muitas vezes derrotados por outras vantagens imaginadas na vida citadina em décadas antecedentes, retornam agora para reafirmar ou revalidar as vantagens do meio rural. Seguem alguns dos depoimentos nessa direção: *Na cidade é vida de pagar aluguel, mais difícil. Aqui trabalha, têm.* (assentada, 35 anos)/ *Melhorou muito. Dá para criar os bichinhos: galinha, porco. Quer vender uma galinha, tem. É mais melhor do que na cidade. Na cidade ninguém cria nada.* (assentada, 66 anos) / *Na minha cabeça, eu acho assim: lá pagava muita água, muita luz, consegui aposentar, graças a Deus! A gente tem uma misturinha para comer.* (assentada, 65 anos)/ *Melhorou muito em tudo. Até na união, tem paz, tem sossego. A gente trabalha, mas sou feliz.* (assentada, 52 anos) / *É o sossego. Peguei o lote, agora tenho minha vaquinha para tirar leite... Sossego! Vou para cidade não agüento nem ficar três dias.* (assentada, 54 anos) / *Pelo menos sossego, eu tenho. Não existe dinheiro no mundo que paga meu lote. Pelo sustento, que é mais confortável, pouco, mas a gente tem uma garantia.* (assentado, 46 anos).

A avaliação pode servir-se da depreciação ou da valorização de determinadas características percebidas. Quando se trata de valorizar a vida rural, as imagens recorrentes são, ainda hoje, muito similares às que aparecem em trabalhos anteriores (como o de Mancuso (ibidem), por exemplo) por enfatizarem questões como a tranqüilidade da vida no campo, a beleza da natureza, a paz, o prazer das criações de pequenos animais, fatores não

essencialmente econômicos, mas ambientais e culturais. Culturais porque, juntamente com as vantagens funcionais das criações de pequenos animais e das hortas caseiras como garantia de alimentos a baixo custo e com maior rapidez, por não dependerem da locomoção aos centros urbanos ou mercantis geralmente distantes (o que demanda não apenas tempo, mas dinheiro também), essas atividades aparecem vinculadas a aspectos culturais da vida campesina. Acompanhar as crias dos animais, regar as hortas e vê-las brotar até chegada a época da colheita são atividades tidas como prazerosas para quem se dispõe a fazê-las. As galinhas, diferentemente das granjas comerciais, são inúmeras vezes criadas soltas pelo quintal e circulam livremente dentro das casas, fazendo parte do ambiente doméstico dos assentados. A paisagem também aparece como fator vantajoso perante a cidade. Dona Luísa, por exemplo, nos contou que tudo começou com o sonho do marido em ter um lote e que, atualmente, não consegue se imaginar morando da cidade. Recorre em seu imaginário à cena do reflexo da lua na água de uma novela televisiva para explicar-me a vista que possui em seu lote. Quando perguntada durante entrevista o que mais gosta em seu lote, responde:

*Ai tudo. Eu adoro ficar em pé ali na porta da sala e olhando assim para o rio. Você quer ver quando é noite de lua cheia, que a lua vem e bate na água! Não sei se você se lembra de uma novela, Porto dos Milagres, que passava? A imagem é a mesma. Então eu fico tempos ali até a lua subir... tem hora que é da janela do meu quarto, hora que é ali de fora. Então é muito bonito. Eu adoro aquele cenário ali. (Dona Luísa, 43 anos)*

Quando essas representações ideais referem-se à depreciação da vida urbana, a promessa equivocada de que o crescimento econômico potencializado pelas e nas cidades desembocaria em desenvolvimento social veio acompanhada dos inúmeros infortúnios causados especialmente aos trabalhadores pouco qualificados, em sua maioria, oriundo do campo, tais como: a violência nos grandes centros, o alto índice de desemprego, o preço dos serviços básicos, como: tarifas de água, luz e telefone, o alto custo da alimentação e do aluguel, enfim, o processo de migração cidade/campo se dá através da redefinição dos valores considerados importantes (conforme exposto anteriormente) e também devido ao processo de inclusão social injusta vivido na cidade. A recusa pelo termo excluído dá-se por compartilharmos da visão de Martins de que:

“Excluído” é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum *sujeito de destino*: não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação. “Excluído” e “exclusão” são construções, projeções de um modo de ver próprio de quem se sente e se julga participante dos benefícios da sociedade em que vive e que, por isso, julga que os

diferentes não estão tendo acesso aos meios e recursos a que ele tem acesso. O discurso sobre a exclusão é o discurso dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto à economia quanto aos valores que lhes correspondem. (Martins; 2003:31)

Essa depreciação da vida citadina revelou-se em algumas falas como: *Na cidade tudo o que ganhava, gastava.* (assentado, 31 anos) / *Em tudo melhorou. Era emprego, não tinha nada. Hoje tenho meu leite, planto. Melhorou 100%.* (assentado, 56 anos) / *Porque trabalhava de empregado, não tinha vida própria. Às vezes dava quinze horas de serviço por dia. Hoje tenho mais recurso financeiro.* (assentado, 54 anos) / *Trabalhar por conta própria. Já fiz muita hora em barragem. Independência.* (assentado, 54 anos) / *Porque se tivesse na cidade, na minha idade, uma firma não pega mais.* (assentado, 57 anos) / *Os filhos não andam na rua bagunçando. Ficam em casa. Gasta menos, evita pagar a luz cara e a água (que é de poço cacimba).* (assentado, 43 anos)

Quando a percepção da situação de vida no decorrer do tempo anterior e posterior ao ingresso no assentamento é de inalteração da vida, dez assentados declararam não terem sentido mudanças significativas. Nesses casos, a vivência da cidade é bastante nítida, afinal a situação continua na mesma, pois consideram que permanecem sem dinheiro, assim como antes, ou por terem ingressado através da compra de benfeitorias, e ainda não tinham sua situação regularizada perante o INCRA e/ou a Fundação Itesp para poderem acessar a linha de crédito ou porque no passado tiveram algum emprego de baixa remuneração ou realizam alguns bicos na cidade e percebem na agricultura uma situação permanente de instabilidade financeira. Vejamos algumas das respostas fornecidas durante a pesquisa: *Porque só agora irei pegar financiamento. Fiquei três anos sem financiamento.* (assentado, 44 anos) / *Porque não tenho renda de nada. Tudo o que planta, perde. Na cidade, pelo menos, estava empregado.* (assentado, 40 anos) / *Por enquanto não estou vivendo do lote, estou empregado. Vou pegar o dinheiro agora.* (assentado, 42 anos) / *Muito contratempo da natureza. Lavoura não deu certo, pecuária não deu certo. Lavoura demora e não dá preço. Falta renda mensal.* (assentado, 39 anos) / *A agricultura não dá muita força pra gente. Planta, vai vender não tem preço. Leite também. Nos somos muito desmotivados.* (assentado, 43 anos)

Dois acreditam que nada mudou porque já eram agricultores antes, mas, enquanto, para um, a semelhança está no exercício da mesma atividade, afinal diz que buscou na reforma agrária terras para poder colocar gado, pois já trabalhava com venda e compra do mesmo, o outro criticou a situação dos dois últimos anos devido às condições climáticas inadequadas para agricultura e também a ausência de políticas de governo para solucionar a questão dos agricultores, como a queda que sentiam no preço do leite naquela época,



chegando a receber apenas R\$0,17 pelo litro do leite. A principal motivação resultante da balança permanência-migração é econômica em grande parte dos casos e, quando a avaliação da situação de vida passada e presente é negativa, visualizando, portanto, uma piora na mesma, são as dificuldades financeiras para sobrevivência no campo, novamente, os fatores recordados para justificar sua resposta. A ausência de estabilidade, as dificuldades enfrentadas pela agricultura como baixo preço dos produtos retornam nas falas de outros assentados entrevistados: *Antes era empregada, recebia salário.* (assentada, 47 anos) / *Minha renda hoje é menor.* (assentado, 36 anos) / *Em matéria financeira. Eu era pedreiro...* (assentado, 56 anos) / *Hoje a lavoura não têm preço. Às vezes não produz. Antes tinha emprego fixo, aqui não tem ganho fixo, né?* (assentado, 36 anos) / *Está mais difícil. Eu não devia em banco, hoje devo. A maior dificuldade é essa.* (assentada, 45 anos) / *Está pior a vida, porque você planta e não colhe. Antes trabalhava de empregado. Estou com o milho bonecado<sup>35</sup> e não chove.* (assentado, 45 anos).

A falta de saúde física também pode ser limitante da vida rural, visto a demanda de atividades que impõe no lote, mas não é mais tão enfatizada nas falas dos assentados devido às conquistas previdenciárias dos agricultores na década de 90. Apenas em dois casos, foi considerada o principal fator para avaliação negativa da situação por ser empecilho ao exercício das atividades agrícolas e pecuárias. Para um deles, “no começo estava bom, mas depois que cortei o braço....”. Este senhor de 56 anos recebe, desde o acidente, um salário mínimo como auxílio-doença, mas ressenete-se de não poder colaborar mais no cotidiano de seu lote. Já para Dona Maria, de 54 anos, a diabete, pressão e colesterol altos são resultados das dificuldades vividas por ser assentada, pois justifica sua ausência de saúde talvez pela idade, ou por ter lavado roupa durante dois anos no córrego do projeto de assentamento, até que a água encanada chegou à sua moradia. Importante ressaltar que, no caso dela, estas doenças não são consideradas pelo INSS como motivo para afastamento das atividades e, sendo assim, a mesma não é beneficiária da previdência social.

#### **4.2. Caracterização das relações sociais:**

Se, na pesquisa de Mancuso (op. cit.), a cidade ameaçava a identidade social dos atores rurais, hoje a mesma torna-se a definidora da construção social das novas identidades

---

<sup>35</sup> Diz-se que o milho está bonecado quando já está com a espiga e palha formadas, lembrando os cabelos de uma boneca, porém faltam brotar os grãos, fato que necessita da chuva para acontecer adequadamente.

criadas a partir do processo de reforma agrária iniciado com a implantação de projetos de assentamentos rurais. Conforme abordagem do trabalho realizado na década de 70:

*Entre os vários motivos apresentados pelos atores sociais para explicar o apego que sentem pela vida rural, o costume e o fato de terem nascido e crescido em um determinado local aparece repetidas vezes. [...] Desta forma, a identidade do ator rural se define com relação ao lugar onde está e onde sempre viveu. Seus valores, seus padrões de comportamento, sua visão de mundo que integram a sua personalidade foram por ele obtidos, através do processo de socialização, dentro dos limites do Sistema Social Rural. Sua concepção de liberdade assim construída ressalta a importância do Sistema Natural. A cidade, com seus valores e padrões de comportamento diferentes, ameaça a identidade social dos atores rurais. (Mancuso; 1975: 134 e 136)*

A comparação dos diferentes estilos de vida (citadino e campesino) acontece a partir de enfoques subjetivos não mais referenciais/particularistas como outrora e, desta maneira, o passar da *intuição* para a *vivência* refaz a identidade dos novos personagens do campo brasileiro, convergindo no conceito de agrupamento social que defino como **sociedade rural**. Isto porque, embora tenhamos a valorização de aspectos rurais ainda similares aos de antigamente, como a valorização da tranquilidade do campo, da redução da violência no meio rural, da paisagem, do prazer do contato com as criações e cultivos, o conflito entre as vontades orgânica e essencial intensifica-se e altera a predominância de um pelo outro, invertendo o peso que os valores adquirem no processo da passagem da situação de indivíduo para *pessoa*. Como esclarece Merlo (1995:126):

*A distinção entre vontade orgânica e vontade arbitrária não coincide exatamente com a distinção entre instinto e razão. Como não deixa de precisar o próprio Tönnies, tanto a orgânica quanto a arbitrária referem-se ao homem enquanto ser pensante; a diferença reside no fato de que, enquanto a vontade essencial engloba o pensamento, a racional existe unicamente como pensamento. Na essencial se manifesta o homem enquanto unidade de instinto, de sentimento, de pensamento; a vontade racional é o pensamento que segue independente dos impulsos da vida orgânica, persegue fins próprios. Não é possível compreender plenamente a posição de Tönnies se não considerarmos que ele vê na vontade essencial a manifestação da verdadeira natureza moral natural, exprime a bondade natural do homem, sua sociabilidade, sua inclinação ao altruísmo. Enquanto, quando é comandado pelo vontade arbitrária, o comportamento do indivíduo se torna egoísta, utilitarista.*

A decisão de retornar ou permanecer no campo reflete um estilo de pensamento que engloba, de modo dialético, o conflito entre os valores comunitários e societários, mas a *leitura da vida* no assentamento Nova Pontal mostra que predominam, ao menos durante a

fase de pesquisa, os valores societários, regidos por relações motivadas pelo interesse, conforme análise racional das vantagens e desvantagens da cidade e do campo. Obviamente, os dois tipos de relações sociais, comunitárias e societárias, aparecem no assentamento. Importante notarmos que o desejo de retorno ao meio rural resulta, muitas vezes, mais da desvalorização da vida na cidade do que da valorização da vida no campo. É o que vemos claramente no depoimento de uma assentada de 28 anos que analisa sua melhora de vida pela fala: *Antes passava dificuldade. Aqui passa, mas menos*. Ou outra de uma mulher, de 34 anos: *Porque em Rosana já passava necessidade. Aqui, com uma abobrinha, um quiabo, resolve*.

Os valores motivadores das ações em direção à vida campestre recaem basicamente em aspectos individualistas resultantes de histórias de vida difíceis na cidade. Mesmo que, para 23 assentados, a vida permaneça a mesma ou tenha piorado, quando indagados sobre a existência de vontade, ainda que temporária, de mudar do projeto de assentamento Nova Pontal, apenas 15 manifestaram esta intenção, sendo que 04 destes gostariam de permanecer na área rural, buscando apenas maiores áreas (03 casos) ou vida rural com maior proximidade da cidade, ampliando a oportunidade da pluriatividade, como disse Sr. José de 39 anos: *Iria para o cinturão verde* (área beirando o Distrito de Primavera). *Mais perto da cidade, mais chance de trabalho. É rural, mas é praticamente dentro da cidade*.

A migração, independentemente do sentido em que ocorra, põe em pauta o conflito das vontades humanas, na qual valores repulsivos e atrativos são avaliados e definidos pelos atores sociais para decidirem (quando possível) o destino mais favorável para sua vida e de sua família. Cidade e campo possuem, cada qual de acordo com a história de vida de cada um, qualidades e deficiências. Para permanecer ou deixar um ambiente em prol do outro é resultado da avaliação que fazem desta balança que ora repele, ora atrai com maior ênfase. Optar por um dos dois caminhos, não elimina essa dualidade de forças opostas, pelo contrário, renova-a num movimento constante de reflexão e reafirmação ou negação dos valores adotados, afinal, a dialética faz parte da natureza humana.

### **4.3. Organização e participação social:**

A falta de oportunidade vivenciada em ambientes urbanos gera a adesão aos movimentos sociais de luta pela terra, mas com um interesse em comum, a saber, conseguir renda, casa e até mesmo a comida que a cidade não permitiu acesso. Sob este enfoque, combatemos a visão muito freqüente na academia e defendida também por algumas lideranças

dos movimentos sociais, de que os acampamentos são exemplos de associações do tipo comunitárias, nas quais as pessoas pensam e agem em prol do interesse coletivo. O que vemos na prática são pessoas que se juntam com uma meta a ser alcançada, que passam por variados conflitos internos, devido à diversidade cultural das pessoas *unidas* debaixo da lona, as quais, após a conquista do objetivo, passam a defender interesses próprios e, inúmeras vezes, recusam a continuidade e a participação coletiva em nome da “comunidade”. A consequência da fraqueza dos vínculos comunitários e a formação de grupos de interesse (leia-se: societários) repercutem na forma como aparecem as organizações comunitárias locais, quer sejam através associações e/ou cooperativas regulamentadas, quer via grupos informais e na participação das pessoas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Convém recordar que não estamos com isso querendo dizer que os vínculos locais são “ruins ou bons”, mas sim que, ao utilizarmos a metodologia tönnesiana, compreendemos que a *Gesellschaft* (sociedade) e a *Gemeinschaft* (comunidade) são modos de relações sociais que formam uma unidade dialética, ou seja, são partes de um todo. Segundo Cohen (1995:208):

*A Gemeinschaft* pode ser vista não somente como um grupo de um certo tipo, mas como um fio de pensamento, de percepção, de sentimento, de relacionamento também, em que tudo isso, de fato, é o propósito da relação. Não se trata do que se pode obter desse relacionamento. O relacionamento não é percebido como um meio, mas como um fim, tendo valor a partir de seu próprio acordo. *A Gemeinschaft* existe porque a relação com o que quer que seja percebido em essência e entendido é um prazer em si próprio.

Quando não é o partilhar conjunto de um mesmo sentimento, de uma mesma percepção, no tipo de relação societário, as pessoas se agrupam, essencialmente, embora não exclusivamente, com o objetivo de conquistar algo para si, fazendo das relações sociais um fim em si mesmo. É o caso, por exemplo, da existência dos sindicatos. A tabela 4.1 mostra a filiação sindical dos entrevistados:

Tabela 4.1.: Filiação sindical dos assentados

<b>Filiação Sindical</b>	<b>N</b>	<b>(%)</b>
Sim	15	12,9
Não	101	86,3
Sem resposta	01	0,8
<b>Total:</b>	<b>117</b>	<b>100</b>

No projeto de assentamento, o sindicato teve um papel importante durante a fase de luta pela terra do local, visto que um dos grupos assentados era representado diretamente pelo

mesmo. Aliás, falar em Sindicato dos Trabalhadores Rurais nos estudos dos assentamentos é de extrema relevância, pois, durante as Comissões de Seleção para discussão da seleção dos beneficiários de uma área desapropriada para fins de reforma agrária, uma das cadeiras é reservada para o sindicato do município da área (ver capítulo 3). Os 12,9% que são filiados vêm na participação sindical uma vantagem para quando precisam de alguma declaração do órgão. Vale ressaltar que uma das exigências previdenciárias para fins de aposentadoria rural, salário-maternidade, auxílio-doença, pensão por morte e auxílio reclusão, no caso dos assentados agregados, isto é, para aqueles não titulares do lote, é a declaração de atividade rural fornecida pelos sindicatos rurais. Este é o principal argumento dos que se mantiveram filiados. Para os sindicalizados, o fornecimento dessas declarações é gratuita; para os que não o são, os valores cobrados são definidos pelo presidente do sindicato, podendo ser gratuito ou chegar, como era o caso do município de Rosana na época da pesquisa de campo, ao valor de um salário mínimo. Não apenas as tarifas abusivas, como também a baixa atuação em outras atividades de interesse da população rural (oferta de cursos, atendimentos jurídicos, etc.) e a ausência de prestação de contas, levaram o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Rosana a ser destituído de seu cargo pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) meses após a coleta de dados. Uns poucos dos que não estavam filiados mostraram compartilhar dessa visão política de que aquele sindicato não servia aos interesses dos agricultores, pois só visava o lucro. Apareceram nas respostas coisas do tipo: *Saí do sindicato porque começou a bagunçar muito.* (assentado, 60 anos) / *Não sou filiado. Falta interesse. Não compensa. Já paguei, mas desisti.* (assentado, 56 anos) / *Já fui filiada, mas desisti pelo mal atendimento.* (assentada, 45 anos) / *Não pago. Sei lá, só querem dinheiro todo mês. É só cobrança.* (assentado, 63 anos).

As justificativas para a não participação vão desde a inoperância local do sindicato, até à falta de conhecimento sobre as finalidades da existência de um sindicato, o que nos faz supor uma certa falta de percepção do grupo como categoria que os uniria na qualidade de assentados aos trabalhadores rurais de um modo geral. Alguns entrevistados afirmaram explicitamente que não eram filiados porque não são proprietários da terra, o que os remete a uma categoria à parte, ou transferiam à ausência desta percepção ao sindicato, o qual “não dava assistência aos assentados”, fato que supõe a necessidade de um tratamento diferenciado para os mesmos.

A ausência de interesse somada à falta de conhecimento é a explicação majoritária dos 86,3% não sindicalizados, a qual se acopla à existência de um sindicato praticamente inoperante e abusivo em suas tarifas de serviços. Em qualquer sindicato, a formação dos

grupos de associados se dá pela comunhão de interesses em comum. É inerente à existência dos sindicatos a predominância de interesses particulares similares que conjuntamente fortalecem a luta pelas demandas. Assim, conforme as categorias, aparecem as demandas de cada momento histórico, indo desde a discussão de piso salariais, direitos previdenciários e trabalhistas até o treinamento e aperfeiçoamento da categoria para conquista de melhorias na qualidade de vida e ampliação da renda. O sindicato é, portanto, uma instituição característica da vida em sociedade com o objetivo de ampliação das disputas pelos diferentes interesses existentes na vida social, e, no caso estudado, mostrou-se ser uma instituição de pouca adesão dos assentados, não sendo o instrumento de luta pela melhoria de vida nos projetos de assentamento adotados pela população rural do município. A contextualização da situação é de suma importância para que não adotemos uma postura precipitada de supor que o fato ocorre na maioria dos locais onde há projetos de assentamento, afirmação que não temos suporte nenhum para fazê-la sem que outra pesquisa de maior abrangência fosse feita.

As associações e cooperativas são formas coletivas incentivadas tanto pelos órgãos públicos quanto pelos movimentos sociais, pois são vistas como otimização da discussão das demandas, facilitadoras da organização social, negociadoras da redução dos custos de produção através da compra coletiva, ampliadoras da geração de renda via venda coletiva de produtos, reduzindo as despesas com o transporte dos mesmos, fonte de coesão social e representante das vontades coletivas. Todos esses fatores potencializados pela existência de associações e/ou cooperativas acontecem no plano teórico. É a análise de casos concretos e dos valores ideais e reais expressos nas ações de associar-se ou não que nos possibilita entender a realidade social presente em determinada situação. Retomamos a antiga questão tönnesiana segundo a qual:

Em teoria, a sociedade consiste em um grupo humano que vive e habita lado a lado de modo pacífico, como na comunidade, mas, ao contrário desta, seus componentes não estão ligados organicamente, mas organicamente separados. Enquanto na comunidade os grupos permanecem essencialmente unidos, a despeito de tudo o que os separa, na sociedade eles estão essencialmente separados, apesar de tudo o que os une. (Tönnies; 1995:252)

Associações e cooperativas podem, seguindo esta metodologia, serem definidas como comunitárias ou societárias conforme a predominância dos valores adotados por seus participantes em relação aos meios e aos fins adotados. Podemos, “em certa medida, compreender a comunidade como um organismo vivo, e a sociedade como um agregado mecânico” (Tönnies; *ibidem*: 232). Algumas associações podem existir visando a valorização

cultural de um povo, o fortalecimento dos vínculos de vizinhança, o culto aos mesmos símbolos, etc., o que fariam delas *associações comunitárias*, nas quais a união entre as pessoas é percebida como um *meio* para alcançar os objetivos. Outras, cujo foco poderia ser a defesa de interesses comuns, como, por exemplo, acesso a serviços básicos ou de infraestrutura, participação em conselhos municipais, objetivos comerciais, etc., apareceriam como *associações societárias*, nas quais a união é um *fim* em si mesmo. Novamente, estas tipologias sugerem o predomínio de um tipo sobre o outro e não a inexistência de outras características dentro do mesmo grupo. Concordo com Carvalho (1999: 04) quando afirma que:

Constatei que diversas formas de associativismo sobrepunham-se umas às outras, tanto sincrônica como diacronicamente, no decorrer do período estudado (1990-98). E o associativismo econômico, na maioria das vezes, entrelaçava-se com diversos outros planos sociais como o de parentesco, vizinhança, religioso, etc. [...] nos diversos assentamentos estudados os trabalhadores rurais constituíram e vivenciaram formas diversas e combinadas de associativismo, muitas vezes imbricando nelas outros planos sociais de suas vidas que não o econômico, e gestando mudanças no significado dessas formas de associativismo no tempo, de maneira muito rápida.

No projeto de assentamento Nova Pontal existiam, durante a fase de pesquisa, duas cooperativas locais, um grupo informal de mulheres que produziam e vendiam pães na feira da cidade e poucos associados à cooperativa de âmbito regional, COCAMP, instalada no município de Teodoro Sampaio, distante 80 km de Rosana. Das 117 famílias estudadas, 38 declararam participar de algum grupo formal ou informal, ou seja, 32,8% da população local. A abrangência da participação conforme grupo pode ser esclarecida pelo gráfico 4.2.:

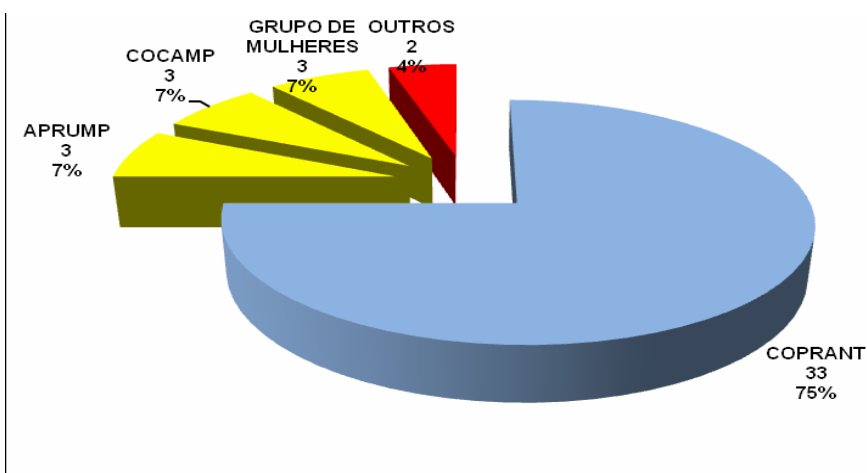


Gráfico 4.2.: Quantidade relativa de associados conforme tipo de grupo coletivo.

Devido à representatividade maior e por não se tratar de tema central nessa tese (embora tenha relação direta com a proposta deste trabalho, dada a multidimensionalidade dos grupos formais e sua vinculação com a rede de sociabilidade presente) optamos por relatar apenas o caso da Cooperativa dos Produtores de Milho, Mandioca e Leite (COPRANT), cooperativa surgida logo após o ingresso no assentamento e que, mesmo sem muitos resultados conquistados, permanece regularizada nos meios legais, através do registro de suas atas de eleição e pagamento das tarifas necessárias.

A cooperativa tinha como intenção potencializar a produção e a comercialização dos assentados, buscando, através da unificação dos produtores conquistar o mercado local com produtos de qualidade. A união destas pessoas deu-se, portanto, seguindo um *fim* comercial, racionalmente pensado, o que faz com que retomemos Tönnies com clareza quando afirma que:

Existem comunidades de língua, costumes e crenças, sociedades científicas, de viagens ou negócios. Particularmente significativas são as sociedades comerciais. Embora possa haver uma certa intimidade e até um espírito comunitário entre sócios, dificilmente postular a existência de uma **comunidade comercial**. (Tönnies; 1995: 232 / grifo da autora)

Embora o mercado local seja reduzido, contando com apenas dois supermercados de médio porte e mercearias pequenas espalhadas pela cidade, frutas, verduras e legumes são, em sua maioria, trazidas da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) de Presidente Prudente, distante 183 km do município. O caso da produção de bananas pela cooperativa, relatado durante entrevista, pode ampliar essa discussão entre produção e mercado local.

**Assentado:** *Eu montei uma câmara de climatização da banana lá na cooperativa. Selei as portas com borracha e tudo, pus o climatizador lá dentro e tudo, fiz o curso. Na época o prefeito tinha dado milhares de mudas de banana. E eu fui e expliquei pro pessoal: - Gente vamos fazer assim: essa banana a gente não está conseguindo vender, essa banana ela tem que sair daqui junto. Então, nossa quartinho lá dava para tantas toneladas, eu não lembro na época, vamos climatizar essa banana e vender. Vim aqui no Sacolão (supermercado local), o Jorge (proprietário do Sacolão) ia comprar para a gente desde que ela não fosse inferior a que ele comprava, mas ia comprar para dar uma força. “Eu compro toda a banana que vocês produzir só que ela tem que ter padrão, tem que ter qualidade”. E eu tipo fui nos bananais, avisei na época o Seu Zé, o Seu João, todo mundo que tinha banana, né?. As bananas você vai ter que colher assim, assim. Pega uma pessoa, vai com você, você corta quietinho no ombro, chega lá, já pendura, depois na hora de despencar, com maior carinho*



*despenca a banana, expliquei como é que despencava para acomodar na caixa e eu fui com meu carro cara, com a minha pampa, eu vinha com 10 caixas de banana em cima, tudo acomodadinha com jornal. Pus no meu quartinho para maturar. Madurei a banana, uma beleza. Ai o Jorge viu, falou: “Agora se vira com essa aí, a próxima eu pego”. Fizemos doce dela para vender e tudo, fomos numa exposição da faculdade vender doce e tudo com rótulo. Ai a próxima banana, o pessoal: “- Bom já conseguimos o mercado, agora vixe, né?” Não tinha esse cara aqui lá ó (apontando para revista de Assistência Técnica e Extensão Rural em cima da minha mesa) não tinha assistência técnica. E o que é que aconteceu? O cara cortava com o facão assim: pá (imita barulho do corte) e deixava cair no chão. Maduramos, a banana ficou toda pintada, preta, machucada. (Daniel, 39 anos)*

O primeiro aspecto a destacar no depoimento é a ênfase em fatores estritamente econômicos para formação do grupo de pessoas. O objetivo era claro: conseguir vender as bananas, cujas mudas foram doadas pela prefeitura. O fato da ocorrência desta doação é fator relevante, visto que, ao que tudo indica, a opção pelo plantio de bananas não partiu dos assentados, mas sim do poder público local, o que permite que o produto adotado não se encaixe com o perfil anterior dos produtores ou mesmo em preferência pessoal de cultivo. Obviamente, um levantamento de demanda de mercado é necessário para viabilizar a comercialização, mas a escolha inicial deve partir do produtor e não de políticas públicas de compra e distribuição de mudas sem metas claramente e coletivamente definidas para sua implementação. Outro fator a ser levado em conta para o insucesso desta iniciativa é a responsabilidade toda pela articulação do grupo ficar sob a responsabilidade de uma só pessoa. Foi o Sr. Daniel quem tomou a iniciativa de ter a idéia, falar com o dono do supermercado, avisar aos outros assentados, ensiná-los a colher as bananas, recolhê-las para maturação em seu carro e levá-las para o proprietário vê-las. A relação assumida entre produtor e comprador também é carregada por atitudes comuns na região, onde por saber da dificuldade dos produtores, o comprador diz que “ia comprar para dar uma força”, fazendo desta relação comercial uma relação de favor, buscando criar, portanto, uma relação em que o produtor *ficaria devendo algo em troca*, provavelmente cobrado durante o período das eleições locais. Por fim, a reclamação da ausência de assistência técnica ao grupo permite duas colocações: a) para o atendimento de todo o projeto de assentamento Nova Pontal (122 lotes) há, no Grupo Técnico de Campo de Rosana da Fundação Itesp, apenas um engenheiro agrônomo responsável, o que considero pouco e b) o próprio relato do assentado transparece que desde o início o agrônomo não foi chamado a participar das discussões da cooperativa, aparecendo sua figura apenas após as coisas darem errado.

A cooperativa não desistiu de continuar buscando caminhos, mas parece ter seguido percurso semelhante ao da banana, porém com a ausência de doação, utilizando agora a linha de crédito do Programa Nacional para Agricultura Familiar (PRONAF) para compra de gado leiteiro de melhor qualidade, o Girolanda, resultante da cruzada de duas raças distintas. Deixemos que o Sr. Daniel nos conte como foi:

**Daniel:** *Compramos 20 novilhas Girolanda controladas, inseminadas. Fizemos o treinamento com essas vacas aqui. Não nós não vamos ordenhar com bezerro ao pé, o bezerro vai ficar comendo a razãozinha dele a vaca a dela e tal, parimos três vacas, vacas de 14, 16 litros cada uma. Essas vinte vacas eram de 20 pessoas só que ela representava três vacas nossa cada uma em produção. Então, nós íamos produzir coletivo, resfriar e vender. Conseguimos as vacas, conseguimos ordenhar tudo bonitinho, ainda era manual, mas faltou ainda ordenha mecânica e o resfriador, que seria ainda outro passo para produzir um leitinho bom, de qualidade, ter volume, produzir um gado só, para você poder medir o teor de gordura, contagem de células e o escambal. Aí faltou esse apoio chegar e essa presença aqui também: “\_não, assim está legal” (imitando o que a assistência técnica deveria ter feito).*

**Patrícia:** *O resfriador hoje vocês têm?*

**Daniel:** *Não, o resfriador é do laticínio. Parimos essas vacas a primeira vez, a segunda vez foi, só sei que eu acabei deixando, aí quando eu vi que ia caminhar para o buraco, falei: - eu vou parar porque eu vou morrer junto, não vingou cara, um monte de vaca Girolanda inseminada, controlada... Éramos vinte donos, depois ficamos em catorze só. E foi até a última vaca vender para desossa, para lingüiça, porque não servia para nada.*

Segundo o ex-cooperado, as falhas e decepções ocorridas nas primeiras tentativas do grupo levaram a uma desesperança entre os produtores e, resultam, dez anos depois, na dificuldade de articulação entre os mesmos. Como disse Daniel:

*E a comunidade não se organiza mais. Você vai ver lá com as mulheres. Talvez essa atitude de mexer com as mulheres pode mudar, porque os homens hoje não se juntam mais. A auto-estima baixou de um tanto e a desconfiança é tão grande e generalizada que ninguém se junta mais.*

Importante não confundir que esta fraca organização coletiva represente ausência de representatividade política dos assentados no município no qual estão inseridos, pois notamos em nossa observação de campo que as articulações políticas dão-se através de atitudes isoladas ou de pequenos grupos e, em casos de maior gravidade, de uma união coletiva um pouco maior para solucionar essa demanda específica, a qual, após feita a reivindicação se dilui novamente, **não tendo, portanto, um caráter permanente de organização**

**comunitária.** Além de residir no assentamento uma liderança regional do MST, há outro caso de um assentado que já foi eleito vereador municipal e, na época da pesquisa, era funcionário da Vigilância Sanitária Municipal, servindo de interlocutor entre a área rural e a definição das políticas públicas realizadas na cidade.

#### **4.4: Um enfoque de gênero na questão agrária**

*Essa atitude de mexer com as mulheres*, a qual o Sr. Daniel se referiu anteriormente é referente ao *Programa de Formação Continuada de Apoio à Organização das Comunidades: gênero, liderança, participação e autonomia*, o qual é composto por várias oficinas com mulheres assentadas representantes de seus projetos de assentamento. Em agosto de 2006, aconteceria a oficina sobre *Conselhos Municipais e Políticas Públicas* implementada pela Fundação Itesp com parceria do MDA.

Pouco tempo antes da entrevista com o Sr. Daniel foi realizada uma sensibilização junto aos moradores do projeto de assentamento Nova Pontal com o objetivo de que fossem eleitas três mulheres para representá-los durante a oficina, caso desejassem participar da atividade junto com os outros projetos do município (importante ressaltar o livre-arbítrio colocado aos assentados). Nessa etapa, estavam presentes homens e mulheres do Nova Pontal e procuramos (particpei do momento como analista de desenvolvimento agrário) trazer ao debate com os moradores, os desafios que surgem após a conquista da terra, o surgimento de novas lutas que precisam da união dos moradores em busca de soluções e a importância de um pensamento auto-crítico que não fique apenas na culpabilização do governo do estado ou municipal por tudo o que ainda falta para melhorar a situação. Trabalhamos com o pano de fundo de que os direitos no Brasil precisam ser conquistados, fazem parte de um processo lento de luta, onde a sociedade civil aparece como alvo e arena desta luta. (ver DAGNINO; 1994; 2002)

A dinâmica proposta nesta fase é bastante representativa de qual era o espírito da atividade proposta. Todos os participantes eram dispostos em círculo e o mediador, com uma caixa de papelão fechada nas mãos, comunicava que ali dentro estava um desafio. Explicava que viraria as costas para o grupo e bateria palmas enquanto a caixa circularia de mão em mão. Ao findar as palmas, a caixa deveria parar nas mãos de quem estava e, por se tratar de um desafio, a pessoa poderia escolher abrir a caixa e enfrentá-lo ou passá-lo adiante por não querer se ver em situação comprometedor. A idéia era deixar claro com esta dinâmica que a oficina proposta também seria um desafio e que, sem a existência de uma vontade de

participação (representada aqui por abrir a caixa), não adiantava querer participar. Diferente de muitas outras atividades realizadas pelo órgão de assistência técnica do estado, essa não iria ensinar-lhe novas técnicas de manejo de pastagens, atividades geradoras de renda ou outra que não a ampliação do capital social de luta da comunidade através do conhecimento de seus direitos e deveres perante os órgãos públicos. Assim, como atitude representativa da fraca organização social dos moradores, a caixa precisou seguir por três vezes até que alguém se dispusesse a abri-la e enfrentar o desafio que encontraria. Com o objetivo de esclarecer que, às vezes, a coragem de lutar pode ser recompensada, colocávamos uma calculadora com o bilhete “Parabéns, o presente é seu” e concluíamos dizendo que a coragem de enfrentar os problemas existentes é difícil, porém necessária e que, nalguns casos, pode ser recompensada no final, como naquele dia, representada pelo presente ganho. Finda a dinâmica, a comunidade agora respondia ao *desafio* de indicar ou não representantes para a oficina. Sem muita controvérsia, elegeram três mulheres do projeto de assentamento para representá-los.

Tal clima de expectativa veio transparecer tempos depois da sensibilização realizada na fala do Sr. Daniel e também teve algumas repercussões nas iniciativas das mulheres assentadas, visto que, até aquele momento, não havia nenhuma organização oriunda da afinidade por gênero no local e, mais adiante, formou-se o grupo das mulheres para fabricação e venda de pães caseiros e outro para oferecer almoço aos participantes de um congresso sobre turismo rural ocorrido no campus da UNESP de Rosana durante visita do grupo ao assentamento.

Em agosto de 2006, foi realizada a oficina *Conselhos Municipais e Políticas Públicas* com as mulheres dos projetos de assentamento do município de Rosana. A palestrante<sup>36</sup> apresentou dados estatísticos sobre o local, discutiu a história do surgimento dos conselhos municipais e suas funções para definição dos gastos públicos, utilizando-se de linguagem apropriada e dinâmicas de grupo para esclarecimento das questões referentes aos objetivos da oficina, dentre os quais destacam-se: fortalecer a participação dos assentados no conselhos municipais, divulgar direitos e deveres, ampliar a participação feminina na discussão política local, ampliar os vínculos entre os diferentes projetos de assentamentos do município. Uma das dinâmicas realizadas pela palestrante nos oferece uma avaliação da visão das mulheres do assentamento Nova Pontal sobre a percepção do tempo passado, presente e futuro, considerando o presente como o *tempo da vida no assentamento*, ou seja, permite-nos analisar qual o resultado da análise subjetiva e coletiva destas mulheres assentadas do antes e do

---

<sup>36</sup> A palestrante do município de Rosana foi a professora Dra. Maria Inês Rauter Mancuso, doutora em sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

durante a vida em área de reforma agrária e de suas expectativas de futuro. A técnica utilizada para esta atividade é o denominamos de mapeamento participativo, entendido como a:

Representação gráfica de um território, município, comunidade ou sub-bacia, retratando a realidade por meio de desenhos e símbolos, demonstrando as formas de ocupação humana, usos dos recursos naturais, serviços de infra-estrutura, relações sociais, atividades econômicas e outros. [...] essa técnica é utilizada para retratar a percepção que as pessoas têm de sua realidade no passado e no presente, e realizar projeções sobre o futuro desejado. (EMATER; 2007: 89)

O exercício de auto-reflexão consiste em orientar os participantes a conversarem entre si sobre esta percepção do tempo e elaborarem, através do uso de palavras e/ou recortes de jornais e revistas um cartaz com as idéias do grupo para exposição aos outros participantes de outros projetos de assentamentos. O cartaz produzido pelas mulheres da Nova Pontal encontra-se reproduzido na foto a seguir:



Foto: Pôster produzido pelas mulheres assentadas do Nova Pontal durante Oficina Conselhos Municipais e Políticas Públicas em agosto de 2006.

A representação realizada pelas mulheres coincide com as observações realizadas anteriormente neste trabalho de que o acesso à terra através da reforma agrária significa deixar de trabalhar para os outros, mas em decorrência de um processo coletivo de luta e anos de dificuldades em acampamentos. Estar num projeto de assentamento apareceu como realização material da vida, ao menos no que se refere ao suprimento das necessidades básicas, especialmente, o acesso à alimentação: representados pela criação do gado, plantio de grãos e verduras. Todavia, a perspectiva de futuro é de que ainda faltam coisas a serem conquistadas para garantir uma vida digna no campo, representadas pela necessidade da geração de renda (recorte da torneira que jorra moedas) e na melhoria do acesso aos meios de comunicação, simbolizados pelo telefone público e pelo computador<sup>37</sup>.

Em novembro de 2006, a realização, pelo campus da UNESP de Rosana, do I Encontro de Turismo no Espaço Rural do Pontal do Paranapanema, possibilitou que um outro grupo de mulheres se organizasse para servir almoço e lanche ao final da tarde aos participantes que iriam visitar alguns lotes do assentamento no período da tarde. Foram convidadas para realizar essa atividade cinco mulheres que já haviam realizado algumas reuniões com a participação do Itesp a fim de discutirem atividades coletivas que poderiam gerar uma renda extra para as mesmas. A idéia inicial era o plantio de uma horta coletiva, mas a distância entre os lotes e a dificuldade para divisão das tarefas acabou não possibilitando a continuidade desta idéia. Com o evento da universidade, puderam divulgar a culinária do meio rural, servindo produtos oriundos dos lotes das mulheres que cozinham, tendo no cardápio: leitoa no tacho, galinha caipira no molho, mandioca frita, arroz, feijão, torresmo, farofa, ovo caipira frito, feijão, alface, tomate, repolho e maxixe. Para o lanche serviram frutas do local, sucos, queijos caseiros, bolos e sorvetes feitos por elas. Embora tenham sido elogiadas e tenham conseguido certo lucro pela atividade, em média R\$40,00 cada uma, a avaliação feita após o evento com as mesmas foi de que o tempo demandado e o esforço para servir as refeições na área comunitária do assentamento, distante de seus lotes foram demasiados para a renda gerada. Para o futuro ficou apenas a indicação de verificar a possibilidade de organizar essas refeições no lote de uma delas. De todo modo, estas oficinas

---

<sup>37</sup> Atualmente, discutir a inclusão digital nos assentamentos é cada vez mais comum, especialmente nessa região, pois, desde dezembro de 2004, estão instaladas na região do Pontal do Paranapanema, sete Escolas de Informática e Cidadania, numa parceria entre o Comitê para Democratização da Informática (CDI), organização não-governamental, e a Fundação Itesp. Uma destas escolas fica no projeto de assentamento Gleba XV de Novembro, localizado no mesmo município que o projeto aqui pesquisado. Mas, além da ampliação das escolas, faz-se necessário a instalação de antenas para acesso à internet, ferramenta importante para fortalecimento dos vínculos entre os diferentes projetos e com a sociedade em geral.

ainda teriam continuidade até o ano de 2007 e a experiência e a potencialidade do trabalho coletivo é algo que se aprende em constante avaliação com o tempo.

## CAPÍTULO 5

### IDENTIDADE SOCIAL E PARENTESCO RURAL

A compreensão da formação de *novas* identidades sociais surgidas pela implementação de projetos de assentamentos rurais é realizada, nesse trabalho, por meio da análise das práticas reais e ideais dos sujeitos da reforma agrária inseridos no projeto de assentamento Nova Pontal. As formas de sociabilidade remetem a identidades sociais construídas tanto pela aproximação de determinadas coletividades de referência, quanto pelo afastamento de outras. Como demonstramos no capítulo anterior, os valores urbanos estão fortemente presentes na realidade pesquisada e, como nos alerta Tönnies (1995: 232), “onde quer que a cultura urbana floresça, a sociedade aparecerá como um órgão indispensável”.

Doravante, o fato da existência de uma cultura urbana não invalida que outros tipos de vínculos estejam presentes. Ao contrário, a co-existência destes valores é parte inerente das associações humanas. Assim, os vínculos comunitários de sangue, lugar e afinidade de que nos fala Tönnies, ou seja, os valores regidos por vínculos sociais de parentesco, vizinhança e amizade irão aparecer no cotidiano das relações sociais desse assentamento, embora não estivessem presentes, veementemente, nas falas dos moradores como um fator compreendido como decisivo, tanto na tomada de decisão referente à participação na luta pela terra, quanto na avaliação situacional que fazem do seu histórico de vida anterior e posterior ao ingresso no lote. Esses vínculos estão presentes na vida das famílias assentadas, porém, parecem ausentes quando observados sob o enfoque dos discursos construídos devido à naturalização da percepção destes laços comunitários. Por essa razão, defendemos que a análise cultural somada ao olhar sociológico apoiada nos conceitos-tipo formulados por Ferdinand Tönnies, *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, e suas respectivas vontades propulsoras das ações e expectativas dos atores sociais, *Kürwille* e *Wesenwille*, permitem-nos falar sobre a construção dessas novas identidades rurais conforme a legitimação, conferida ou não, às ações individuais e coletivas. Assim:

Essa estrutura dialética da identidade composta no nível pessoal pela tensão das vontades e na coletividade pelas tensões entre as formas de união (comunidade) e separação (sociedade) manifesta-se na produção da cultura (cf. Miranda; 2002), e, sendo assim, a abordagem antropológica de Geertz (1989), ao pressupor o conceito de cultura como essencialmente semiótico, fazenda da Antropologia não uma ciência à procura de leis, mas sim uma ciência interpretativa em busca do significado de cada situação concreta, permite-nos realizar uma leitura possível do que separa os homens e do que os une em momentos históricos delimitados de acordo com o movimento dos pares dialéticos vivenciados. (Ramiro; 2006: 18)



A questão das identidades pressupõe a noção de cultura, enquanto construção de significados e, conseqüentemente, os sistemas de representação, sendo que “a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos” (Woodward; 2000: 17). A busca pela interpretação dos significados das ações ideais e reais precisa seguir a orientação de que as referências culturais são diferentes conforme o local onde aparecem para conciliação entre o espaço familiar e espaço social, desenvolvendo-se, ora no espaço de socialização, ora no espaço de aculturação (Belhadj; 2000). Para a construção e manutenção das identidades precisamos levar em conta tanto os aspectos simbólicos, quanto os sociais, e, como nos diz Woodward (2000: 15):

Precisamos, ainda, explicar porque as pessoas *assumem* suas posições de identidade e *se identificam com elas*. Por que as pessoas investem nas posições que os discursos da identidade lhes oferecem? O *nível psíquico* também deve fazer parte da explicação; trata-se de uma dimensão que, juntamente com a simbólica e a social, é necessária para uma completa conceitualização da identidade. Todos esses elementos contribuem para explicar como as identidades são formadas e mantidas.

Essa noção da inclusão do nível psíquico está contida na discussão tönnesiana referente aos valores que regem as vontades devido à influência que teve das idéias do filósofo Friedrich Paulsen, especialmente a de que “toda natureza psíquica representa uma vontade” (Miranda; 1995:26), categorizadas por Tönnies como vontade racional ou arbitrária, denominada de *Kurwille*, e como vontade incorporada, *Wesenwille*; correspondentes diretas da vida societária e comunitária, respectivamente. No primeiro caso, essa vontade aparece em decorrência das relações com o mundo exterior e enfatiza a afirmação das diferenças construídas pelos sujeitos conforme as relações estabelecidas durante a vida com o “meio exterior”. Já, no segundo caso, a *Wesenwille* corresponde à vontade formadora de identidade pela aproximação entre as pessoas, quer seja decorrente de vínculos de sangue, de lugar ou de afinidade. A reflexão acerca da heterogeneidade cultural destas pessoas e, paralelamente, a análise de características objetivas similares na trajetória de luta pela permanência ou retorno ao meio rural e de inclusão em projetos de assentamentos permite-nos discernir sobre estes elementos por meio de alguns pontos centrais para a construção das identidades sociais dos *assentados*.

### 5.1. O conceito de assentado:

A busca pela compreensão desta *nova identidade social* construída no campo devido ao processo de reforma agrária requer que façamos uma breve exposição referente ao conceito de assentado, palavra pela qual são classificados os moradores de projetos de assentamento, tanto como modo de reconhecimento dos mesmos pelas políticas públicas de Estado (acesso a créditos específicos, assistência técnica e extensão rural pública e gratuita, regulações de compra e venda da produção, direitos previdenciários, acesso a políticas educacionais) quanto como reconhecimento identitário dentro da sociedade abrangente.

No que se refere à definição de assentado postulada para fins de políticas públicas, a Portaria MDA/ N°. 80, de 24 de abril de 2002, estabelece denominações e conceitos orientadores dos assentamentos integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) partindo da seguinte prerrogativa:

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das suas competências que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição Federal, considerando a necessidade de padronizar e ajustar os conceitos adotados nos documentos internos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Manuais, Instruções Normativas, Normas de Execução entre outras), em especial no INCRA, e nos Programas de Crédito Fundiário.

A necessidade de *padronizar e de ajustar os conceitos* para definição de quem são os beneficiários do PNRA faz emergir (na visão institucional) uma categoria de pessoas que compartilham certas características comuns, as quais podem ou não ser reconhecidas como formadoras das identidades sociais dessas mesmas pessoas, conforme procuraremos trabalhar neste capítulo. Para chegar à definição de assentado, a portaria do MDA parte do conceito de assentamento, o qual é o qualificador da categoria assentado como ocupante deste tipo de território. Segundo a definição estatal, o assentamento é entendido como uma:

Unidade Territorial obtida pelo programa de Reforma Agrária do Governo Federal, ou em parceria com Estados ou Municípios, por desapropriação; arrecadação de terras públicas; aquisição direta; doação; reversão do patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber em suas várias etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra. (Anexo/ Portaria MDA N 80, de 24/04/2002)

Mesmo reconhecendo a diversidade nas formas originárias que um assentamento pode apresentar, para fins de políticas públicas, o assentado aparece como:

O candidato inscrito que, após ter sido entrevistado, foi selecionado para ingresso ao Programa de Reforma Agrária, lhe sendo concedido o direito de uso de terra identificada, incorporada ou em processo de incorporação ao Programa. (ibidem)

O processo de seleção pelo qual essas pessoas devem passar é decorrente da tentativa estatal de incluir nestas áreas pessoas que se encaixem nos critérios obrigatórios presentes no Manual de Procedimentos dos Assentamentos Fundiário da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP), sendo esses: a) ser brasileiro nato ou naturalizado; b) ser trabalhador rural sem terra ou agricultores cujos imóveis rurais sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família; c) residir há pelo menos 02 anos na região onde está sendo realizado o cadastramento; d) ser maior de dezoito anos ou emancipado; e) não exercer função pública, em órgãos da administração direta, autarquias, fundações, ou em órgãos paraestatais civis e militares, estar investido em atribuições parafiscais da administração federal, estadual ou municipal; f) não ser proprietário, cotista, acionista ou sócio no exercício de atividade comercial; g) não ter sido beneficiário de programa de reforma agrária ou de planos públicos de valorização dos recursos fundiários, estadual ou federal, salvo por separação judicial do casal ou outros motivos justificados; h) não possuir sentença condenatória à pena privativa de liberdade transitada em julgado, não prescrita e não cumprida; i) não serem ambos os titulares aposentados por invalidez, ressalvando-se os casos em que haja comprovação de que a deficiência apresentada não impossibilita o exercício da atividade física e j) não serem ambos os titulares portadores de deficiência física ou mental, cuja incapacidade os impossibilite totalmente para o trabalho agrícola ressalvados os casos em que laudo médico garanta que a deficiência apresentada não prejudique o exercício da atividade agrícola.

O órgão responsável por este cadastramento no Estado de São Paulo é a Fundação ITESP, o qual é feito em todos os Grupos Técnicos de Campo dispersos pelo estado. Atualmente, esse cadastro interno da Fundação ITESP está informatizado e, após averiguação do funcionário público de que o interessado preenche os requisitos acima mencionados, comporta basicamente as seguintes informações sobre os inscritos: dados pessoais dos titulares (nome, data de nascimento, CPF, RG, estado civil, tempo de moradia no município atual, escolaridade, tempo de experiência na agricultura, local de moradia atual – acampamento, cidade, campo e filiação) e número de dependentes que irão compor (ou compõem) a mão-de-obra familiar no campo. Importante frisar que a inscrição não lhes dá o direito de uso de terra, necessitando ainda passar por processo seletivo realizado por

Comissão de Seleção no município onde será implantado o projeto, quer seja para ingresso em terras a serem incorporadas (caso de assentamentos em fase de implantação), quer seja para ingresso em projetos já concretizados através da compra de benfeitorias existentes.

Quanto à construção das identidades sociais construídas neste processo, podemos afirmar que os assentados encontram-se agrupados geograficamente em um mesmo território compartilhado na área denominada projeto de assentamento e que, embora carreguem histórias de vida diversificadas, alguns desses caracteres ora os aproximam da categoria mais abrangente de agricultores familiares, ora os restringem a um tipo específico de agricultor familiar: o assentado. Isso porque a agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. (Wanderley; 1999)

Para fins de análise sociológica, podemos classificar algumas situações de aproximação e distanciamento entre os sujeitos sociais que participam do processo de reforma agrária na condição de assentados<sup>38</sup>, situações essas decorrentes de tipologias distintas referentes a esse grupo social. A construção do papel social de assentados aparecerá na observação e análise das práticas reais e ideais de vida assumidas segundo valores adotados por cada um, podendo servir tanto para fortalecer vínculos quanto para afastar as pessoas. Buscamos, por essa análise, respostas para a clássica questão referente à construção das identidades sociais: afinal, o que os une e o que os diferencia enquanto pessoas?

Apenas por razões heurísticas, denomino de caracteres objetivos alguns aspectos da vida rural presentes em todas as pessoas incluídas em áreas de reforma agrária no Brasil de hoje, ou seja, considero como caracteres objetivos as condições objetivamente dadas decorrentes de sua definição pelos órgãos públicos como agricultores familiares e/ou assentados. Centralizo a análise na definição de que a permanência ou retorno ao campo implica na compreensão da relação direta existente entre trabalho-produção-moradia, que os torna agricultores com sistema produtivo baseado na utilização predominante da mão-de-obra familiar residente no lote, condição estabelecida no Termo de Autorização de Uso da Terra assinado entre os titulares do lote e a Fundação ITESP. Essa delimitação se faz relevante porque o acesso a outras políticas públicas sociais em decorrência da situação de pobreza em que alguns ainda se encontram é comum a qualquer cidadão, quer este resida na cidade ou no

---

<sup>38</sup> Importante destacar essa condição como definidora de representações sociais associadas aos mesmos em distinção a outros sujeitos que também participam do processo de reforma agrária, porém em outra situação social, caso dos integrantes de movimentos sociais de luta pela terra, muitas vezes, agrupados na categoria de *sem-terra*.

campo<sup>39</sup> e também na relação inevitável do assentado com o Estado. Conforme nos mostra Leite (2004), em estudo sobre os impactos dos assentamentos em diferentes regiões brasileiras: “Na medida em que se reduzem os conflitos e se criam territórios sob gestão do Estado, surge uma nova categoria: os “assentados”, que passam a ser alvo privilegiado de políticas públicas às quais não tinham acesso anteriormente, e cujos efeitos extrapolam os limites dos projetos e das populações ali assentadas” (Leite et. al.; 2004: 21).

Doravante, mesmo dentro do que denominamos caracteres objetivos, há os que são gerais, atingem a todos os assentados, independentemente da região em que se encontrem, e os específicos, decorrentes da definição do espaço geográfico ocupado. No primeiro caso, podemos citar os seguintes aspectos da situação de assentado: a) acesso a linhas de créditos específicas para os agricultores familiares por meio do Programa Nacional para a Agricultura Familiar com recursos destinados para investimentos e/ou custeio de projetos agrícolas ou pecuários<sup>40</sup>; b) crédito habitação para projetos em fase inicial de implantação; c) direitos previdenciários na qualidade de segurados especiais do INSS nos quais fica garantido, aos agricultores assentados, que comprovem o efetivo exercício de atividades agropecuárias, através de notas do talão do produtor rural (desde que cumprido o período de carência exigido na legislação brasileira), o direito à aposentadoria rural por idade (mulheres aos 55 anos e homens a partir dos 60 anos), auxílio-doença, auxílio-maternidade, pensão por morte, auxílio-reclusão e aposentadoria por invalidez, todos no valor de um salário mínimo vigente; d) acesso a políticas públicas educacionais decorrentes de sua condição de assentado, situação existente na UNESP de Presidente Prudente com implantação do curso de Geografia e em fase de abertura na Universidade Federal de São Carlos com cursos de Pedagogia e Curso Especial em bacharelado em Agronomia com ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis, além de Universidade mantida pelo MST e cursos técnicos na área agrícola com vagas para jovens assentados no Centro Paula Souza; e) direito à assistência técnica e

---

<sup>39</sup> Entre essas políticas estão programas sociais federais e estaduais, implantados em parceria com os municípios, em especial, o Programa Bolsa Família, Programa Ação Jovem, Renda Cidadã, Pró-jovem e de Programas relacionados à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), nos quais o idoso e o deficiente físico ou mental, cuja renda familiar esteja classificada como abaixo da linha da miséria (renda familiar *per capita* igual ou inferior a 1/4 de salário mínimo) têm direito a receber do Estado o valor de um salário mínimo vigente.

<sup>40</sup> A primeira linha de crédito para os assentados foi o extinto Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) o qual era exclusivo aos produtores familiares assentados. Surgido no ano de 1985, incluso no II PNRA teve seu auge no final de 1994 e foi substituído, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, pelo Programa Nacional para Agricultura Familiar (PRONAF), ampliando o público-alvo para os pequenos produtores em regime de agricultura familiar e delimitando apenas algumas linhas específicas para assentados. Não cabe neste trabalho uma avaliação significativa sobre estes programas, mas apenas destacar que as taxas de juros são bastante similares, embora o rebate, ou seja, o desconto na dívida paga em dia era maior na época do PROCERA, o qual, por sua vez, não tinha o número de linhas de crédito que o programa atual tem: PRONAF Jovem e PRONAF Mulher, por exemplo.

extensão rural pública e gratuita e f) ser ressarcido, em caso de desistência, do valor gasto com benfeitorias realizadas no lote pelo candidato aprovado para ingressar no local.

Os caracteres objetivos específicos seriam resultantes da localização do projeto de assentamento, destacando-se os seguintes aspectos: a) vivência política, econômica, social e cultural no município de inclusão do projeto; b) qualidade do solo; c) mercado local e regional para escoamento de produção agropecuária; d) potencial turístico da região; e) tamanho dos lotes agrícolas; f) situações climáticas (em especial o compartilhar intempéries que inviabilizam o plantio ou mesmo a colheita de alguns produtos) e g) equipe de assistência técnica pública e gratuita. O primeiro item engloba questões desde a filiação partidária do prefeito até os indicadores sociais do município como distribuição de renda, taxa de pobreza, qualidade dos serviços públicos prestados nas áreas de saúde, educação, cultura e lazer. Embora sejam definições atribuídas *de fora*, refletem situações em que é preciso se identificar perante a sociedade e, principalmente, perante os órgãos públicos, como *assentados*. O recebimento de políticas públicas, muitas vezes, requer a adoção da identidade social de assentado para reconhecimento de direitos existentes.

Para complementação do objetivo proposto neste capítulo torna-se importante perceber como estes sujeitos sociais se sentem ao adotarem essa definição e saber qual é a percepção que os mesmos constroem sobre sua posição na sociedade. Por apresentarem projetos de vida tão variados e compartilharem um espaço em comum que os definem pelos *de fora* (órgãos públicos, organizações não-governamentais, meios de comunicação, acadêmicos e sociedade em geral) segundo essa nova categoria social de *assentados*, para compreensão da questão da identidade a partir da perspectiva do sujeito, optamos por indagar aos moradores do projeto de assentamento Nova Pontal se o uso do termo “assentado” os incomodava e se gostariam que outro termo fosse utilizado para nomeá-los, viabilizando assim, conversar com eles sobre o significado que atribuem à palavra e detectar, desse modo, as representações adotadas em suas experiências cotidianas.

Entramos aqui na segunda parte da questão sobre a construção das identidades sociais: afinal, o que os diferencia? A resposta a esta pergunta precisa ser buscada no referencial simbólico que carregam, nas trajetórias e projetos de vida construídos. Entramos no âmbito das características culturais e sociais, sem desprezar os aspectos econômicos, porém enfatizando como essa junção das dimensões econômicas, sociais e culturais se reflete na prática ideal do grupo pesquisado. Superamos a idéia de que a questão agrária deva ser analisada apenas sob o aspecto produtivo das áreas de reforma agrária, pois defendemos a idéia de que outros significados presentes no imaginário das pessoas inseridas nos projetos de

assentamento como alternativa para permanência ou retorno ao campo produzam significados desses (re)encontros com a terra tão importantes quanto o fator econômico.

Mesmo cientes de que as representações individuais estão vinculadas aos projetos e experiências de vida de cada um dos entrevistados, sabemos também que abriga em si a representação coletiva, que contem a dualidade indivíduo e coletividade, é ela mesma componente da vida social humana. Assim como Costa (2002: 148), “parto da compreensão de que o conflito entre o individual e o coletivo não é só do domínio da experiência de cada um, mas igualmente da realidade fundamental da vida social”.

Durante a segunda etapa de campo da pesquisa, quando 96 moradores foram entrevistados, optamos por indagar se o termo assentado utilizado em referência a eles os incomodava e se, caso pudessem, escolheriam outro termo para defini-los. Nesse momento, caso o entrevistado ficasse em dúvida sobre o que era perguntado, era lido para o mesmo as seguintes categorias alternativas: assentado(a), agricultor(a), lavrador(a), agricultor(a) familiar, pequeno(a) produtor(a), proprietário(a) rural, sitiante, trabalhador(a) rural ou dada a opção de qualquer termo que julgassem pertinente. Antes de analisarmos as representações envolvidas em cada uma destas alternativas, convém mostrarmos como as repostas ficaram distribuídas sobre a aceitação (adequação) do conceito de assentado segundo essa visão *de dentro*.

Tabela 5.1: Percepção subjetiva sobre o conceito de assentado

<b>Percepção subjetiva</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Não se incomodam com o uso do conceito de assentado	85	88,6
Incomodam-se um pouco	02	2,1
Incomodam-se com o uso do conceito	08	8,3
Não responderam	01	1,0
Total	96	100,0

As razões que justificam ou sentimento de adequação ou não ao conceito de assentado variam bastante, embora se recorra sempre a algumas percepções que se enquadram, algumas vezes, no sentimento de vitória na luta pela terra concretizado no acesso ao lote, quando respondem que: *Se não gostasse não tinha procurado um meio. / É o que sou. / Porque assentado a gente tem um sítio, o que mais queria na vida*. Outras vezes se enquadram na aceitação da necessidade da tipologia porque é assim que acessam o mundo que os cerca. *Querer queria, mas está erradicado já. / É a realidade*. Ou ainda uma visão conformada com o olhar vindo “de fora”: *O pessoal não muda, né? O pessoal gosta de chamar assim mesmo. / É o costume*. A construção desta identidade social, de todo modo, mostra uma concepção

local fortemente baseada na definição de assentado, palavra que os aproxima internamente como moradores de um mesmo projeto (vínculos de lugar) e que os diferencia da sociedade circundante, na qualidade de agricultores assentados que puderam, através da luta, garantir a permanência ou o retorno ao campo.

Outro fato que chama a atenção é o processo em andamento de aceitação social no município em que estão inseridos (ou mesma na região do Pontal do Paranapanema) por parte dos moradores urbanos, decorrentes da importância que a implementação dos projetos de assentamento apresentam na vida econômica local (Cf. Bergamsco 1999/2003; Leite; 1992; Medeiros; 2001 e Mazzini; 2007). Assim, fica muito evidente, na fala dos moradores de Nova Pontal, a diferente conotação que atribuem aos moradores de um dos mais antigos projetos de assentamento, a Gleba XV de Novembro, denominados *glebeiros*, do início da década de 80, localizado no mesmo município e a eles, *assentados*, embora ambos sejam considerados *assentados* perante a denominação “de fora”. *Glebeiro é que não gosto. / Sou do assentamento. Não gosto de glebeiro. / É melhor do que morar na gleba. / Glebeira não gosto. Assentada está mais sossegada.* Dessa maneira, há, mesmo na mentalidade dos sujeitos da reforma agrária, a aceitação de valores desmerecedores e estigmatizantes referidos a pessoas que passaram por trajetória de acesso à terra similar, porém de forma histórica precursora, em um momento em que as maneiras de acesso e as formas de luta precisavam ser inventadas e reinventadas a todo instante e, por esse motivo, onde a repressão a esse tipo de reivindicação era muito mais violenta, quer por parte dos órgãos públicos, quer por parte dos fazendeiros e da sociedade em geral.

Embora apareçam em quantidade reduzida, a posição de algumas declarações dos que gostariam de outro conceito para definição de seu papel social refere-se, ainda nos dias de hoje, ao preconceito enfrentado: *Os outros de fora não gostam. Têm preconceito com a pessoa do assentado. / Assentado fica como se fosse favor, quem vê de fora, vê diferente. / Porque quem não conhece o que é, pensa que ficamos sentados.*

Mesmo entre os que declararam não se sentirem incomodados com a denominação, há os que gostariam de outros termos para classificá-los<sup>41</sup>. Das 96 pessoas ouvidas, 26% sentiriam-se melhores definidas com o uso de outros termos. As denominações e as frequências com que apareceram as respostas estão na tabela abaixo:

---

<sup>41</sup> Dos 85 moradores que declaram não se incomodarem, quatorze optaram por denominações diferentes.



Tabela 5.2: Conceitos auto-referenciais selecionados pelos entrevistados

<b>Denominação considerada mais adequada</b>	<b>(N)</b>	<b>%</b>
Assentado (a)	71	73,9
Agricultor (a) Familiar	04	4,2
Trabalhador (a) Rural	04	4,2
Sitiente	04	4,2
Agricultor (a) Assentado (a)	02	2,1
Agricultor (a)	03	3,1
Produtor (a) Rural	02	2,1
Proprietário (a) Rural	03	3,1
Lavrador (a)	02	2,1
Sem resposta	01	1,0
<b>Total:</b>	<b>96</b>	<b>100</b>

As diferentes percepções simbólicas sobre a identidade social de cada um refletem a diversidade de histórias e trajetórias vividas por cada um. Para aqueles que ingressaram no projeto de assentamento pela compra de benfeitorias de assentado desistente é importante não ser confundido com um *sem-terra* porque compartilha a visão estigmatizada que a sociedade em geral atribui a estas pessoas. *Não sou assentado, comprei meu direito*. Ter-se utilizado de um processo tipicamente capitalista de acesso à terra (compra do direito de uso do lote) faz com que o morador prefira considerar-se um *agricultor familiar*, definição que o iguala em seu ideal aos pequenos produtores rurais embora, perante às outras situações externas mencionadas anteriormente, em nada ele difira de qualquer outro morador do local. Além da compra, o não ser “confundido” com pessoas vinculadas a movimentos sociais de luta pela terra também aparece como fator importante para construção identitária dessas pessoas: *Prefiro agricultor familiar porque assentado no Pontal é visto como vinculado aos sem-terra*. Para outros, a apropriação de outro conceito serviria para acabar com a discriminação sofrida pelo assentado na sociedade, pois *se tratando de negócio atrapalha, é discriminado. Pode ter qualquer formação, mas se for favelado ou assentado é discriminado*. Nesse sentido de discriminação devido à posição social ocupada, segue também a fala de outro morador: *assentado é uma classe lá embaixo. Lá longe...*

O que todas as respostas parecem ter em comum é a necessidade de serem percebidos como agricultores e, para a maioria, a conquista do lote resulta na definição de assentados, conceito que engloba e valoriza a conquista da terra na percepção subjetiva da maioria, quer pelo seu reconhecimento perante os “de fora”, quer para definição dos mesmos como

moradores de um mesmo espaço físico, fato que resulta na construção de um tipo específico de sociabilidade e de visão de mundo, afinal como afirma Moraes (2006: 54):

Em nível das representações, a terra possui duas materialidades: física e simbólica, cuja simbiose produz o *lugar*. Lugar de viver, lugar de morar, lugar de criar os filhos, o *lugar da gente*. O lugar, enquanto materialidade simbólica, é prenhe de significados que dizem respeito não somente ao momento presente, mas ao passado e também ao futuro. Há um elo de ligação entre estes tempos, reconstruídos pela memória individual e coletiva. A representação do lugar traduz os aspectos identitários destas pessoas.

A construção simbólica do lugar está vinculada ao processo histórico de implantação de cada projeto de assentamento, visto que cada um traz consigo características definidoras dos significados do *lugar* adotados pelo morador, quer para aproximação, quer para distanciamento entre as pessoas.

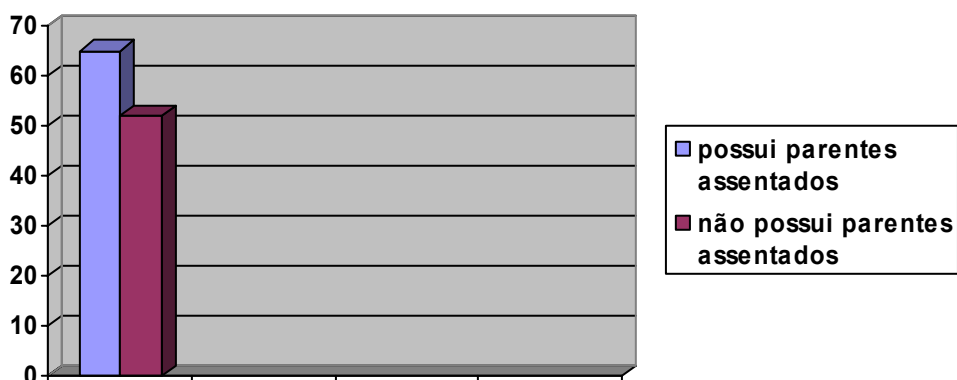
De acordo com Bergamasco (1996), os assentamentos rurais brasileiros podem ser classificados em cinco tipos: a) projetos de colonização, formulados durante regime militar, a partir dos anos 70, visando ocupar terras devolutas e expandir as fronteiras agrícolas; b) reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; c) planos estaduais de valorização de terras públicas e regularização de posseiros; d) programas de reforma agrária através de desapropriação por interesse social com base no Estatuto da Terra de 1964 e e) projetos decorrentes da criação de reservas extrativistas para seringueiro da região amazônica e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis. Importante notarmos que as análises de diferentes projetos ampliam estas tipologias citadas por Bergamasco ao permitirem que, numa mesma área de assentamento, apareçam combinações destes tipos. Essas definições segundo a origem do projeto de assentamento são relevantes na medida em que apontam para possibilidades maiores ou menores da presença local de certos tipos de relações de sociabilidade baseadas em valores comunitários e/ou societários, pois acoplam situações da possibilidade e da intensidade da vivência coletiva de um passado em comum. Por exemplo, no caso de regularização de posseiros e da criação de reservas extrativistas irão ser assentadas pessoas com uma experiência de vida muito similar e, salvo exceções, com vínculos sociais de lugar e parentesco intensos e de longa duração (muitas vezes intergeracionais). Já no caso de desapropriações por interesse social em terras improdutivas, existe um agrupamento de pessoas que vão, durante um período delimitado de tempo, compartilhar o espaço físico dos acampamentos e participar de movimentos sociais de luta pela terra, porém são pessoas que

possuem histórias de vida bastante diversificadas (ex-posseiros, bóias-fria, meeiros, trabalhadores rurais assalariados, pescadores, trabalhadores urbanos mal remunerados, desempregados no campo e nas cidades, etc.) e, por conseguinte, apresentar projetos de vida e expectativas em relação ao meio rural distintas (capítulo 4). Já os atingidos por barragens residiam, em geral, em locais destinados à população de baixa renda, a qual apresenta “certa tendência” em adotar, como estratégia de sobrevivência, o compartilhar do espaço regido por vínculos comunitários de sangue (parentesco), quer esta tendência se dê dentro da própria casa ou terreno (relações intra-doméstica) quer nas proximidades (relações inter-domésticas); fato que resultaria na continuidade desses vínculos dentro da área de assentamento, embora possam apresentar novos significados para as ações regidas segundo estes vínculos, devido ao aparecimento de novas necessidades com a mudança da situação vivenciada.

## **5.2. Parentesco:**

A comunidade regida pelo parentesco supõe a ligação orgânica entre as pessoas (assim como as outras formas comunitárias) e, apesar de ser a primeira na qual todos os seres humanos encontram-se desde o nascimento, apresenta desdobramentos conforme o ciclo de vida desta família, variando conforme a existência e a intensidade das relações sociais que persistem.

Importante ressaltar que nenhum dos assentados ouvidos na pesquisa de campo declarou ver nos laços familiares um fator decisivo para retorno ou permanência na terra embora, quando inserimos no questionário dados relativos à existência de parentes de um dos titulares ou de ambos no mesmo ou em outro(s) projeto(s) de assentamento, mais da metade declarou tê-los. A existência de vínculos de parentesco entre assentados é majoritária em Nova Pontal. De 117 famílias analisadas, 55,5%, têm parentes no mesmo ou em outro assentamento, conforme podemos visualizar melhor no gráfico 5.1.



**Gráfico 5.1: Presença ou não de parentes no mesmo ou em outros projetos de assentamento**

A localização desses parentes também foi pesquisada para avaliarmos a proximidade ou distância (física) dos mesmos, incluindo a possibilidade desse parente estar no mesmo projeto de assentamento, em projetos do município de Rosana, no Estado de São Paulo, ou mesmo em projetos de assentamento de outros estados brasileiros. Pode também ocorrer de maneiras combinadas. A análise quantitativa do número de famílias com parentes de um ou de ambos os titulares dos lotes indica o peso que as relações interfamiliares podem assumir na vida cotidiana construindo redes de sociabilidade baseadas no parentesco. Fala-se “podem assumir”, pois precisaríamos de mais tempo de pesquisa para detectar a existência e a intensidade das relações estabelecidas entre esses parentes. Neste trabalho, a análise ficou mais restrita às relações intrafamiliares. De todo modo, a decisão de participar da luta pela terra aponta para manutenção dos vínculos familiares, muitas vezes necessários para sobrevivência da vida difícil que a cidade lhes proporcionou<sup>42</sup>. Ou, noutros casos, como ouvido de alguns assentados, a decisão de participar da luta pela terra seguiu a trajetória “bem sucedida” de outros parentes que conseguiram um lote em épocas anteriores, o que se transforma em exemplo inspirador para tornar suportável a disposição em permanecer acampado por longo período. Importante dizer que, atualmente<sup>43</sup>, existe acampado no município de Rosana um grupo de agregados de assentados da Gleba XV de Novembro, assentamento pioneiro da região do Pontal do Paranapanema, aguardando conseguir terras para plantarem em lotes seus e de suas novas famílias. Como veremos logo adiante, as famílias presentes nos lotes caracterizam-se por estruturas bastante diversas e englobam, em

<sup>42</sup> Sobre pobreza urbana ver entre outros: AGIER (1990; 1998); LEWIS (1972); MAGNANI (1998); PAOLI (1987); PERLMAN (1977); SPOSATI (1988); TELLES (1994; 2001); WOORTMANN (1982) e ZALUAR (1985; 1994).

<sup>43</sup> No momento de redação do texto, no segundo semestre de 2007.

diversos casos, famílias extensas, ou seja, juntam-se ao núcleo familiar com o passar do tempo genros e/ou noras e netos(as) nalguns casos, fazendo com que o tamanho do lote seja inviável para ampliação da pecuária leiteira, principal atividade dos assentados da região. A inexistência de financiamentos para investimentos agropecuários que não sejam para o titular da área e as dificuldades da gerência coletiva do lote tornam a vida em comum na mesma área insuficiente para garantir uma vida com qualidade para todos, embora essas novas famílias desejem permanecer no meio rural, repetindo, então, a luta pela terra feita por seus pais na década de 80.

A dispersão geográfica dos parentes assentados do Nova Pontal foi classificada segundo a tabela 5.3.

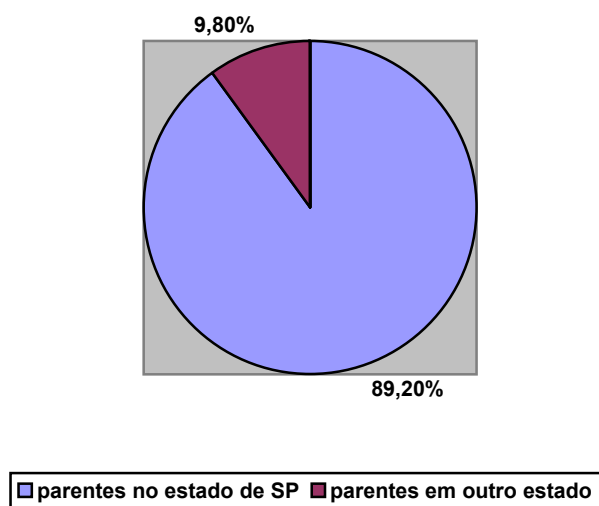
Tabela 5.3.: Localização espacial dos parentes assentados

<b>Localização dos parentes assentados</b>	<b>N</b>	<b>N e % acumuladas</b>
No mesmo assentamento	16	16 (24,6)
No mesmo assentamento e em assentamentos do mesmo município	01	17 (26,1)
No mesmo assentamento e em outros assentamentos do Estado de São Paulo	13	30 (46,2)
No mesmo assentamento, na mesma cidade no Estado de São Paulo	04	34 (52,3)
No mesmo assentamento, na mesma cidade e em outro estado	02	36 (55,4)
Na mesma cidade	09	45 (69,2)
Na mesma cidade e no estado de São Paulo	01	46 (70,8)
Na mesma cidade e em outro estado	02	48 (73,8)
Em outra cidade do estado de São Paulo	13	61 (93,8)
Em outro estado	03	64 (98,5)
Sem resposta	01	65 (100)
<b>Total</b>	<b>65</b>	

Os dados apresentados na tabela 5.3 demonstram que 55,4% dos moradores que possuem parentes assentados os têm, exclusivamente (16 casos) ou também (20 casos), no assentamento Nova Pontal. O número de parentes no mesmo município é similarmente bastante amplo: são 13 casos de parentes somente nos assentamentos Gleba XV de Novembro e/ou Bonanza em Rosana e esse valor amplia-se para 73,8% quando a rede de parentesco entre os assentados do Nova Pontal e outros assentados abrange a localização no mesmo município e parentes em outras localidades do Estado de São Paulo (22 casos) e/ou também em outro estado (04 casos).

A proximidade física pode ser determinante da intensidade das relações sociais estabelecidas entre estes parentes, visto que a frequência dos encontros e visitas podem ser maiores quanto mais próximas as pessoas estiverem, desde que haja a manutenção de vínculos, quer sejam regidos por relações de interesse (societárias, portanto), quer por vínculos afetivos ou de afinidade (comunitárias). A dispersão territorial desses parentes também assentados pensando-se no âmbito do Estado de São Paulo é apresentada no Gráfico 5.2.

**Gráfico 5.2: Dispersão territorial dos parentes assentados**



O Gráfico 5.2 chama a atenção para a regionalização da reforma agrária observada, visto que o parentesco com assentados de outros estados da federação é muito baixo: são apenas 07 casos nesta categoria para 89,2% dos parentes presentes no estado de São Paulo.

### **5.3. As relações intrafamiliares no assentamento:**

A existência de relações de parentesco interfamiliares como um dos fatores influentes (ainda que latentemente) na opção por permanecer ou retornar ao campo através da reforma agrária, quer seja como *modelo de ação*, quando seguem exemplos de parentes assentados em período anterior, quer como *compartilhar de atitude*, quando juntos procuram conquistar

terras para buscar na vida campesina uma melhoria da qualidade de vida, aparece na análise dos dados referentes à localização e dispersão geográfica de parentes que também se encontram na situação de assentados, tanto no mesmo projeto de assentamento, no mesmo município, quanto no Estado de São Paulo ou fora dele. Desta análise, destacam-se três características principais: a) o grande percentual da presença de parentes assentados, b) a elevada quantidade de parentes assentados no mesmo município e c) a regionalização da permanência destes parentes em assentamentos localizados no Estado de São Paulo.

Neste momento, continuaremos a examinar a família campesina assentada, mas segundo a perspectiva intrafamiliar, isto é, conforme as relações percebidas entre as diferentes estruturas familiares encontradas durante o período de pesquisa em cada lote e a **ocupação social do espaço doméstico e de produção entre os membros da família**. A consideração de que a estrutura familiar aqui analisada é referente à época da pesquisa se deve ao fato de concordamos com Brandão sobre a necessidade de “considerar a família (ou qualquer outro grupo de parentesco) como um sistema dinâmico de relações mutáveis entre os seus integrantes e não como um grupo de composição definitiva, cuja organização deva ser procurada num sistema formal de regras”. (Brandão; 1994: 139) Estudar a família é estudar a comunidade (*Gemeinschaft*) regida por vínculos de sangue. Todavia, as maneiras como estas podem se apresentar estão diretamente relacionadas com o contexto no qual se insere. Se, por um lado, “as famílias continuam a contribuir para a reprodução biológica e social da sociedade, função que podemos considerar do ponto de vista socioantropológico como universal” (Peixoto; 2000: 08), por outro, as variações dos diferentes arranjos familiares possíveis são culturalmente construídas e reelaboradas.

Partindo do pressuposto de cada lote como unidade de análise, observamos as estruturas familiares de Nova Pontal através do critério central do número de gerações residentes em cada um dos 117 lotes pesquisados, independentemente do número de habitações existentes para abrigar esses moradores. As famílias foram classificadas como “nucleares” quando havia apenas duas gerações e, como “extensas”, no caso de co-habitarem ao menos três gerações no lote ou quando há a ausência da geração intercalada (caso de avó(s) com neto(s)). Foram ainda classificadas como “completa” ou “incompleta” em referência a presença e/ou a quantidade mínima de casais residentes no lote. No caso das famílias extensas completas, significa que há pelo menos dois casais de gerações distintas no lote, como por exemplo: casal de titulares, filhos e pais de um dos titulares. Já uma família nuclear completa é aquela em que vive o casal acompanhado de filho(s) de ambos ou de apenas um dos cônjuges. No caso das estruturas consideradas incompletas, teríamos, para as famílias

extensas incompletas, a presença de um dos casais ou de ambos com a presença apenas da mulher ou do homem, resultado de separação, viuvez ou mãe(s) solteira(s). Outra categoria refere-se à presença de apenas uma geração, podendo ser um casal sem filhos ou permanência do titular do lote sozinho no local. A distribuição da frequência das famílias conforme estas categorias aparecem na tabela 5.4.

Tabela 5.4: Distribuição da frequência segundo estrutura familiar

<b>Estrutura Familiar</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Nuclear completa	59	50,4
Nuclear incompleta	07	6,0
Extensa completa	17	14,5
Extensa incompleta	18	15,4
Casal sem filhos	07	6,0
Sozinho	03	2,6
Outros	04	3,4
Sem resposta	02	1,7
Total	117	100,0

A observação da distribuição das frequências dos diferentes tipos de organização familiar no assentamento mostra um elevado percentual de famílias nucleares (56,4%), um número significativo de famílias extensas (29,9%) e uma quantidade reduzida de casais sem filhos (apenas 6%), de pessoas sozinhas (2,6%) e poucos arranjos de outros tipos, os quais conforme veremos referem-se a coabitação de parentes colaterais diretos (irmãos) ou indiretos (primos, tio/sobrinho). Esse tipo de informação é de extrema importância para a compreensão de como se dá a ocupação social do espaço nessa área de assentamento, a qual, por sua vez, expressa um tipo ideal de família necessária para a reprodução econômica das famílias assentadas. No caso da agricultura familiar, e em especial a praticada por agricultores assentados, oriundos de camadas mais baixas e sem condições financeiras de contratação de serviços externos ao espaço doméstico, a quantidade de pessoas em idade ativa para o trabalho agrícola é fundamental para a reprodução econômica e social desta família. A própria seleção das pessoas realizada pelo Estado torna praticamente inviável que uma pessoa solteira ingresse num projeto de assentamento sem ao menos uma companheira e/ou filho (s), mesmo que ainda pequeno(s), visto que, conforme o ciclo de vida da família, será (ão), assim que possível, membro(s) importante(s) na divisão das tarefas do lote. Com exceção de um homem de 29 anos solteiro com filho, aprovado pelo processo de seleção em novembro de 1998, provavelmente devido a seu engajamento com o movimento social, todos os outros seis casos



de famílias nucleares incompletas são resultantes de casos de divórcio e separação (03 casos) ou de falecimento do cônjuge (03 casos restantes).

A permanência de apenas um dos pais com o(s) filho(s) na área rural ainda traz ao debate a questão de como a construção de um tipo ideal de família relaciona-se com a questão de gênero. Desses sete casos detectados, cinco são homens, sendo apenas um viúvo e outro separado. As duas mulheres são viúvas, sendo que a mais velha, com 58 anos, apresenta problemas mentais e encontra sérias dificuldades para obtenção de seu direito à aposentadoria por ter vivido, quando ainda na companhia do marido, sem a devida documentação e a efetiva comercialização de produtos agrícolas durante o período no lote. Assim, oscila entre a esperança de um dia torna-se aposentada rural e o desejo de morar na cidade trabalhando como diarista em residências. A outra, após realização do sonho do marido de retorno ao meio rural e muita luta para compra das benfeitorias de seu lote, após o falecimento do cônjuge, manteve a vontade de permanecer lá e conseguiu, com a ajuda de seus dois filhos, continuar a criação de gado leiteiro. Durante a fase de pesquisa, um dos filhos foi aprovado para estudar em universidade pública do estado do Paraná (há uns 200 km de distância de Rosana), e, após saída do filho para estudar, casou-se novamente e permanece no assentamento.

Esses fatos apontam para uma constatação inicial: a inviabilidade de mulheres sozinhas conseguirem garantir na área rural a reprodução econômica da família. Essa impossibilidade feminina de gerir a esfera da produção sozinha fica mais nítida quando vemos que os três lotes ocupados por moradores sós são habitados por homens separados, cujas esposas levaram os filhos consigo. No caso destes moradores sozinhos, as dificuldades para continuarem no campo também são imensas, pois reclamam da imensa solidão que sentem, principalmente quando “anoitece no sítio”. Na cidade, as opções de lazer são imensamente mais variadas e o ritmo de vida permite formas variadas de contato social. Já no assentamento, a distância entre os lotes, o forte calor da região para grandes caminhadas e a ausência de opções de lazer fazem da solidão um dos fatores para a desistência dos lotes. No projeto de assentamento Nova Pontal foram incluídas, em lotes, quatro pessoas sozinhas com idade avançada porém, devido a essas condições (idade avançada e solidão), receberam o que chamam de lotes para-rurais, com, aproximadamente, metade da área da que tinham outros membros da família consigo. Todavia, na época da pesquisa, apenas um desses continuava sem família e, por este motivo e pelas dificuldades enfrentadas para manutenção da área, aguardava o retorno da Previdência Social sobre sua aposentadoria rural para vender suas benfeitorias e retornar ao município de Terra Rica, no Paraná, de onde saiu em 1992 do sítio do pai, para trabalhar na barragem no Distrito de Primavera. A solidão dele era tanta que,

diversas vezes, queixava-se comigo da quantidade, cada vez maior, de pinga que bebia para dormir à noite. Mesmo sem o retorno do INSS, desistiu de permanecer lá em 2006 e retornou para área rural de Terra Rica, onde encontrou uma companheira.

Será então que o tipo ideal de família seria aquele que apresenta maior proporção na relação trabalhador/consumidor (relação de dependência), ou seja, quanto maior o número de pessoas em idade ativa e menor o número de inativos (crianças pequenas, idosos e doentes) mais apta estará esta família para garantir, de maneira satisfatória, sua reprodução social e econômica? Há um certo risco de reduzirmos tudo a meras funcionalidades determinadas apenas à satisfação dos aspectos econômicos da vida, o que explicaria a predominância das famílias nucleares completas neste trabalho sem a exigência de maiores aprofundamentos no assunto.

Para refletir sobre a estrutura das famílias detectadas convém abordarmos, ainda que de maneira resumida, algumas produções de trabalhos referentes ao tema família. A discussão na academia brasileira parece circular em torno de dois tipos de organização familiar: *a família patriarcal*, cunhada na obra de Gilberto Freire (1961), e a denominada por Antônio Cândido (1987) de *família conjugal moderna*. De acordo com Corrêa (1994: 16):

Esta (*a família conjugal moderna*) é o ponto de chegada onde aquela é o ponto de partida, e seu oposto: típico produto da urbanização, reduzida ao casal e seus filhos, a finalidade do casamento não é mais principalmente a manutenção da propriedade comum ou dos interesses políticos de um grupo, mas sim a satisfação de impulsos sexuais e afetivos que na família patriarcal eram satisfeitos fora de seu círculo imediato.

Assim, seguindo o raciocínio da autora, qualquer outro tipo de organização apareceria como subsidiário ou marginal, fato considerado equivocado por representar apenas o modelo ideal dominante de família em detrimento de outras maneiras de ser e conviver. Essas formas de organização social estariam delimitadas ao grupo dominante e a períodos históricos específicos e não à sociedade brasileira como um todo, pois “em ambos os casos, se o tempo concedido à sua dominação é por demais amplo, o espaço social onde se inscrevem essas unidades familiares é demasiadamente estreito”. (Corrêa, *ibidem*: 20) A principal questão reside em evitar padronizações, afinal os significados e as motivações humanas estão relacionados com os valores adotados por cada agrupamento social, i.e., são fatos culturais. Como bem diz Geertz (1989: 228) “os problemas, sendo existenciais, são universais; suas soluções, sendo humanas, são diversas”. Delimitados ao período histórico vivido e ao arcabouço material e simbólico disponível em cada época, os diferentes arranjos familiares

decorrem, portanto, desta multiplicidade de soluções possíveis coexistentes dentro de uma mesma sociedade. Interessa-nos, enquanto pesquisadores, detectar quais são essas soluções e interpretar quais práticas reais e ideais as reproduzem. Um exemplo de boa análise antropológica sobre essa temática foi a realizada por Stolcke (1994) sobre a contratação preferencial de unidades familiares para trabalhar nas lavouras dos fazendeiros do café do Estado de São Paulo ao final do período escravocrata e suas influências sobre a estrutura familiar e a divisão sexual do trabalho na época. Adotada pelo fazendeiro como meio de redução de custos, as unidades familiares de trabalho só possibilitaram tal sucesso para a produção cafeeira paulista porque a ideologia das famílias imigrantes baseava-se numa rede familiar de cooperação e apoio mútuo. A valorização desses vínculos foi decisiva para viabilizar a superexploração das famílias dos trabalhadores rurais. Independentemente do sistema adotado (ameia, arrendamento e colonato)<sup>44</sup> nas etapas da produção de café, pode-se afirmar que todos esses sistemas “reforçavam a solidariedade na família e a interdependência entre seus membros. Estes sistemas de trabalhos também implicavam uma clara divisão do trabalho por sexo e idade, como na hierarquia familiar”. (Stolcke; 1994: 72) O importante é observarmos como a adoção do sistema familiar de produção, mesmo que voltado ao lucro de outrem (caso das lavouras cafeeiras), traz consigo outras implicações que afetam a maneira como se dará a organização da família, a qual precisa acordar com a opção externa por cada tipo de estrutura. É preciso que haja a combinação de interesses para que a situação seja aceita e tenha eficácia simbólica na percepção dos sujeitos envolvidos. Como detecta Stolcke (ibidem: 73) “é claro que os fazendeiros tinham expectativas de um esforço solidário da parte da família como um todo; e de que os trabalhadores, de maneira geral, cooperassem dentro do interesse de todos os membros. Ainda, à exceção daqueles além da idade produtiva, que já haviam feito sua parte, nenhum membro de uma família era inteiramente dependente de qualquer outro para sua subsistência, mas todos dependiam uns dos outros para sua sobrevivência”.

A opção pela unidade familiar nos projetos de assentamento parte também de um interesse externo. No caso, esse interesse é o do Estado em selecionar esse tipo de perfil familiar para a agricultura em áreas de reforma agrária. Embora apoiado em teorias de que a produção é maior nesse tipo de unidade de trabalho, interessa ao Estado ampliar a quantidade de pessoas assentadas, quer por ideologias humanitárias do governante, quer por demonstração numérica de eficiência (depende do governante). Até os dias atuais, porém, vale

---

<sup>44</sup> No caso da ameia e do arrendamento a renda era definida pela quantidade de trabalho realizado nas lavouras e, no caso do sistema de colonato o pagamento era fixo e pago por cada mil pés de café cultivados por ano.

a regra simplista de que se o latifúndio significa *muito nas mãos de poucos*, o discurso estatal da reforma agrária parece ser *ainda pouco*, visto a grande quantidade de terras que se enquadram na legislação agrária como para “fins de reforma agrária”, *mas nas mãos de muitos*, fato que dificulta o desenvolvimento econômico das áreas. As alterações capitalistas no campo reduzindo a necessidade de mão-de-obra e a emergência dos movimentos sociais de luta pela terra impõem a geração de respostas do Estado que afetam a organização familiar presente hoje nos assentamentos. No momento do cadastro, fica registrado o número de dependentes (parentes) que o titular inscrito declara possuir em caso de ingresso no lote e, normalmente, quanto maior esse número, maior a vantagem deste cadastrado em relação aos outros. Quando analisamos a tabela 5.2. observamos o alto índice de famílias nas quais reside ao menos um casal (80,3%), ou seja, nas famílias nucleares completas e nas extensas completas e incompletas, fato que demonstra a importância da presença de pessoas em condição de trabalho de ambos os sexos, permitindo que a divisão sexual das tarefas seja eficaz para satisfação dos anseios de todos da família.

Um olhar mais aprofundado nas famílias extensas incompletas pode fornecer um painel melhor das estratégias familiares intradomésticas para organização social das famílias assentadas. A classificação como família extensa incompleta pressupõe a existência de um dos casais de gerações distintas, ou seja, casal de titulares, de pais ou avós de titulares ou mesmo de filhos de um ou de ambos os titulares. O tipo com maior frequência é do casal de titulares com filho(s) e/ou filha(s) acompanhado de netos (as). São deste tipo 06 dos 18 casos. Em seguida seguem titulares sem cônjuge que receberem em seus lotes nora ou genro e netos (as), perfazendo um total de 04 famílias. Outra forma de abrigar ao menos três gerações sob o mesmo teto e a presença da mãe ou do pai de um dos titulares, além de filhos(as). Duas famílias apresentam-se assim estruturadas, sendo que, numa delas, ainda há a presença de dois irmãos dos titulares. Um outro tipo de família extensa incompleta é aquela nas quais os netos (as) ficaram sob os cuidados dos avós, os quais somam 04 famílias e que, embora não tenham três gerações, consideramos como famílias extensas por pressuporem uma relação que ultrapassa uma geração. As duas últimas famílias extensas incompletas restantes são as formadas por quatro gerações no mesmo lote e pela presença da mãe da co-titular, i.e., da sogra do titular.

Permitir que os filhos ao decidirem formar suas próprias famílias permaneçam no lote é frequente. Não acontece apenas quando, como visto no parágrafo anterior, o titular está só. No total essa convivência interdoméstica de diferentes núcleos familiares acontece em 21 famílias estudadas, dentre as quais 14 receberam a nora e outras 7 os genros, sendo que, em

duas destas últimas, detectamos a presença de dois genros no lote. Quando vêm os netos(as), mesmo sem a concretização do matrimônio dos filhos (as), esses (as) vão permanecendo no lote e, desde cedo, convivem com as atividades rurais, muitas vezes ajudando em pequenas tarefas, como levar água e comida ao pai ou avô, mas sempre sem o peso de obrigação, e sim, como uma atividade prazerosa. Quantitativamente, verificamos 82 netos(as) em Nova Pontal, sendo deste total 35 meninas e 47 meninos.

Quanto aos parentes colaterais, vimos duas famílias cuidando de sobrinhos e três com presença de irmã (o) do co-titular. Essas famílias acabaram por ficarem inclusas na categoria denominada de *outras* na tabela 5.2, pois apresentam variações entre si e não se encaixam nas outras categorias. Assim, temos, por exemplo, um caso bastante raro em nossa sociedade, de uma sogra que permaneceu com seu genro (titular do lote) após separação dele e da filha. Na prática, a sogra permite que as atividades no lote continuem sem muitos problemas ao assumir sozinha as atividades femininas que antes compartilhava com a filha. Além da sogra, reside no local a irmã e o sobrinho do titular. Outro casal de titulares também abriga a irmã e seu filho e, por último, um dos lotes é habitado por dois irmãos.

Por não ser tão somente o vínculo sanguíneo que faz com que a comunidade de parentesco persista, mas sim, as relações sociais mantidas ao longo da vida da família, a relação entre irmãos durante a fase adulta é uma relação que podemos indagar ser, predominantemente, de parentesco ou de afinidade. A perspectiva de Jean-Hugues Dèchoux sobre o tema é bastante interessante. Afirma o autor que “o caráter pouco normativo do laço entre irmãos é atestado por dois conjuntos de fatos. Por um lado, constata-se uma grande variabilidade do número de encontros entre eles, segundo a situação familiar e social dos indivíduos. Por outro lado, os encontros entre irmãos são tanto mais freqüentes quanto maior é o período de vida em comum no qual se criam afinidades, com exceção das fratrias de dois irmãos, em que a relação parece obedecer a normas mais estritas” (Dèchoux; 2000: 178). A fragilidade normativa, a qual o autor se refere, baseia-se na noção de que a intensidade das relações entre irmãos na fase adulta não está tão sujeita às sanções morais da sociedade, quanto às relações que ligam mães e pais aos filhos adultos. Essa ausência de “obrigação social” de manutenção dos laços com seus colaterais diretos na idade adulta (diferente das relações regidas pela filiação direta) faz com que a escolha de permanecerem unidos ou de se afastarem seja, predominantemente, uma escolha regida pela afinidade dos vínculos.

O convívio intradoméstico entre três gerações, embora possa ser considerado em nossa sociedade como uma “obrigação moral” dos filhos em relação aos cuidados com os pais na

velhice<sup>45</sup>, é percebido, neste estudo, mais uma estratégia de ampliação da mão-de-obra familiar que da ampliação de recursos financeiros através de aposentadorias, visto que o número de agricultores assentados aposentados é relativamente baixo: são 05 mulheres e 13 homens. Outros 03 idosos que não conseguem garantir sua sobrevivência e de sua família estão inclusos na Lei Orgânica de Assistência Social para o idoso<sup>46</sup>, recebendo a quantia de um salário mínimo mensal.

Ainda que essas estruturas familiares sejam diferentes, há formas de organização interna da divisão social do trabalho familiar determinadas pela quantidade de trabalho (dentro e fora do lote) necessária para satisfação das necessidades existentes, as quais variam conforme o estilo de vida adotado por cada família e segundo o sexo e a idade dos membros. Em outras palavras, queremos mostrar que os bens materiais e o acesso a determinados serviços são avaliados segundo a lógica interna de cada grupo familiar, sendo influenciado pela história de vida de cada um e pelas expectativas de vida adotadas para permanência ou retorno à “vida rural” por cada um de seus integrantes.

Nesse mundo rural atual, as distâncias para o acesso ao ambiente citadino se tornam cada vez menores, quer pela melhoria das estradas, pelo aumento dos meios de transporte coletivos ou particulares, pela inclusão de crianças e jovens do meio campestre em escolas públicas urbanas ou com professores oriundos destes ambientes, quer via acesso aos meios de comunicação de massa que cria a necessidade de um número crescente de acesso a bens antes inviáveis, inacessíveis e/ou considerados desnecessários à população rural. Além desta necessidade cultural de bens materiais, a alteração da paisagem do meio rural devido à eletrificação rural e ao encanamento de água e esgoto ocasiona mudanças significativas nos orçamentos familiares rurais por exigirem a presença de renda mensal fixa ou de um planejamento anual muito bem programado. Antigamente, no período entressafra podia-se sobreviver no campo com as culturas de subsistência, podendo aguardar a época da colheita para pôr as despesas em dia e refazer o planejamento do ano agrícola seguinte. Hoje, ao contrário, é necessária a presença de renda mensal para suprimento das necessidades básicas, fato que gera novas formas de reprodução social caracterizada basicamente pela figura do trabalhador pluriativo, ou seja, aquele que realiza outros serviços fora do lote, ou na cidade ou mesmo no meio rural, em épocas temporárias ou mesmo de forma assalariada de algum ou

---

<sup>45</sup> Obrigação moral transformada em lei através do Estatuto de Idoso no Brasil.

<sup>46</sup> Segundo esta legislação tem direito ao benefício o idoso maior que 65 anos cuja renda familiar per capita não ultrapasse  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo.

alguns do(s) membro(s) da família. Referência sobre a temática da pluriatividade, Carneiro<sup>47</sup> explica em sua tese que, nesses casos, “o que mais interessa é compreender a relação entre a organização familiar e as estratégias de reprodução social face às mudanças nas condições de produção e ao recurso a fontes de renda alternativas e complementares visando assegurar a permanência no campo”. (Carneiro; 1998: 3-4)

Esse trabalhador pluriativo nos assentamentos vai ter sua presença marcada pela moral familiar do que é função do homem e da mulher, a qual varia conforme a estrutura familiar existente. Assim, se há o casal no lote, quem sai para realizar algum trabalho externo na cidade é o marido, ficando às suas esposas o exercício do trabalho restrito à prestação de serviço a algum vizinho ou amigo assentado em época de colheita. Embora resguarde um valor simbólico de auxílio entre os moradores regido por laços de parentesco (incluindo o compadrio) ou de afinidade, nos dias atuais, é raro ver ocorrer este agrupamento de trabalhadores na qualidade de troca de serviços como em outras épocas. Hoje em dia, o que varia é o valor acertado e a época do recebimento. Quanto mais próximas as pessoas, mais se pode negociar o valor das diárias e quando se as pagará, podendo mesmo ser após o recebimento do valor das mercadorias do comprador. Essa determinação de quem pode ou não trabalhar na cidade só é alterada quando a família é nuclear ou extensa incompleta e a mulher seja quem resida sem o cônjuge. Nesses casos, a mesma sai para trabalhar fora quando consegue e, geralmente, procura serviços de limpeza nas casas da cidade.

Podemos concluir que a pluriatividade não é, portanto, uma atitude essencialmente masculina, porém, varia conforme a delimitação do espaço em que ocorre, ou seja, dentro ou fora do projeto de assentamento e em decorrência do estado civil de quem a pratica.

A permanência ou a saída para realização de outras atividades geradoras de renda é determinada não apenas pelo sexo do praticante, mas também pela posição social ocupada nesse ambiente segundo os valores ideais adotados. Por esse motivo, é mais freqüente ver a saída de um filho jovem para estudar e/ou trabalhar na cidade, do que a mulher casada ir buscar serviços fora do ambiente doméstico. As representações sociais em relação à obtenção da renda nas camadas mais baixa resgatam ao universo masculino a *ética do provedor*, porém de maneira compartilhada com as mulheres, expressas nas obrigações de trabalho das mulheres para reprodução econômica da família.

---

<sup>47</sup> A população estudada por Carneiro (1998) foram as famílias que permaneceram na Aldeia de Theys, nos Alpes franceses, os quais, para permanecerem nas terras conjugaram trabalho rural e trabalho assalariado, caracterizados pelo surgimento de uma nova categoria social, denominada pela autora de “operários-camponeses”.

A antiga desvalorização das atividades femininas na esfera produtiva tende a ser alterada pela vivência que tiveram na cidade e pelos direitos previdenciários conquistados pelas mulheres do campo, conforme a compreensão desta legislação como direito seja reconhecida pelas mesmas. Ainda nos dias atuais, porém, as atividades praticadas por elas na roça, embora sejam atividades de trabalho reconhecidas pela legislação, para as representações locais são, muitas vezes, entendidas como *favor do governo* (algo similar a programas sociais de ampliação de renda) ou confundidas como um direito comum a toda e qualquer mulher, isto porque suas atividades no lote, embora bastante intensas e extremamente importantes para manutenção do orçamento familiar, não são valorizadas e, permanecem, na mentalidade de muitos agricultores, confundidas com tarefas domésticas e não como trabalho, ainda que o mesmo se dê no âmbito doméstico. Essa divisão familiar do trabalho dentro e fora do lote baseia-se, portanto, nos sistemas de valores adotados pelos membros da família segundo a posição ocupada por cada um e, mesmo que não determinada, relaciona-se diretamente com a reprodução econômica da família. É por este motivo que o uso que os membros dos grupos domésticos podem fazer do seu espaço familiar constitui-se num conjunto de práticas familiares objetivamente determinadas, não somente pelas necessidades das condições materiais presentes, mas também pelas possibilidades decorrentes de sua posição na estrutura de parentesco. (Bourdieu; 1980)

Concomitante com a busca pela ampliação da renda através de trabalhos externos há a busca por alternativas de produção mais rentáveis, ou melhor adaptáveis ao perfil social e cultural da população assentada. Podemos dizer que a opção pela atividade pecuária na região do Pontal do Paranapanema é, ao menos em parte, resultado desta necessidade de adaptação à realidade local. A constante presença nas falas dos agricultores da ausência de renda mensal é solucionada com a venda diária de leite, paga mensalmente pelo laticínio e a divisão de tarefas entre os integrantes segundo características etárias e sexuais é realizada sem muitos conflitos. É comum ver os jovens tocando o gado para o pasto durante o dia e recolhendo-o ao curral ao entardecer. Dependendo da idade, aos meninos mais velhos fica também a tarefa de alimentar o gado nas cocheiras na época do inverno, período das secas, no qual o principal suplemento alimentar da região é a cana-de-açúcar triturada. Setenta e oito das cento e dezessete famílias pesquisadas plantam pequenas áreas de cana exclusivamente para este fim (em geral, o que chamam de uma quarta, ou seja,  $\frac{1}{4}$  de alqueire). A tarefa da retirada do leite nos períodos matutinos pode ser realizada tanto pela mulher quanto pelo homem, sendo decidida conforme os outros compromissos existentes dentro ou fora do lote. Se um dos dois precisa sair para tratar de algum assunto na cidade (ir ao supermercado, na escola ou ao



hospital, por exemplo) ou têm encargos considerados mais urgentes dentro do lote, podendo ser cuidar de um filho doente, no caso das mulheres, ou cuidar da lavoura para os homens, é ao cônjuge que fica a responsabilidade da retirada matutina do leite, geralmente acertada na noite anterior. Essa relação entre unidade familiar e unidade de produção que envolve a todos os membros de algum modo aparece, na fala de Abramovay, como definidora da agricultura familiar.

O que caracteriza a agricultura familiar neste sentido é que o pleno exercício profissional por parte das novas gerações envolve, mais que o aprendizado de um ofício, a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital. Desenvolvido a partir do trabalho de toda a família (ao qual o jovem se incorpora desde criança) este patrimônio possui um duplo conteúdo social: por um lado ele é a base material de um negócio mercantil e por outro é sobre ele que repousa não só a manutenção, mas a própria organização familiar. É neste sentido que a agricultura familiar, mesmo nos países capitalistas centrais onde ela perdeu inteiramente seus traços camponeses, pode ser definida pela unidade negócio e família. (Abramovay; 1998:18)

Nesse sentido, considerando as especificidades da população pesquisada, podemos afirmar que o assentado é uma das múltiplas formas que a agricultura familiar pode apresentar. E, como em qualquer forma de organização familiar de agricultores, vai ter seu formato definido conforme sua historicidade e expectativas de vida, as quais expressam-se nas práticas ideais e materiais cotidianas.

Em comum entre todos estes agricultores familiares assentados, podemos dizer que existe a expectativa da conquista de uma vida melhor, porém, as formas encontradas para solucionar a questão englobam atitudes individuais que devem ser acordadas e aceitas pela coletividade (família), caso contrário, temos situações de abandono e/ou desagregação familiar, podendo ocasionar o enfraquecimento ou mesmo o rompimento dos vínculos familiares, quer no âmbito da vida matrimonial, quer nas relações entre pais e filho(s) ou entre parentes colaterais. Como mostra Carneiro (op. cit.: 07) “ainda que a colocação da força de trabalho no mercado seja um ato individual, a família controlava ainda a reprodução social de seus integrantes. Esta relação contraditória entre a decomposição da família como unidade de trabalho e sua permanência como formuladora de valores que guiam o comportamento individual face ao trabalho pode ser explicada pelo papel desempenhado pela “moral familiar” e pelo peso da hierarquia familiar sobre seus membros.”

#### 5.4. A Familiarização da Pobreza Rural:

O que está em pauta é a definição dos papéis sociais de cada um dos membros de acordo com o sistema de valores predominantes e a situação para a qual são acionados. Seria ilusório supor que a reforma agrária tornaria desnecessária a adoção do que Woortmann (1987) denomina de modelo ideológico adaptativo para sobrevivência na situação de pobreza, pois tal abandono definitivo só será efetivado quando a redistribuição de terras significar mobilidade social ascendente de todos nela inclusos. Até os dias de hoje, o resgate que a reforma agrária vêm desempenhando se dá com maior ênfase na garantia dos direitos sociais, civis e políticos da cidadania em distinção à população pobre residente nas cidades. Neste rol de direito, o direito ao trabalho é decisivo para essa transformação ao permitir o que pode ser denominado de **familiarização da pobreza** em contraposição à feminização da mesma esclarecida por Woortmann. De acordo o autor, “a situação de pobreza não altera em nada o status da mulher. Pelo contrário, ele torna o seu ‘domínio’ – o da casa e das relações que a rodeiam – central e decisivo para a sobrevivência da casa”. (Woortmann; 1987: 292)

O retorno ou a permanência na área rural aparece na balança permanência-migração como uma saída possível para combater a marginalização sofrida especialmente pelo homem no ambiente urbano pobre, afinal, *lá não é o seu lugar*. Nas palavras de Agier (1990), essa produção familiar da feminização da pobreza é decorrente de “princípios da contradição entre a pobreza e o status social do homem familiar: a pobreza não é um lugar para ele; quando ela não o marginaliza, é porque está saindo dela” (Agier; 1990: 58). Estar desempregado para o homem da cidade e *na cidade* é sinônimo de baixa estima, humilhação e vergonha e, mesmo quando empregado, sobreviver com baixos salários representa ver faltar dinheiro para suprir as necessidades básicas de sua família, especialmente, o suprimento alimentar de seus filhos e oferecer condições adequadas de moradia. Assim, precisam adotar práticas vinculadas a um modelo adaptativo para enfrentamento da situação de pobreza, entre as quais se destaca a instabilidade conjugal na vida urbana. Como demonstrado em outro estudo (Ramiro; 2002) essa instabilidade conjugal aparece como resposta adaptativa com o intuito de preservar a própria família e, especialmente, a relação mães e filhos, a mais profunda de todas as formas de comunidade. O alto percentual de chefia feminina nas famílias de baixa renda ou a instabilidade conjugal caracterizada pelo número elevado de parceiros ao longo da vida dessas mulheres é reposta a essa marginalização do homem no ambiente urbano.

Como vimos neste capítulo, o retorno ao campo possibilita que a unidade familiar e a unidade de produção coincidam, embora apresentem divisões internas referentes a quem pode e deve fazer o quê para sobrevivência de todos. Essa co-responsabilização dos membros da família para sua reprodução social e econômica no campo, em especial na agricultura familiar presente nos projetos de assentamento, permite a familiarização da pobreza ao envolver a todos segundo suas características sociais, culturais e econômicas. Esse resgate da auto-estima masculina permite que o modelo ideal de família, ou seja, a família nuclear, apareça de modo intenso na população rural de baixa renda, embora não como mero retorno aos tempos antigos, mas sim, de modo renovador e (re)elaborado a partir das histórias de vida de cada um.

## CONCLUSÕES:

Diferentes abordagens sobre os projetos de assentamentos rurais implantados no Brasil vêm surgindo não apenas nas Ciências Sociais, mas em várias disciplinas como a Geografia Agrária, Economia, Direito Agrário, Engenharia Agrônômica, entre outros. Estes estudos comportam uma multiplicidade de focos e de métodos de pesquisa que nem sempre parecem conseguir a *possível* isenção científica do pesquisador. Os constantes conflitos no campo e a visualização real da possibilidade de alteração da estrutura agrária do país alteram o histórico jogo de forças para orientação das políticas públicas ao permitir que os interesses econômicos dos mais fortes não sejam dominantes (mesmo que em alguns casos, como o relatado aqui, o fazendeiro tenha também seus interesses atendidos no processo de desapropriação das terras), e que setores menos favorecidos entrem em cena na disputa pela garantia dos direitos da cidadania. Assim, nesse jogo de forças contrárias, a atualidade da questão traz ao debate científico visões, muitas vezes deturpadas sobre os sujeitos sociais que fazem a reforma agrária, identificados pela passagem do conceito de *sem terra* para o de *assentado*, que se transformam na mente do pesquisador entre os extremos ideológicos de *baderneiros* a *heróis*.

Longe de pensar que estamos isentos e neutros aos temas que escolhemos estudar! Afinal, a própria opção entre uma área ou outra de pesquisa já reflete nossa postura perante a sociedade. Todavia, não podemos perder de vista o sujeito real que está onde debruçamos nosso olhar. Morei por dois anos no Pontal do Paranapanema, trabalhando diretamente em diferentes assentamentos dos municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista, e precisei aos poucos desmistificar tudo o que havia lido, as visões de *fora* - que descobri também ter assumido como verdade, mas que não passavam de uma “verdade criada por mim” através do que lera sobre o tema. Entendi, depois de algum tempo, confesso, a acertada colocação de Martins (1986) sobre o fato do conhecimento sociológico ter, desde sua origem, entendido o meio rural como um meio qualitativamente diferente, visando intervir nesse mundo, explícita ou implicitamente, para realizar a hegemonia do mundo urbano sobre o mundo rural. Acrescentaria, porém, em direção contrária à idéia geral de Martins (ver capítulo 2), que essa hegemonia do urbano sobre o rural se faz, não pela difusão de costumes urbanos ao meio rural, mas sim, na determinação imaginária do que deva ser a vida no meio rural.

Utilizarei para explicar esta visão um exemplo bastante polêmico. Não raramente, viam-se assentados nos mercados da cidade comprando frango. No início, minhas primeiras reações eram de revolta e indignação: como podiam ter lutado tanto para ter terras e agora compravam até frango no mercado? Perguntava-me que reforma agrária era essa cuja subsistência de verduras, frutas e carnes não solucionava? Porém, sabia que a maioria criava galinhas em seus lotes. Seria aquele gesto, portanto, representativo da preguiça em matá-las para comer? Só quando consegui afastar minhas pré-noções (no melhor sentido durkheiminiano da palavra), entendi que a compra do frango de granja estava relacionada a hábitos alimentares e que, graças à conquista da terra, essas pessoas tinham direito (e dinheiro) para escolher qual galinha comer e quando. Quem somos para julgar qual produto outra pessoa deva consumir? Esta é uma posição de superioridade de quem se julga senhor do destino dos outros, que confere aos mais pobres do campo a obrigação do autoconsumo, quando o importante é a possibilidade de escolha. Afinal, por que não vender uma galinha caipira para o vizinho e comprar a de granja com o dinheiro para variar o cardápio? Nas conversas sobre o assunto, os assentados diziam que a galinha caipira é bastante enjoativa se comida com frequência devido ao sabor forte que possui, tanto que nós, citadinos, comemos apenas em momentos “exóticos” de lazer. Foi preciso compreender que os hábitos alimentares possuem determinantes culturais e que o frango de granja foi um hábito alimentar resultante do contato e da vivência com o ambiente urbano.

Com o uso de técnicas de pesquisa clássicas da Sociologia, como a aplicação de *sample survey* e entrevistas semi-estruturadas e abrangendo conhecimentos da Antropologia Cultural que nos permitem buscar interpretar as representações e práticas sociais dos sujeitos a partir de seu próprio ponto de vista, acabamos por formar uma espécie de quebra-cabeça, cujas peças, depois de unidas, formam a imagem do meu ponto de vista sobre a questão; afinal, “os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e de terceira mão”. (Geertz; 1989:25)

Foi através da observação das vontades, propulsoras das ações sociais dos assentados, expressas nas relações sociais e simbólicas entre as pessoas *do* campo e *no* campo e entre estas e as pessoas *da e na* cidade e sua correlação com a história de vida e expectativa em relação ao futuro de cada família estudada que traçamos a análise da sociabilidade rural do assentamento.

Buscamos problematizar a questão agrária com enfoque nos sujeitos sociais inclusos em projetos de assentamentos e no processo de construção e desconstrução das identidades dos mesmos (a partir da análise das práticas ideais e reais adotadas), cuja proximidade

crescente entre campo e cidade constrói novas identidades por meio da fusão de antigos e novos valores regidos pela trajetória de vida de cada um. Por conseguinte, representa uma Sociologia Rural que visa à compreensão da vida social destes sujeitos da forma como ela é e não de como gostaria que fosse, postura que, por diversas vezes, acabou por fazer, dessa disciplina, uma tipologia de quão próximos ou distantes estamos do *tipo ideal deste sujeito* da reforma agrária idealizada pelos intelectuais. Uma Sociologia Rural que, neste trabalho, aceita e interpreta a heterogeneidade de maneiras, explícitas e implícitas, de vivenciar a situação de *assentado*, conceito que carrega, entre outras coisas, o compartilhar geográfico de um mesmo espaço físico implicando em relações de vizinhança entre os que ingressam num mesmo projeto de assentamento. Porém, a proximidade física não determina sozinha a tipologia da sociabilidade presente no lugar, i.e., embora possa ser *facilitora* da criação de vínculos comunitários, depende dos valores que predominam nas práticas dos moradores do lugar<sup>48</sup>, os quais podem ou não apresentar vínculos afetivos, tipicamente comunitários.

As análises sociológicas do mundo rural (re)construído devido à implantação de projetos de assentamento desde meados da década de 80 multiplicam-se pelo país e abordam a questão da reforma agrária sobre diferentes aspectos analíticos: econômicos, sociais, culturais e políticos. (cf. Brumer e Tavares dos Santos; 2006). A partir da metodologia adotada com base nos conceitos-tipo formulados por Ferdinand Tönnies: *Gemeinschaft*, *Gesellschaft* e suas respectivas vontades, *Wesenwille* e *Kürwille*, acreditamos que todos estes aspectos do mundo social se misturam para dar *eficácia simbólica e racionalidade* às diferentes formas sociabilidades presentes nas relações internas do assentamento e dos assentados com o meio que os cerca (a cidade em especial) e que, através da interpretação das vontades sociais descobertas, as quais impulsionam as ações das pessoas, em sua dimensão tanto ideal (o convencionalizado), quanto real (o construído), podemos detectar qual o momento e o movimento destes conceitos-tipo, os quais coexistem dialeticamente formando uma unidade, determinando o tipo de sociabilidade predominante, conforme a intensidade de cada tipo de vontade. Estes recursos metodológicos são meramente adotados para fins heurísticos de pesquisa e precisam ser adaptados ao estudo de situações específicas. Afinal, como mostra Miranda (1995: 67), “as vontades são subjetividades objetivamente produzidas no contato entre homem e o meio”.

---

<sup>48</sup> Um bom exemplo de pesquisa empírica que demonstra que a proximidade física por si só não desemboca em vínculos comunitários entre seus moradores são as pesquisas de Gilberto Velho (1986; 1987) sobre a classe média carioca, que faz com do bairro carioca de Copacabana seja caracterizado como um local regido por inter-relações artificiais, convencionalizadas ou de interesse, no qual as pessoas sequer sabem os nomes de seus vizinhos.

Com base na metodologia adotada, convém resgatar algumas interpretações que apareceram no decorrer deste trabalho consideradas relevantes para os estudos das sociabilidades em transformação decorrentes da implantação de projetos de assentamentos rurais que nos permitiram formar o conceito de sociedade rural.

No caso da reforma agrária, podemos afirmar que o “balanço permanência-migração” varia entre aqueles que vêem nos projetos de assentamento a opção para permanecer na área rural e naqueles que visualizam a possibilidade de abandono da cidade em prol do campo, invertendo o sentido migratório intenso iniciado na década de 50. Isso porque, a partir da década de 80, é a cidade que perde seus antigos atrativos e o campo (re)surge como possibilidade mais atraente de vida, porém, muito mais como resultado da ampla desvalorização da vida citadina experimentada pela população de baixa renda que de uma satisfação com a vida campesina.

Compreender esta vivência da cidade pela qual muitos assentados passaram é fundamental para interpretação das práticas ideais e reais atuais. Afinal, a percepção que têm da vida, os valores que adotam e as ações realizadas refletem a história de vida de cada um e explicam seus modos de vida: atitudes, pensamentos, gestos, idéias, trajes, hábitos alimentares, etc. e, por fim, a referência atual que constroem sobre a cidade está na história de vida de cada uma dessas pessoas, quer como vivência direta da cidade, quer pela ampliação dos contatos com a mesma devido à redução das distâncias entre os dois ambientes devido à melhoria dos acessos, dos transportes, dos meios de comunicação e da enorme probabilidade de possuir um parente migrante nos centros urbanos.

A percepção subjetiva da avaliação da vida antes e depois de assentados é positiva, variando apenas as referências do que consideram como vantajoso em relação à vida anterior. A passagem da situação de empregados a patrões, percebida como a condição de donos dos resultados de sua força-de-trabalho familiar e de suas terras, o acesso a linhas de crédito para investimento e custeio das atividades agropecuárias e a garantia de moradia, tranquilidade e estabilidade também aparecem nas falas dos moradores do Nova Pontal. Como vimos no capítulo 4, a avaliação pode servir-se da depreciação ou da valorização de determinadas características percebidas. Quando se trata de valorizar a vida rural, as imagens recorrentes são, ainda hoje, muito similares às que aparecem em trabalhos anteriores, por enfatizarem questões como a tranquilidade da vida no campo, a beleza da natureza, a paz, o prazer das criações de pequenos animais, enfim, são fatores não essencialmente econômicos, mas ambientais e culturais. Culturais porque, juntamente com as vantagens funcionais das criações de pequenos animais e das hortas caseiras como garantia de alimentos a baixo custo e com

maior rapidez, por não dependerem da locomoção aos centros urbanos ou mercantis geralmente distantes (o que demanda não apenas tempo, mas dinheiro também), essas atividades aparecem vinculadas a aspectos simbólicos da vida campesina. Acompanhar as crias dos animais, regar as hortas e vê-las brotar até chegada a época da colheita são atividades tidas como prazerosas para quem se dispõe a fazê-las. As galinhas são, inúmeras vezes, criadas soltas pelo quintal e circulam livremente dentro das casas, fazendo parte do ambiente doméstico dos assentados. Em contrapartida, a depreciação da vida na cidade resulta da dificuldade financeira, da dependência do dinheiro até para comer, do patrão, do desemprego, de altas tarifas para manutenção básica da moradia.

Se, em épocas anteriores, a cidade ameaçava a identidade social dos atores rurais, hoje, a mesma torna-se a definidora da construção social das novas identidades criadas a partir do processo de reforma agrária iniciado com a implantação de projetos de assentamentos rurais. Os valores motivadores das ações em direção à vida campestre recaem basicamente a aspectos individualistas resultantes de histórias de vida difíceis na cidade. A comparação dos diferentes estilos de vida (citadino e campesino) acontece a partir de enfoques subjetivos não mais referenciais/particularistas como outrora e, desta maneira, ao passar da *intuição* para a *vivência*, refaz a identidade destes novos personagens do campo brasileiro, convergindo no conceito de agrupamento social que defino como **sociedade rural**.

A decisão de retornar ou permanecer no campo reflete um estilo de pensamento que engloba, de modo dialético, o conflito entre os valores comunitários e societários. Obviamente, os dois tipos de relações sociais resultantes destes valores aparecem no assentamento. Optar por um dos dois caminhos (retornar ao campo ou permanecer no mesmo) não elimina essa dualidade de forças opostas. Pelo contrário, renova-a num movimento constante de reflexão e reafirmação ou negação dos valores adotados, afinal, a dialética faz parte da natureza humana.

A migração, independentemente do sentido em que ocorra, põe em pauta o conflito das vontades humanas, pois valores repulsivos e atrativos são avaliados e definidos pelos atores sociais para decidirem (quando possível) o destino mais favorável para sua vida e de sua família. Cidade e campo possuem, cada qual de acordo com a história de vida de cada um, qualidades e deficiências. Permanecer ou deixar um ambiente em prol do outro resulta da avaliação que se faz nessa balança que ora repele, ora atrai com maior ênfase. E, segundo esta pesquisa, são as motivações financeiras as predominantes nas vontades expressas pelos moradores do projeto de assentamento Nova Pontal. A predominância do *Kürwille* sobre a *Wesenwille* também fica mais nítida quando, no capítulo 4, mostramos as dificuldades para



organização coletiva no local do que denomino de associações comunitárias, nas quais a união entre os moradores seria um *meio* para conquista de melhoras coletivas em prol das associações societárias, nas quais a união é um *fim* em si mesmo, como é o caso da Cooperativa do local, cujas dificuldades decorrem da fragilidade dos vínculos comunitários entre os associados, que deixam a cargo de um ou dois representantes a responsabilidade em melhorar a situação da comercialização da produção local.

Contudo, os vínculos comunitários co-existem com os societários detectados, formando a identidade social dos assentados e mostram o quanto o conceito de assentado serve para aproximá-los ou afastá-los segundo as trajetórias de vida de cada uma das famílias. Mostrando que existem características objetivas gerais e específicas ao lado de condições subjetivas de assumirem ou não a identidade social de assentado (capítulo 5), as respostas fornecidas apontam para a necessidade de serem percebidos como agricultores e, para a maioria, a conquista do lote resulta na construção da nova identidade social de assentados, conceito que engloba e valoriza a conquista da terra na percepção subjetiva da maioria, quer pelo seu reconhecimento perante os “de fora”, quer para definição dos mesmos como moradores de um mesmo espaço físico, fato que resulta na construção de um tipo específico de sociabilidade e de visão de mundo.

Das três formas de comunidade (de lugar, de sangue e de espírito), o parentesco foi a forma presente com maior intensidade no Nova Pontal, pois, embora não estivesse explícita nos discursos dos moradores, a pesquisa detectou um grande número de parentes assentados no mesmo assentamento e em outros projetos de assentamento do estado de São Paulo. Esta análise quantitativa do número de famílias com parentes de um ou de ambos os titulares dos lotes é significativa do peso que as relações interfamiliares podem assumir na vida cotidiana construindo redes de sociabilidade baseadas no parentesco. Outra consideração relevante sobre as relações de parentesco pesquisadas é a influência, ainda que latente, do parentesco na opção de permanecer ou de retornar ao campo, podendo apresentar-se em duas tipologias centrais que nomeei de *modelo de ação* ou *compartilhar de atitude*. No primeiro caso, estariam aqueles que seguem exemplos considerados bem sucedidos de parentes que conseguiram um lote em projetos de assentamentos anteriores e, no segundo caso, aqueles parentes que buscam juntos a inclusão em determinado projeto de assentamento.

Ainda no tocante às relações entre parentes assentados, a abordagem da vida intrafamiliar nos lotes do projeto de assentamento aponta para aspectos importantes da ocupação social do espaço doméstico e de produção entre os membros da família: a) a tendência à nuclearização das famílias; b) a importância da mão-de-obra familiar para

reprodução econômica e social da família; c) a solidão vivenciada pelos moradores sem família presente; d) o sistema de produção familiar diretamente relacionado à maneira de organização da família; e) o convívio de mais de duas gerações no mesmo lote, resultado de estratégia de ampliação de mão-de-obra e f) a quantidade de trabalho necessária relacionada às necessidades existentes segundo estilo de vida e ciclo familiar de cada uma das famílias.

Quanto à questão da pluriatividade, chegamos à conclusão de que, no assentamento, a determinação de qual trabalho será realizado fora do lote e por quem depende da moral familiar sobre o que é função do homem e da mulher, fato que varia conforme a estrutura familiar existente. Não é, portanto, uma atitude essencialmente masculina, pois varia conforme a delimitação do espaço em que ocorre (dentro ou fora do projeto de assentamento) e em decorrência do estado civil de quem a pratica. (capítulo 5)

Dadas as especificidades da população pesquisada, podemos afirmar que agricultor assentado é uma das múltiplas formas que a agricultura familiar pode apresentar. E, como em qualquer forma de organização familiar de agricultores, vai ter seu formato definido conforme sua historicidade e expectativas de vida.

Com base no estudo da sociabilidade existente, nessa sociedade rural construída pela formação de novas identidades sociais dos sujeitos inclusos em projetos de reforma agrária, cuja predominância de valores urbanos reflete o convívio com a vida citadina e a constante busca pelo aproveitamento do que julgam serem valores positivos da cidade e do campo, vê-se reduzida, substancialmente, a distância entre os dois ambientes. Todavia, a caracterização de uma sociedade a partir do enfoque da sociabilidade não representa o *fim do rural*, ou como diz Carneiro (1998: 174) que “a distinção entre cidade e aldeia desaparece ou torna-se inútil enquanto fenômeno sociológico”, pois, consideramos que o rural, no caso dos projetos de assentamento, é resultado da caracterização ecológica do próprio espaço físico, caracterizado pela possibilidade de criar animais, de plantar, colher e de subsistência familiar que o ambiente permite. Se, culturalmente, alguns dos valores adotados se aproximam, outros são reconstruídos devido à dimensão física do espaço. Obviamente, as duas dimensões do espaço (física e simbólica) estão relacionadas. Viver no campo, porém, como agricultores familiares assentados é, nitidamente, estar no campo geograficamente. Discordo novamente de Carneiro (ibidem; idem) quando afirma que “torna-se, portanto, impossível delimitar as fronteiras culturais entre as aldeias, e entre elas e as cidades, a partir de suas fronteiras geográficas”.

O âmago da questão para compreensão desta sociabilidade urbana no meio rural é decorrente da análise da questão clássica tönnesiana referente ao processo de construção das identidades sociais por meio da busca sociológica por respostas referentes à questão sobre “o

*que separa os homens, apesar de tudo o que os une*”, ou seja, são os valores regentes das ações sociais e simbólicas predominantes, como vimos neste trabalho, que fazem a sociabilidade no projeto de assentamento ser essencialmente societária. Afinal, podem ser classificadas como relações regidas por interesses, com finalidades predominantemente econômicas. Embora, por outro lado, os valores comunitários estejam presentes também. Mas afirmar que a sociabilidade predominante é urbana implica apenas que podemos afirmar estarmos perante um estilo de vida societário, mas não que seja uma cidade, afinal, o meio no qual este estilo de vida aparece é rural<sup>49</sup>.

A questão da sociabilidade se dilui durante toda a análise realizada e toma a perspectiva adotada no título de um *campo das sociabilidades em transformação* justamente por se apresentar, ao final da compreensão da reforma agrária sob a ótica dos sujeitos que a vivenciam, como um campo de estudo das relações sociais nos projetos de assentamento ainda em fase de definição, num processo contínuo de (re) construção e (re) adaptação de antigos e novos valores que possam conciliar os aspectos positivos da vivência nas cidades e no meio rural. A atualidade do tema em nosso país deixa em aberto os rumos que a vivência da situação de assentado pode assumir durante a construção de novas identidades sociais de acordo com a posição e situação de quem fala e com o alcance que as demandas atuais dessa população pode ter para elaboração, melhoria e até mesmo para a efetiva implantação de políticas públicas para a conquista da condição efetiva de cidadãos dessas pessoas.

Podemos dizer que, para a reprodução econômica das famílias assentadas a presença da pluriatividade, por exemplo, tende a dirigir-se no sentido de reconstruir identidade social capaz de conciliar os aspectos positivos da vida no campo e na cidade, visto que mobilidade social vertical através da inclusão em áreas de reforma agrária ainda é muito pequena no sentido econômico. Como vimos aqui, o retorno ao campo possibilita que a unidade familiar e a unidade de produção coincidam, embora apresente divisões internas referentes a quem pode e deve fazer o quê para sobrevivência de todos.

Esta co-responsabilização dos membros da família para sua reprodução social e econômica no campo, em especial na agricultura familiar presente nos projetos de assentamento, permite o que denomino de familiarização da pobreza ao envolver todos segundo suas características sociais, culturais e econômicas. Esta familiarização da pobreza apresenta vantagens especialmente ao homem das camadas mais baixas da sociedade ao resgatar a auto-estima masculina perdida no ambiente pobre urbano. Tal familiarização da

---

<sup>49</sup> Por este motivo adotamos o termo conceitual de sociedade rural.

pobreza permite que o modelo ideal de família, ou seja, a família nuclear, apareça de modo intenso na população rural assentada, embora não como mero retorno aos tempos antigos, mas sim, de modo renovador e (re)elaborado a partir das histórias de vida de cada um.

Para encerrar, diria ser no mínimo *ingênuo* qualquer visão que julgue o acesso à terra decorrente das pressões dos movimentos sociais resultasse sozinho numa alteração estrutural dos valores hegemônicos da sociedade brasileira, na qual, historicamente, predominou a vontade privada e a defesa de privilégios aos mais ricos (cf. Ramiro; 2005). Ainda é válida a afirmação de DaMatta (1993: 156) de que “correndo atrás da imagem do que deveríamos ser (ou poderíamos ter sido), esquecemos de discutir os limites impostos pelo que somos”, condição que nos impede de ver no outro a qualidade de um igual, predominando a noção de pessoa em prol do indivíduo e legando o discurso igualitário à ordem jurídica, enquanto nas relações de poder prevalece a realidade da desigualdade social (cf. Telles; 2001). Como disse um dos entrevistados, a identidade de assentado é equivalente a de favelado e, *se tratando de negócio atrapalha, é discriminado. Pode ter qualquer formação, mas se for favelado ou assentado é discriminado.* (capítulo 5)

Doravante, de algum modo, a luta pela terra caminha na direção de romper com a tradição dominante, desde a transição do Império para República, da relação entre sociedade e Estado, na qual imperava, de acordo com Murilo de Carvalho (1987: 147), “uma visão antes de súdito que de cidadão, de quem se coloca como objeto de ação do Estado e não de quem se julga no direito de a influenciar”, porém, a importância da compreensão da reforma agrária do ponto de vista dos assentados é fundamental para notarmos a necessidade de ampliação da garantia dos direitos da cidadania, em especial, dos direitos sociais, para que o campo seja uma alternativa plenamente satisfatória e não mais imposta por uma cidade que não comporta mais estes milhares de pessoas injustamente incluídas na realidade social. Discordo do discurso amplamente adotado de “fixar o homem no campo”. Suponho que um país justo seja aquele no qual as pessoas tenham condições de escolha do estilo de vida que preferem. Permanecer ou deixar o campo seria resultado de escolha entre duas opções possíveis, e não da falta de opção em um dos dois ambientes. Um bom exemplo dessa falta de opção é a evasão dos jovens assentados com escolaridade superior a de seus pais, os quais, assim que podem, retornam para a cidade, ambiente para o qual, enfim, possuem oportunidades iguais de inserção no mercado de trabalho, enquanto não vêm possibilidade de ficar no campo com vantagens proporcionais às da cidade. É preciso, portanto, ampliar o debate sobre a reforma agrária de maneira a viabilizar que o direito à terra conquistado por estas pessoas resulte, de fato, na construção de uma *terra de direitos*.

## Referências Bibliográficas:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas/SP: Editora Unicamp; 2ª ed.; 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. São Paulo: Unesco; 1998.

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Política Social e Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar; 3ª ed.; 1994.

AGIER, Michel. O sexo da pobreza: homens, mulheres e crianças numa avenida em Salvador da Bahia. **Tempo Social: Revista de Sociologia USP**; São Paulo; 2(2): 35-60; 2º sem.; 1990.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, E. e ESCOBAR, A. Introdução: o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: **Cultura e Política nos Movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG; 2000. p. 15-57.

BELHADJ, Marnia. Mulheres francesas de origem argelina. Conquista da autonomia e reelaboração dos modelos familiares. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (org.). **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: FGV Editora; 2000. pp.63-78.

BERGAMASCO, Sônia. **A Alternativa dos Assentamentos Rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem; 2003.

BERGAMASCO, Sônia. Os impactos regionais dos assentamentos rurais. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvo (et al.). **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA/UFRRJ; 1999. p. 69-116.

BERGAMASCO, Sônia e NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense; 1996.

BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. IN: **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva; 2ª ed.; 1987. p. 03-25. (Coleção Estudos: 20)

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Parentes e Parceiros: relações de produção e relações de parentesco entre camponeses de Goiás. In: ARANTES, Antonio Augusto (et al.). **Colcha de Retalhos: estudos sobre a Família no Brasil**. 3ª ed.; Campinas/SP: Editora da UNICAMP; 1994. p. 115-159.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. Assentamento Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente. In: MARTINS, José de Souza (org). **Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 53-106.

BRUMER, Anita e TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Estudos Agrários no Brasil: modernização e limites da Sociologia Rural no final do século XX. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 9, n 9; Jul.-Dez.; 2006. p. 49-72.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In: **Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul**. Brasília: MDA; 2006. p.87-116

CADERNOS ITESP. **Sítios e ‘Situantes’**: planejamento territorial e cálculo de módulo para assentamentos rurais. São Paulo: Páginas & Letras, Editora Gráfica, vol. 8, 2000.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades; 7ª ed.; 1987.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; 1998.

CARVALHO, Francisco de Sales Vieira de. Instrumentos em Prol da Regularização Fundiária. In: **Revista Fatos da Terra**. São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania/ Fundação Itesp; Ano 6, n. 19; 2007. p.16-18.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Interação Social e as possibilidades de coesão e identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. MPF/NEAD/IICA; 1999.

COHEN, Harry. A Idéia de Gemeinschaft: Rumo a uma Nova Sociologia Humanística. In: MIRANDA, Orlando (org.). **Para Ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP; 1995. p. 205-228.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: ARANTES, Antonio Augusto (et al.). **Colcha de Retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. Campinas/SP: Editora da UNICAMP; 3<sup>a</sup> ed.; 1994. p. 15-42.

COSTA, Cléria Botelho da. Terra: representações e cidadania. In: MOLINA, Mônica Castagna (et. al.). **Introdução Crítica ao Direito Agrário**. Brasília: UNB/ GTRA-DEX/NED, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; 2002. p. 145-152.

DAGNINO, Evelina. (org.). Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra; 2002. p. 279-301.

DA MATTA, Roberto. Em torno da matriz cultural da inflação: notas sobre inflação, sociedade e cidadania. In: **Conta de mentiroso**: sete ensaios de Antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco; 1993.

DÈCHAUX, Jean-Hugues. Irmãos na idade adulta: um laço de parentesco por afinidade? In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (et al.). **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

DURHAN, Eunice. **A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva S.A.; 3<sup>a</sup> ed.; 1984. (Coleção Debates; 77)

ESTADO DE SÃO PAULO, O. **Setecentas famílias invadem fazenda em São Paulo**. Matéria publicada em 15/7/1990.

ESTADO DE SÃO PAULO, O. **Juiz concede reintegração de posse no Pontal**. Matéria publicada em 17/7/1990.

ESTADO DE SÃO PAULO, O. **Invasores fazem dois reféns no Pontal do Paranapanema, no oeste de São Paulo**. Matéria publicada em 18/7/1990.

ESTADO DE SÃO PAULO, O. **Invasores de terra ameaçam degolar reféns**. Matéria publicada em 19/7/1990.

ESTADO DE SÃO PAULO, O. **Agricultores ameaçam degolar reféns no Pontal**. Matéria publicada em 19/7/1990.

ESTADO DE SÃO PAULO, O. **Invasores da Nova Pontal soltam reféns**. Matéria publicada em 20/7/1990.

ESTADO DE SÃO PAULO, O. **Três mil saem da fazenda no Pontal do Paranapanema**. Matéria publicada em 21/7/1990.

ESTADO DE SÃO PAULO, O. **Famílias montam novo acampamento**. Matéria publicada em 21/7/1990.

ESTADO DE SÃO PAULO, O. **Área tem cultura de algodão, feijão e milho**. Matéria publicada em 21/7/1990.

ESTADO DE SÃO PAULO, O. **Invasores do Pontal acampam em rodovia**. Matéria publicada em 22/7/1990.

ESTADO DE SÃO PAULO, O. **Invasores do Pontal tinham revólveres**. Matéria publicada em 24/7/1990.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto; 2006.

EMATER. **Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: ASBRAER; 2ª ed.; 2007. (Coleção Semear: 4)  
FERNANDES, Bernardo. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec; 2ª ed.; 1999.

FUNDAÇÃO ITESP. **Terra e Cidadãos: aspectos da regularização fundiária no Estado de São Paulo**. São Paulo: ITESP: Páginas & Letras Editora Gráfica, 2ª ed.; 2000. (Cadernos do ITESP; 4).

FUNDAÇÃO ITESP. **Cultivando Sonhos: Caminhos para a Assistência Técnica na Reforma Agrária**. São Paulo: ITESP: Páginas & Letras Editora Gráfica, 2ª ed.; 2000. (Cadernos do ITESP; 7).

FREIRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família patriarcal brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; 10ª ed.; 1961.

GARCIA JR, Afrânio. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo/ Brasília: Marco Zero/ UNB; 1990.



GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Síntese preliminar dos diagnósticos dos Sistemas Agrários na região sudeste.** FAO/INCRA; 1997.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S.A.; 1989.

GIANOTTEN, Vera e WIT, Ton de. Pesquisa participante em um contexto de economia camponesa. IN: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **Repensando a Pesquisa Participante.** São Paulo: Brasiliense; 1999. p. 158-188.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas; 4ª ed.; 1995.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Hucitec; 1980.

HÖFLING, Eloísa de Matos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais.** Caderno CEDES; vol. 21; nº 55. Campinas; nov. 2001.

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. In: **Novos Estudos: CEBRAP**; nº. 63; 2002. p. 9-30.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Hucitec, 1998.

LEITE, Sérgio Pereira. **A Face Econômica da Reforma Agrária:** Estado e assentamentos rurais em São Paulo na década de 80. Rio de Janeiro: UFRRJ ; 1992.

LEITE, Sérgio Pereira [et. al.]. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA/NEAD, São Paulo: Editora da UNESP; 2004. (Estudos NEAD, n 6)

LEWIS, Oscar. **La cultura de la pobreza.** Barcelona: Anagrama; 1972.

LOAEZA, S. **La sociedad civil me da miedo.** Cuaderno de nexos: Marzo; 1994.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Direitos e projetos: uma leitura sobre a implantação de assentamentos no Sudeste do Pará. IN: MARTINS, José de Souza (org). **Travessias**: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 247-293.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec/ UNESP; 2ª ed.; 1998.

MANCUSO, Maria Inês Rauter. **O Fenômeno da Permanência no Sistema Social Rural**. Dissertação de mestrado; ESALQ/USP: Piracicaba; 1975.

MARTINE, George (org.). Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola. São Paulo: Caetés; 1987.

MARTINS, José de Souza. **Travessias**: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora UFRGS; 2003.

MARTINS, José de Souza (org.). A questão agrária no Brasil e as condições e possibilidades da reforma agrária. In: **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais; Petrópolis/RJ: Vozes; 2ª ed.; 2002.

MARTINS, José de Souza. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec; 2ª ed.; 1986.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes; 1981.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da terra**. São Paulo: Hucitec; 1979.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. **Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema/ SP**: uma política de desenvolvimento ou compensação social. Dissertação de mestrado em Geografia Agrária, UNESP-Presidente Prudente; 2007.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. “Sem terra”, “Assentados”, “Agricultores Familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: **? Uma nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires: Cosejo Latino Americano de Ciências Sociales; 2001. p. 103-124.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de (et al.). **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unesp; 1994.

MELO, Hildete Pereira de e CAPPELLIN, Paola e CASTRO, Elisa Guaraná de. **Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: as relações entre as mulheres e os homens. O caso do Pontal do Paranapanema**. Rio de Janeiro: FAO/ INCRA; 1996.

MERLO, Valério. Rumo à origem da Sociologia Rural: vontade humana e estrutura social no pensamento de Ferdinand Tönnies. In: MIRANDA, Orlando (org.). **Para Ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP; 1995. p. 121-133.

MIRANDA, Orlando. (org) A Sociabilidade na teoria de Tönnies. **Sociabilidades**; volume II, nº 1, Natal/RN, dezembro de 2002. pp. 49-52.

MIRANDA, Orlando (org.). A dialética da identidade em Ferdinand Tönnies. In: **Para Ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP; 1995a. p. 61-72.

MIRANDA, Orlando. **Vida e Obra de Ferdinand Tönnies**. São Paulo: FFLCH/USP; 1995b.

MIRANDA, Orlando. **Tio Patinhas e os Mitos da Comunicação**. São Paulo: SUMMUS; 1976.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Experiência e memória na bagagem dos caminhantes da terra. **Teoria & Pesquisa**; número 49; jul/dez 2006. p. 35-64.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: UNESP; 2004.

MORAES e SILVA, Maria Aparecida. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In: MARTINS, José de Souza (org). **Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 107-158.

MORAES E SILVA, Maria Aparecida. A terra no imaginário dos migrantes temporários. **Revista de História Oral**, n.4; julho de 2001. p. 103-120.

MURILO DE CARVALHO, José. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras; 3ª ed.; 1987.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Marco Zero/ Editora UFRJ; 1987.

PARSONS, Talcott and SHILS, Edward A. **Toward a General Theory of Action**. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press; 1962.

PEIXOTO, Clarice Ehlers (et al.). **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: FGV Editora; 2000. p.177-193.

PEIXOTO, Clarice Ehlers e CICCHELLI, Vincenzo. Sociologia e Antropologia da Vida Privada na Europa e no Brasil. Os paradoxos da mudança. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (et al.). **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: FGV Editora; 2000. p.07-12.

PERLMANN, Janice. **O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1997. (Coleção Estudos Brasileiros; 18)

QUINTEIRO, Maria da Conceição. Rio Paraíso, o paraíso conquistado. In: MARTINS, José de Souza (org). **Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 159-202.

RAMIRO, Patrícia Alves. Identidade e Pobreza: buscando caminhos para interpretação da vida na cidade. In: LUCENA, Célia Toledo e GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (orgs.). **Discutindo Identidades**. São Paulo: Humanitas/CERU/FAPESP; 2006. p. 17-28.

RAMIRO, Patrícia Alves. Cultura e Política: reflexões acerca da sociabilidade brasileira. In: **AKRÓPOLIS – Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**; Umuarama: UNIPAR; v. 13, n.3, julho/set; 2005. p. 141-147.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Reforma Agrária e projeto de construção nacional. In: **Introdução Crítica ao Direito Agrário**. Brasília: UNB/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. p. 315-319, 2002.

SANTOS, Isabel Peres e FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta (orgs). **Da Terra Nua ao Prato Cheio: produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo**. Araraquara/SP: UNIARA/Fundação Itesp; 2003.

SOLARI, Aldo. **Sociología Rural Latinoamericana**. Buenos Aires: Editorial Paidós; 1971.

SOUZA, Hebert de. Reforma Agrária, função social e direito ao uso do solo. In: MOLINA, Mônica (org.). **Introdução Crítica ao Direito Agrário**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; 2002. p. 321-326.

SPOSATI, Albaniza de Oliveira. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza**. São Paulo: Cortez; 1998.

STOLCKE, Verena. A Família que não é sagrada: sistemas de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo. In: ARANTES, Antônio Augusto (et al.). **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP; 3ª ed.; 1994. p. 61-114.

TELLES, Vera da Silva. **A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo**. Tempo Social: USP, 4 (1-2): 53-93; 1994.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34; 2001.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate da pesquisa-ação. IN: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense; 1999. p. 82-103.

TÖNNIES, Ferdinand. (1887) Comunidade e Sociedade: textos selecionados. In: MIRANDA, Orlando (org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP; 1995. pp. 231-352.

TSUKUMO, N. M. J. (org.). **Arquitetura na CESP**. São Paulo: CESP; 1994.

UNZER DE ALMEIDA, Vicente e TEIXEIRA MENDES SOBRINHO, Otávio. **Migração rural-urbana: aspectos da convergência de população do interior e outras localidades para a capital do estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado; 1951.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Coleção primeiros passos; 33)

VIANNA, Mônica Peixoto. A Intervenção em Antigos Núcleos Residenciais Operários da Companhia Energética de São Paulo. Disponível em [www.eesc.usp.br/sap/cafecompesquisa/material/vianna.pdf](http://www.eesc.usp.br/sap/cafecompesquisa/material/vianna.pdf) (acessado em 02/01/2008).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Morar e Trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga. IN: MARTINS, José de Souza (org). **Travessias**: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 203-246.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUF; 2ª ed.; 1999. p. 21-55.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis/RJ: Vozes; 2000. p. 07-72.

WOORTMANN, Klass. **A Família das Mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Brasília: CNPq; 1987. (Coleção Biblioteca Tempo Universitário: 82)

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e Sociedade**: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Zahar; 1986.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar; 1987.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense; 1985.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao Paraíso**. São Paulo: Editora Escuta; Campinas/SP: Editora UNICAMP; 1994.

# ANEXO :

## FOTOS DO ACERVO DA AUTORA



Foto: Maria Inês, Sr. André e Patrícia (da esquerda para direita)



Foto: Vista do Rio Paranapanema



Foto: Paisagem do projeto de assentamento Nova Pontal





Foto: Escola Municipal Antônio

Felix



Foto: Posto de Saúde da Família / PSF



Foto: Consultório médico do PSF



Foto: Plantio de mandioca



Foto: Plantio de abacaxi



Foto: Pecuária leiteira local.





Foto: Plantio de pimentão



Foto: Criação de suínos



Foto: Moradia de família assentada.



Foto: Agentes comunitárias de saúde